



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
(CONSEPE) N.º 14/2014**

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Educação Física - Licenciatura (*Campus* de Miracema).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão ordinária no dia 14 de agosto de 2014, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Educação Física - Licenciatura (*Campus* de Miracema), conforme projeto em anexo.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 14 de agosto de 2014.

Prof. Márcio Silveira
Presidente

emc.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Anexo à Resolução n.º 14/2014 do Consepe.

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA**

MIRACEMA (TO)

2014

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Prof. Dr. Márcio Antônio da Silveira
REITOR

Profa. Dra. Isabel Cristina Auler Pereira
VICE-REITORA

Esp. José Pereira Guimarães Neto
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Profa. Dra. Berenice Feitosa da Costa Aires
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Waldecy Rodrigues
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. George França dos Santos
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Prof. Dr. George Lauro Ribeiro de Brito
PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Profa. Msc. Ana Lúcia de Medeiros
PRÓ-REITORA DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO

Profa. Dra. Vânia Maria de Araújo Passos
Diretora do Campus de Miracema

SUMÁRIO

1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL	6
1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	6
1.2 - A UFT no contexto regional e local	8
1.3 - Perfil Institucional	9
1.4 - Missão Institucional.....	11
1.5 - Estrutura Organizacional	12
1.5.1 - Os Câmpus Universitários e os respectivos cursos:.....	13
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	14
2.1 - Nome do Curso	14
2.2 - Modalidade do Curso	14
2.3 - Endereço do Curso	14
2.4 - Ato legal de Autorização do Curso	14
2.5 - Número de Vagas	15
2.6 - Turno de Oferta	15
2.7 - Direção do Campus	15
2.8 - Coordenador do Curso.....	15
2.9 - Relação nominal dos membros do Colegiado de Curso	15
2.10 - Comissão de elaboração do PPC e Implantação do Curso	15
2.11 - Dimensão das turmas Teóricas e Práticas.....	15
2.12 - Histórico do Curso: Criação e Trajetória.....	16
3 - BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	18
3.1. Fundamentos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UFT	20
4 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	21
4.1 Administração Acadêmica	21
4.2 - Coordenação Acadêmica	22
4.3 - Coordenação de Curso.....	22

4.4 - Projeto Acadêmico de Curso	23
4.4.1 - Justificativa	23
4.4.2 Objetivos do Curso	28
4.5 - Perfil Profissiográfico	29
4.5.1 - Competências, atitudes e habilidades	30
4.5.2 - Campo de Atuação Profissional	32
5 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	34
5.1 - Matriz curricular do curso de Educação Física	34
5.2 - Organização das disciplinas (Estrutura Curricular e Carga-Horária)	35
5.3 – Quadro de Disciplinas Optativas	40
5.4 – Quadro Resumo da Estrutura Curricular	40
5.5 – Quadro de Disciplinas com Pré Requisitos	41
5.6 - O currículo do Curso de Educação Física	42
5.7 - Concepção e Organização Curricular em Núcleos de Estudos	46
5.7.1 - Núcleos de formação	46
5.8 - Ementário e bibliografia	49
5.9 - Metodologia	79
5.10 - Interface Pesquisa e Extensão	80
5.11 - Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino: Monitoria, PET	82
5.12 - Interface com as Atividades Complementares	83
5.13 - Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório	84
5.14 - Prática Profissional e Estágio Curricular	86
5.14.1 - Articulações acadêmicas nos estágios supervisionados em Educação Física	86
5.14.2 - Objetivos do Estágio	89
5.14.3 - Das atividades de estágio: produção acadêmica e avaliação	90
5.14.4 - Aspectos Estruturais do Estágio	91
5.15 - Trabalho de Conclusão de Curso	97

5.16 - Avaliação	98
5.16.1 - Procedimentos de Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem com a Concepção do Curso.....	99
5.16.2- Sistema de avaliação do projeto pedagógico	101
5.16.3 - ENADE – Exame Nacional de Desempenho do Estudante	101
6 - CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	102
6.1 - Formação acadêmica e profissional do corpo docente	102
6.2 - Produção Científica	103
6.3 Corpo Técnico-Administrativo	103
6.4 Núcleo Docente Estruturante	103
7 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO PARA O CURSO	104
7.1 - Laboratórios e Instalações	104
7.2 - Instalações físicas existentes	104
7.3 - Das adaptações necessárias ao funcionamento do Curso de Licenciatura em Educação Física	106
7.3.1 - Laboratórios	106
7.3.2 - Laboratórios, espaços físicos e equipamentos necessários para o desenvolvimento do curso de Licenciatura em Educação Física	107
7.3.3 - Dos espaços físicos existentes na cidade e aproveitáveis mediante parcerias	112
7.3.4 - Instalações e Equipamentos Complementares	113
7.4 - Biblioteca.....	113
7.5 - Área de Lazer e Circulação	113
7.5 - Recursos Audiovisuais	114
7.6 - Acessibilidade para Pessoas com Deficiência	114
7.7 - Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso.....	114
8 - REFERÊNCIAS.....	116
9 - ANEXOS	118

1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), criada pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins - UNITINS, mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, ressaltando o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

A partir da posse concedida aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores dos câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão presidida pelo Reitor da UnB, foi indicada uma nova

comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, do Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram instituídas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa mesma comissão preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). A instalação desses órgãos possibilitou consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

A partir de então, foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos ofertados pela UNITINS, com mais de oito mil alunos, incluindo o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, bem como, fez a absorção de materiais, equipamentos e estrutura física *multicampi* já existente e de prédios em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2 - A UFT no contexto regional e local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete) câmpus universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses câmpus, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Engenharia.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de Ecótonos.

Associado a esse cenário do estado e diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

O Tocantins que apresenta uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural reforça, para a UFT, o compromisso com o desenvolvimento de ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva, ressaltando a formação de profissionais para atuarem nos sistemas e redes de ensino do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3 - Perfil Institucional

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (artigos. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos fins estabelecidos no Estatuto da UFT, tais como:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura *multicampi*, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital, Palmas.

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infraestruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema *multicampi*, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade acadêmico-administrativa integrada num sistema *multicampi*, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que, por sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da Instituição.

A UFT, com seus sete campi, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Essa sua grande dimensão expressa-se – em números do ano de 2012 – 12.497 alunos matriculados, 746 professores efetivos, 94 professores

substitutos e 634 técnicos administrativos. Atualmente, a Universidade oferece 48 cursos de graduação e 16 programas de mestrado e 3 de doutorado reconhecidos pela CAPES, 03 cursos à distância, além de diversos cursos de especialização lato sensu e programas de doutorados Interinstitucionais (Dinter).

1.4 - Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2011-2015), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é “Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

1. O estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
2. A formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
3. O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
4. A promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
5. A busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

6. O estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

7. A promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

1.5 - Estrutura Organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho, conforme art. 12 do Estatuto da UFT: o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante da comunidade discente, da comunidade docente e da comunidade de servidores técnico-administrativos; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são, conforme art. 15 do Estatuto da UFT: Reitor, Vice-Reitor e Pró-reitores, todos os Coordenadores de Curso de graduação e de pós-graduação *strictu sensu* do corpo discente, corpo docente e do corpo técnico-administrativo; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.

Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada, conforme art. 17 do Estatuto da UFT: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria de Assuntos Internacionais, Assessoria de Comunicação Social, Gabinete do Vice-Reitor, Procuradoria Jurídica, Assessoria Especial Estratégica e Assessoria de Informática.

Pró-Reitorias: No Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de Graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições para o cumprimento de suas atribuições, em consonância com a natureza de suas atividades e com o disposto no Regimento da Reitoria (art. 24).

Conselho Diretor: é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa de acordo com o art. 26 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT. De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

Diretor de Campus: docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT. É eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*, art.26 do Estatuto da UFT.

Colegiados de Cursos: órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Coordenação de Curso: é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução art. 36 do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT. Suas atribuições estão previstas no art. 38 do instrumento normativo supramencionado.

1.5.1 - Os Câmpus Universitários e os respectivos cursos:

Câmpus Universitário de Araguaína: oferece os cursos de licenciatura em Ciências Naturais (Química, Biologia, Física), Matemática, Geografia, História, Letras, Biologia EaD e Química EaD; os cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia e o bacharelado em História; cursos na área de gestão, contemplando Gestão de Cooperativas, Logística e Gestão do Turismo. Oferece ainda, o Mestrado e Doutorado em Ciência Animal Tropical e em Letras.

Câmpus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia, Biologia – EaD e Educação do Campo e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

Câmpus Universitário de Gurupi: oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Biotecnológica, Química Ambiental e as licenciaturas em Biologia e Química (modalidade à distância). Oferece, também, o programa de Mestrado na área de Produção Vegetal e mais recentemente foi aprovado pela Capes o Doutorado em Produção Vegetal, Mestrado em Biotecnologia e Mestrado em Florestais e Ambientais.

Câmpus Universitário de Miracema: oferece os cursos de Pedagogia (Licenciatura) e Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa e da assistência social.

Câmpus Universitário de Palmas: oferece os cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Teatro, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Enfermagem, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Filosofia, Medicina, Nutrição. Pedagogia e Física - EaD. Oferece, ainda, os programas de Mestrado em: Agroenergia, Ciência e Tecnologia de Alimentos; Educação; Ciências do Ambiente; Desenvolvimento Regional; Modelagem Computacional de Sistemas; Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos; Ciências da Saúde; Gestão de Políticas Públicas; Engenharia Ambiental e Matemática.

Câmpus Universitário de Porto Nacional: oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras os bacharelados em Ciências Biológicas e Geografia. Biologia EaD e Química - EaD e o Mestrado em: Ecologia dos Ecótonos; e Geografia.

Câmpus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Pedagogia, Ciências Sociais e Educação do Campo

2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1 - Nome do Curso

Educação Física.

2.2 - Modalidade do Curso

Licenciatura. (1 entrada anual)

2.3 - Endereço do Curso

Av: Lurdes Solino s/nº, Setor Universitário, 77650-000, Fone: (63) 3366-8002, e-mail: dirmiracema@uft.edu.br.

2.4 - Ato legal de Autorização do Curso

Decreto: 5.773 de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. O referido ato está fundamentado no do art. 28 do supramencionado decreto, *in verbis*:

Art. 28. As universidades e centros universitários, nos limites de sua autonomia, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, independem de autorização para funcionamento de curso superior,

devendo informar à Secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento, no prazo de sessenta dias.

2.5 - Número de Vagas

50 (cinquenta) Vagas.

2.6 - Turno de Oferta

Noturno (com aulas aos sábados de manhã)

2.7 - Direção do Campus

Dra. Vânia Maria de Araújo Passos

2.8 - Coordenador do Curso

Para a formação do Curso de Licenciatura em Educação Física a Universidade Federal do Tocantins instituiu uma Comissão de Implantação presidida pelo Prof. Vitor Antonio Cerignoni Coelho que iniciará os trabalhos de coordenação do curso e posteriormente a chegada de professores concursados e a formação do colegiado do curso será realizada uma eleição para escolha definitiva do Coordenador do Curso de Educação Física.

2.9 - Relação nominal dos membros do Colegiado de Curso

A saber, que o Curso de Educação Física, encontra-se em formação o colegiado do curso será definido após a contratação de professores do Magistério Superior.

2.10 - Comissão de elaboração do PPC e Implantação do Curso

Prof. Mte. Vitor Antonio Cerignoni Coelho (presidente)

Profª Dra. Juciley Silva Evangelista Freire

Profª. Mte. Layanna Giordana Bernardo Lima

Profª Dra Márcia Machado

Profª Dra. Vânia Maria de Araújo Passos

2.11 - Dimensão das turmas Teóricas e Práticas

Aulas teóricas: 50 alunos por turma.

Aulas práticas: 25 alunos por turma.

As aulas práticas devem ser moduladas, realizadas com divisão de turma. A grade horária e os professores responsáveis devem se ajustar para melhor atender a demanda da disciplina e do curso.

2.12 - Histórico do Curso: Criação e Trajetória

O processo de expansão do Campus Universitário de Miracema vem sendo discutido desde a criação da UFT, a partir da reflexão sobre a possibilidade da criação de projetos para a oferta de novos cursos, atentando para a demanda social, as condições de oferta em termos de infraestrutura física e de recursos humanos necessários.

O campus de Miracema iniciou suas atividades voltadas à área da educação em 1999, com a oferta do curso de licenciatura em Pedagogia, pela então Universidade do Tocantins – UNITINS. A expansão do Campus, realizada no ano de 2006, inseriu a área das Ciências Sociais Aplicadas, com a oferta do curso de Graduação em Serviço Social.

O curso de Educação Física (licenciatura) foi proposto para realocação de 40 vagas do curso de Pedagogia conforme proposto no PPC aprovado em 2007 com o objetivo de diversificar a oferta de novos cursos no Campus de Miracema. As discussões e reflexões acerca da criação do Curso de Educação Física iniciaram-se em 2008, com a preocupação em construir um desenho curricular sintonizado com as exigências da educação atual, para a formação de professores, e com as realidades socioculturais e econômicas do Tocantins.

Assim, verificando a demanda local por formação docente na área de Educação Física, uma comissão foi designada para a estruturação de um pré-projeto de licenciatura nessa área. Este pré-projeto foi elaborado por uma comissão composta pelos docentes: José Oto Konzen, Kleber Lopes Lima Fialho e Antônio Miranda de Oliveira no ano de 2008. Neste pré-projeto havia projeção de outros cursos a serem implantados no Campus, como áreas capazes de compor uma organização curricular enriquecedora e complementar na formação de professores. Os cursos propostos foram: Bacharelado em Educação Física, em Psicologia e Licenciatura em Artes.

O pré-projeto inicial apresentado pelos referidos docentes foi alterado e finalizado, em 2010, pela comissão composta pelas professoras Ana Corina M. Spada, Adriana Garcia Gonçalves, Vânia Maria de Araújo Passos, Célia Maria Grandini Albiero e Kalina Lígia Almeida de Brito Andrade, a fim de aprovar o início do curso na modalidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR.

A oferta do Curso na modalidade PARFOR teve início em julho de 2010, e a partir de Março de 2011 foi constituída uma nova comissão para reelaboração do PPC do curso, sob a presidência de uma profissional com graduação na área de Educação Física, Professora Dra. Karina do Valle Marques, que assumiu a coordenação do Curso. Essa nova comissão foi composta pelos seguintes membros: Prof^ª. Dra. Karina do Valle Marques (Formação em Educação Física – Presidente da Comissão de Elaboração do PPC); Prof^ª. Dra. Adriana Garcia

Gonçalves (Formação em Pedagogia e Fisioterapia - membro); Prof^a. Msc. Kalina Lígia A. Brito Andrade (Formação em Engenharia de Materiais - membro).

O 1º. Curso de Licenciatura em Educação Física no PARFOR, ofertado em regime modular presencial, atende à demanda de professores que atuam na rede pública de ensino, sem a formação específica. Este curso é desenvolvido no período de férias escolares, durante os meses de janeiro (30 dias), fevereiro (15 dias) e julho (30 dias), de modo que está em andamento uma (1) turma ingressante em 2010. No período presencial são ministradas 80% da carga horária das disciplinas; os 20% restantes são realizadas por meio de atividades à distância.

Vale ressaltar que o projeto para implantação do curso de Educação Física regular no Campus de Miracema leva em consideração o já existente na Modalidade PARFOR, compondo uma unidade de pressupostos e concepções, bem como da organização didático-pedagógica para o curso.

Em 2013 uma nova comissão presidida pelo professor Vitor Antonio Cerignoni Coelho, com formação específica em Educação Física e as professoras Márcia Machado; Layanna Giordana Bernardo Lima; Vânia Maria de Araújo Passos; Juciley Silva Evangelista Freire docentes do curso de Pedagogia realizam uma nova reformulação no PPC do curso de licenciatura em Educação Física, concentrando-se em mudanças na organização curricular e ementas das disciplinas do curso.

O PPC de Licenciatura em Educação Física do Campus de Miracema é resultado dos esforços da comunidade universitária deste Campus em diversificar a oferta de cursos de graduação públicos e de qualidade social à população Tocantinense. Ele se insere no bojo de um projeto mais amplo de Expansão do Campus, pensado para um período de curto e longo prazo, em que diversos cursos das áreas de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde se articulam compondo o núcleo comum Educação e Saúde. No contexto atual, objetiva acatar o desafio proposto pelo MEC no que diz respeito à interiorização das Universidades Federais com a proposta da Expansão Acadêmica.

A proposta de expansão acadêmica do campus de Miracema, fundamentada no princípio da interdisciplinaridade, objetiva promover a integração dos cursos de licenciatura e bacharelado, das áreas das ciências humanas, sociais e biológicas. A *Interdisciplinaridade* entendida como *Prática Acadêmica de Ensino, Pesquisa e Extensão*, essenciais à construção do saber, torna-se indispensável à interlocução entre saúde, educação e as ciências sociais aplicadas, principalmente no que se refere ao conhecimento que os profissionais devem adquirir ao longo dos cursos sobre a inclusão social de grupos especiais como: idosos,

crianças com necessidades especiais, pessoas com deficiência ou com doenças crônico-degenerativas, gestantes, diversidade étnico racial e cultural e os menos favorecidos economicamente, que se constituem como sujeitos de direitos das políticas públicas.

3 - BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando.

A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso efetiva-se de fato através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores de alunos e gestores que darão sentido às premissas acima, e assim se efetivar em mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos,

burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de Graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável à interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria– prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Deverão, pois, ter como referencial:

A democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;

O deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;

O futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais

lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;

A superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;

A formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;

A aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;

A transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;

O desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;

O ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

3.1. Fundamentos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UFT

No ano de 2006, a UFT realizou o seu I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (FEPEC), no qual foi apontado como uma das questões relevantes as dificuldades relativas ao processo de formação e ensino-aprendizagem efetivados em vários cursos e a necessidade de se efetivar no seio da Universidade um debate sobre a concepção e organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos.

Nesse sentido, este Projeto Pedagógico objetiva promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania; adequar a organização curricular dos cursos de graduação às novas demandas do mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à atuação profissional, independentemente da área de formação; estabelecer os processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante com vistas a desenvolver autonomia de aprendizagem, reduzindo o número de horas em sala de aula e aumentando as atividades de aprendizado orientadas; e, finalmente, adotar práticas

didático-pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação, a fim de otimizar o trabalho dos docentes nas atividades de graduação.

A abordagem proposta permite simplificar processos de mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional. Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem deseja considerar a atitude coletiva, integrada e investigativa, o que implica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Reforça não só a importância atribuída à articulação dos componentes curriculares entre si, no semestre e ao longo do curso, mas também sua ligação com as experiências práticas dos educandos.

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através da seleção de conteúdos e procedimentos de ensino; eixos articuladores por semestre; professores articuladores dos eixos, para garantir a desejada integração entre ensino, pesquisa e extensão; atuação de uma tutoria no decorrer do ciclo de formação geral para dar suporte ao aluno; utilização de novas tecnologias da informação; recursos áudios-visuais e de plataformas digitais.

4 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A gestão acadêmica segue o Regimento Geral da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, bem como ao Regimento Geral dos Cursos de Graduação.

4.1 Administração Acadêmica

No campus universitário de Miracema, a gestão institucional e a gestão de curso desenvolvem-se com base em uma gestão democrática, com vistas à promoção da participação dos acadêmicos, docentes e funcionários técnico-administrativos na elaboração de diretrizes, princípios e ações que corporificam os objetivos propostos pelo Projeto Pedagógico do Curso.

O curso de Educação Física articula-se aos cursos já existentes no Campus de Miracema e os que irão ser criados com o projeto de expansão acadêmica do Campus, ou seja, o curso não se encontrará isolado no contexto universitário.

Diante do reconhecimento das necessidades existentes para o curso de Educação Física, torna-se necessário o compartilhamento com os demais cursos e unidades administrativas do *campus* de Miracema, no intuito de acolher os alunos, docentes, técnicos e administradores, vislumbrando a busca permanente de conhecimentos e capacitação profissional dentro e fora do meio acadêmico.

O compartilhamento com os demais cursos e unidades administrativas do *campus* de Miracema será fruto de um esforço conjunto da gestão institucional da UFT com a gestão do campus, assumindo a responsabilidade acerca da criação das condições estruturais necessárias ao funcionamento dos cursos.

4.2 - Coordenação Acadêmica

Na UFT, a coordenação acadêmica dos cursos é desenvolvida com base na concepção de gestão democrática, que valoriza a participação de todos os envolvidos no processo de discussão e definição dos princípios, diretrizes, procedimentos e ações que concretizarão os objetivos deste PPC. Neste sentido, os Cursos possuem uma instância colegiada, composta por todos os seus professores, por representantes estudantis e de técnicos administrativos, que define, acompanha e avalia as questões relativas ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. O Curso de Educação Física foi organizado dentro desta mesma lógica.

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física, inicialmente, deverá ser ocupada por um professor do quadro efetivo e tão logo seja instalado o Colegiado de Curso deverá ocorrer processo eleitoral atendendo as seguintes exigências: docente Mestre ou Doutor na área de Educação, eleito através de processo de consulta direta à comunidade acadêmica, conforme determina o Estatuto da UFT, com mandato de dois anos.

4.3 - Coordenação de Curso

A definição de coordenação de curso bem como suas funções são designadas no art. 36 e 38 do **REGIMENTO GERAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOTOCANTINS – UFT**.

Art. 36 - As coordenações de curso são órgãos destinados a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalva a competência do conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos compete:

I - representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

II - presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;

III - propor ao Diretor do *Campus* a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do *Campus*;

IV - responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;

V - expedir instruções referentes aos cursos;

VI - representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

4.4 - Projeto Acadêmico de Curso

4.4.1 - Justificativa

Em 1999 a publicação da “Situação da Educação Básica no Brasil”, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), aponta para o fato de que, no ano de 1996, os quantitativos de professores, com nível superior, atuando no ensino fundamental, por região, são os seguintes: região Sudeste – 313.991 (58,8%), Sul – 134.681 (57,7%), Centro-Oeste – 45.084 (45,2%), Nordeste – 97.644 (23,5%) e Norte – 17.201 (16,4%). Constata-se, com estes dados, que a região Norte é a mais carente de professores com o ensino superior. A necessidade de recursos humanos qualificados tem reflexo na posição do Brasil no *ranking* mundial entre os países com piores desempenhos dos alunos da educação básica. Assim, os dados ilustram a necessidade de criação de cursos de licenciatura para formação de professores, principalmente na região norte do país.

Um estudo regional apontou a existência de apenas 3 (três) cursos de Educação Física no Estado do Tocantins, a saber: a Faculdade de Educação Física de Araguaína; o curso de Educação Física da Faculdade UNIRG, de Gurupi; os cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Educação Física (este último, autorizado em 2007) da ULBRA, de Palmas.

Eles oferecem, respectivamente, 50 (cinquenta), 120 (cento e vinte) e 150 (Cento e cinquenta) vagas anuais, e todos os cursos estão vinculados à iniciativa privada.

A título de amostra da realidade escolar, foram levantados dados junto aos sistemas de ensino locais, constando-se que, em nível de Sistema Estadual, a Regional de Miracema possui 27 (vinte e sete) professores atuando na Área de Educação Física, sendo que apenas 10 (dez) possuem a formação específica da Área em que atuam. Já na Secretaria de Educação do Município de Miracema existem 5 (cinco) professores atuando, sendo que nenhum deles tem formação na área. Além disso, evidencia-se uma demanda crescente de trabalho em espaços formativos não-escolares, especialmente em Academias, vinculada à mudança do perfil das atividades laborais no contexto das transformações socioeconômicas que caracterizam o mundo contemporâneo e que vem se estendendo de forma rápida para a Região Norte do Brasil.

As dificuldades e obstáculos encontrados na formação do professor de Educação Física, foram contemplados na redação das Diretrizes Curriculares deste curso. As mudanças instituídas na grade curricular visam um profissional mais preparado e qualificado para atender as necessidades sociais e mercadológicas em que se inserirá. A formação mais vasta contribuirá para ampliar seu conhecimento, a partir das ações executadas nas atividades práticas inseridas na grade como componente curricular (STIVAL, 2008).

Em 31 de março de 2004 a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação promulgou as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Educação Física. Foi denominada como Resolução n.º7/2004, e entre várias definições, criou uma nova modalidade para a formação do acadêmico em Educação Física.

A Educação Física constitui uma área de conhecimento e de atuação profissional em expansão, associada à universalização das relações sociais capitalistas, que tem na urbanização da vida social uma de suas especificidades. Neste contexto, evidencia-se também uma transposição da mecanização dos processos produtivos para o conjunto das relações sociais, que resulta na afirmação de determinadas formas de movimento físico e de relação corporal, em detrimento de outras. É neste contexto que uma reeducação corporal se faz necessária condição para a afirmação de uma vida saudável. Daí a relação existente entre a Educação Física e a saúde. Sabe-se que o profissional de Educação Física é reconhecido como um profissional da área da saúde (Resolução N° 218 de 6 de março de 1997).

De acordo com o parecer CNE/CES 0058/2004, embora a formação em Educação Física esteja inserida na área da Saúde, é imperiosa a compreensão do seu caráter multidisciplinar, que além de possuir um corpo de conhecimento próprio, utiliza-se de

conhecimentos produzidos no contexto das ciências biológicas, humanas, sociais, bem como em conhecimentos da arte e da filosofia.

O saber que se exige do professor de Educação Física para a promoção da saúde não se limita ao conhecimento físico e à manipulação instrumental, isto é, ao domínio dos aspectos físico-corporais do movimento humano, porque o movimento humano é constituído por uma multiplicidade de manifestações e se inscreve num contexto sócio-cultural.

Por isso, as atividades propostas não podem traduzir-se numa mera compensação de atividades físicas e/ou da promoção da estetização corporal, tão presente no contexto atual. O que se espera da atuação do professor de Educação Física é a capacidade de promover novas formas de relação corporal, da pessoa com seu próprio corpo, com os outros corpos e com a natureza externa. Daí a sua íntima relação com a educação.

Para a formação de professores de Educação Física, importa destacar que a Resolução CNE/CES 58/2004 de 18 de fevereiro de 2004, resolve em seu Art. 3º, definir a Educação Física como:

Área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

A Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório da Educação Básica, requer um professor legalmente habilitado para a sua implementação em concordância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, nº. 9.394 (1996). Necessita-se, pois, de currículo voltado para a formação de qualidade desse profissional para que ele seja competente, comprometido, crítico e participativo. Professor de Educação Física que também busque ajudar nas necessárias mudanças econômicas e sócio-culturais que nosso país tanto precisa e, que, leciona na Educação Básica com práticas competentes, pedagogicamente referenciadas para elevar qualitativamente a Educação Física escolar. Docente que, em aulas e atividades centradas em práticas de aprendizagem motora busque a interrelação da prática com o conhecimento.

O processo de modernização e urbanização da vida social tem ampliado as possibilidades de atuação do profissional de Educação Física. As frentes de atuação da Área tem aumentado significativamente. Enquanto Licenciado, este crescimento está associado à universalização do acesso da população à Educação Básica – sobretudo, a de nível fundamental – que inclui a disciplina de Educação Física em suas disposições curriculares legais.

A Resolução nº 03/87 estabeleceu que os currículos plenos para os cursos de graduação em Educação Física deveriam contemplar um núcleo de disciplinas de Formação Geral e um núcleo de disciplinas de Aprofundamento de Conhecimentos.

No núcleo de disciplinas de Formação Geral deveriam ser consideradas áreas de conhecimentos de cunho humanístico (Conhecimentos Filosóficos, do Ser Humano, e da Sociedade) e de cunho técnico (Conhecimento Técnico).

As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física foram desenvolvidas em consonância com os princípios enunciados no Parecer CNE/CES nº 583/2001, constituindo-se num conjunto articulado de princípios e de orientações que devem ser considerados na proposição e no desenvolvimento curricular do curso.

As Diretrizes Curriculares foram desenvolvidas a partir de uma concepção interativa de conhecimentos pautados nas tradições culturais e científicas do nível e/ou da área de formação, que são estabelecidos a partir das questões que emergem do cotidiano. A intenção é possibilitar a transformação da compreensão sobre o mundo vivido, e oportunizar a construção de conhecimentos significativos que se reorganizam em forma de teorias, experiências, habilidades, competências e atitudes.

Estas Diretrizes Curriculares foram sistematizadas a partir do reconhecimento de que são inequívocas a autonomia e a flexibilidade preconizadas pela Lei de Diretrizes em Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96). A LDB possibilita as Instituições demonstrarem competência para elaboração do projeto pedagógico e curricular de seus cursos, com ampla liberdade para interagir com as peculiaridades regionais, com o contexto institucional, com as demandas do mercado de trabalho e com as características, interesses e necessidades da comunidade. Essa autonomia institucional pode favorecer a conciliação da realidade de um mercado de trabalho diversificado, cada vez mais competitivo e em expansão, com a formação de um profissional que alie os conhecimentos e instrumentos específicos da sua área a uma ampla e consistente visão da realidade humana, social, política e econômica do país.

Conforme, ainda, o parecer CNE/CES 58/2004, a instituição de ensino superior - IES, deverá pautar o projeto pedagógico do curso de Graduação em Educação Física nos seguintes

princípios regidos pela Lei de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Educação Física de modo a assegurar:

1. Autonomia institucional;
2. Articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
3. Graduação como formação inicial;
4. Formação continuada;
5. Ética pessoal e profissional;
6. Ação crítica investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
7. Construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
8. Abordagem interdisciplinar do conhecimento;
9. Indissociabilidade teoria-prática;
10. Articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

Além desses princípios o Parecer caracteriza a Educação Física a partir de três dimensões interdependentes. A dimensão da prática de atividades físicas, recreativas e esportivas, a dimensão do estudo e da formação acadêmico-profissional e a dimensão da intervenção acadêmico-profissional.

A dimensão da prática de atividades físicas, recreativas e esportivas compreende o direito das pessoas conhecerem e terem acesso às manifestações e expressões culturais que compõe a tradição da Educação Física, com ênfase nas diferentes formas e modalidades de exercícios físicos, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança. Na perspectiva da Educação Física, a prática das manifestações e expressões culturais do movimento humano são pautadas na promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, para a formação cultural, para a educação e reeducação motora, para o rendimento físico-esportivo, para o lazer, bem como para outros objetivos pertinentes à prática de exercícios e atividades físicas, recreativas e esportivas.

A dimensão do estudo e da formação acadêmico-profissional em Educação Física compreende as diversas formas, possibilidades e modalidades de formação, desde a graduação, pós-graduação, extensão, entre outros, nos termos da LDB e dos documentos legais complementares, que apresentam objetivos de qualificar e habilitar os indivíduos interessados em intervir acadêmica e profissionalmente na realidade social, por meio das manifestações e expressões culturais do movimento humano, visando a formação, a ampliação

e o enriquecimento cultural das pessoas, no sentido de recuperar e potencializar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

A dimensão da intervenção acadêmico-profissional compreende o exercício político social, ético-moral, técnico-profissional e científico do graduado em Educação Física no sentido de diagnosticar os interesses e as necessidades das pessoas, de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar a eficiência, a eficácia e os efeitos de programas de exercícios e de atividades físicas, recreativas e esportivas, assim como participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, entre os afetos direta e indiretamente à prática de exercícios e atividades físicas, recreativas e esportivas.

Considerando as dimensões que caracterizam a Educação Física, ela é concebida como área de conhecimento e de intervenção profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, como conteúdo a cultura corporal de movimento, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção, da promoção, da proteção e da reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas. A finalidade é possibilitar às pessoas o acesso a este acervo cultural, compreendido como direito inalienável de todo(a) cidadão(ã) e como importante patrimônio histórico da humanidade e do processo de construção da individualidade humana.

4.4.2 Objetivos do Curso

4.4.2.1 - Objetivo Geral

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Campus de Miracema objetiva formar o professor para atuar na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), qualificando-o para compreender, intervir, analisar e refletir criticamente sobre as diferentes expressões da cultura corporal de movimento entre elas o esporte educacional, o jogo e a brincadeira, a ginástica, a luta, a dança e as práticas de saúde e de lazer social que interagem

com a escola, com a cultura e com a sociedade, além de promover atividades relacionadas a estes âmbitos em instituições escolares, tomando por base os conhecimentos científicos da Área de Educação Física.

4.4.2.2 - Objetivos Específicos

Atuar criticamente como profissional para interagir em equipes multidisciplinares, no intuito de contribuir para a efetivação de projetos relacionados a Educação Básica;

Aproximar dos alunos os conhecimentos relativos a cultura corporal de movimento para serem desenvolvidos na Educação Básica.

Estimular um processo de ensino emancipatório atrelado a formação cidadã dos futuros professores.

Trabalhar diferentes métodos pedagógicos visando à prática profissional e o contexto de atuação, além de propor e promover eventos culturais e científicos na área da Educação Física;

Desenvolver alternativas didáticas e estratégias metodológicas que viabilizem a aprendizagem do aluno, de forma segura e prazerosa, levando-se em conta o respeito às suas limitações e desenvolvimento integral de suas potencialidades;

Compreender e efetivar a atitude científica no desenvolvimento da pesquisa para a produção de conhecimento sobre a corporeidade humana e a cultura corporal de movimento em todas as suas dimensões;

Estabelecer relações entre a Educação Física e outros campos de conhecimentos ou áreas correlatas.

4.5 - Perfil Profissiográfico

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, cujo PARECER Nº: CNE/CES 0058/2004, no que diz respeito ao perfil acadêmico-profissional do graduado em Educação Física, o curso de licenciatura em Educação Física almeja, com a proposta curricular, formar profissionais competentes, comprometidos e com criatividade para representar a classe trabalhadora a qual escolheu pertencer.

O futuro profissional Licenciado em Educação Física deverá ser um profissional para planejar, organizar e desenvolver atividades e materiais relativos à Educação Física Escolar.

Sua atribuição principal é a docência na Educação Básica, que requer conhecimentos sistemáticos acerca dos fundamentos da Educação Física, do desenvolvimento histórico e das relações com diversas áreas que compõe o saber escolar. Além de trabalhar diretamente com a aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, realiza pesquisas em Educação Física, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, busca o desenvolvimento do educando no que diz respeito à construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Todas as ações do profissional de Educação Física convergem na direção para garantir a formação do cidadão, a promoção da saúde e a qualidade de vida. Assim, poderá atender as demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento, atuando no magistério em todos os seus níveis e modalidades.

Embora a formação em Educação Física esteja inserida na área da Saúde é fato determinante a compreensão do seu caráter multidisciplinar, que além de possuir um corpo de conhecimento próprio, utiliza-se de conhecimentos produzidos no contexto das ciências biológicas, humanas, sociais, bem como em conhecimentos da educação, da arte e da filosofia.

Devido à diversidade cultural onde o curso será ofertado, a proposta é oportunizar situações educacionais à comunidade em geral, independentemente de idade, de condições sócio-econômicas, de condições físicas e intelectuais, de gênero, de etnia, de crença, conhecimento e acessibilidade à prática das diferentes expressões e manifestações culturais do movimento humano.

Nesse sentido, a formação generalista deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento: relação ser humano-sociedade; aspectos biológicos do corpo humano; e produção do conhecimento científico e tecnológico.

No que diz respeito à formação específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, esta deverá contemplar as seguintes dimensões: cultura corporal do movimento; técnico-instrumental e didático-pedagógica.

4.5.1 - Competências, atitudes e habilidades

A formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada e avaliada visando o desenvolvimento das seguintes competências, atitudes e habilidades específicas, conforme as Diretrizes Curriculares para a Graduação em Educação Física:

Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática;

Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável, com a exploração do potencial natural do ambiente onde o curso será ofertado;

Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros;

Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional;

Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmica-profissional.

4.5.2 - Campo de Atuação Profissional

O Licenciado em Educação Física egresso na UFT terá como áreas de atuação os espaços e ambientes escolares nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Portanto, poderá atuar em instituições de ensino na educação infantil, séries iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio, em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não-escolar e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais.

O campo de atuação, que não deve ser confundida com local de trabalho, nada mais é do que o campo de trabalho e de ocupação do profissional. Evidencia-se que os campos de atuação do curso de Educação Física permitem selecionar as competências e habilidades necessárias para um profissional com formação generalista e específica.

1. Educação Física Infantil

- Atuar nas creches e escolas públicas e privadas especializadas em educação infantil.
- Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar atividades lúdicas e recreativas nas diferentes etapas do desenvolvimento cognitivo, motor e sócio-afetivo, bem como atendendo às diversidades.
- Conhecer, planejar e executar programas de atividades de Educação Física para oportunizar, estimular e desenvolver habilidades de manipulação, locomoção, estabilização e sinestésicas para construir e aprimorar o repertório motor.

2. Educação Física no Ensino Fundamental

- Atuar no ensino fundamental em escolas públicas e/ou privadas.
- Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar atividades lúdicas, recreativas e esportivas.
- Conhecer, planejar e executar programas de atividades de Educação Física para oportunizar, estimular, desenvolver habilidades motoras múltiplas e atividades complexas específicas vivenciadas por meio das práticas esportivas.
- Conhecer conteúdo teórico-prático das modalidades esportivas.

3. Educação Física no Ensino Médio

- Atuar no ensino médio em escolas públicas e/ou privadas.
- Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar programas de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Conhecer conteúdo teórico-prático das modalidades esportivas.
- Planejar e executar programas de atividades de Educação Física para consolidar as habilidades motoras complexas e específicas.
- Conhecer e desenvolver jogos com caráter competitivo, cooperativo, recreativo, atividades rítmico-expressivas e atividades para aprimorar as capacidades físicas.
- Conhecer e aplicar metodologias do treinamento desportivo.
- Conhecer, orientar e desenvolver noções conceituais de esforço, intensidade e frequência nas práticas de atividades físicas.

4. Educação Física em espaços não-escolares

- Atuar em espaços não-escolares como: instituições que abrigam idosos, jovens e crianças, bem como espaços de lazer e de promoção à atividade física em ambiente comunitário.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar programas de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Conhecer conteúdo teórico-prático das modalidades esportivas.
- Planejar e executar programas de atividades de Educação Física para consolidar as habilidades motoras complexas e específicas.
- Conhecer e desenvolver jogos com caráter competitivo, cooperativo, recreativo, atividades rítmico-expressivas e atividades para aprimorar as capacidades físicas.

5 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Projeto do Curso Superior de Licenciatura em Educação Física do Campus Universitário de Miracema, busca contemplar uma Educação Física reflexiva, que respeita o contexto social do qual ela se origina e entende que o compromisso deste futuro profissional esta pautado no conhecimento do movimento humano e dos conteúdos da cultura corporal de movimento considerando o que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Graduação em Educação Física. O curso estabelece articulações com os conhecimentos de outras licenciaturas do Câmpus, no que envolve o conhecimento do sujeito em geral e no espaço escolar em particular, inscritos num contexto econômico, social, político e cultural historicamente constituído. Envolve também conhecimentos relacionados ao processo de apropriação pessoal do conhecimento por parte dos licenciados (a iniciação à pesquisa) e à sua transmissão (os processos didático-pedagógicos).

Neste sentido, a proposta curricular do Curso é composta por um conjunto de disciplinas voltadas a formação geral e humanística, seja na área de compreensão do espaço escolar e das práticas pedagógicas. Além disto, introduz disciplinas optativas, que tenham afinidade com sua área de formação e interesse específico. Assim sendo, esta organização curricular favorece a formação de linhas e de grupos de pesquisa que tenham interface com a formação de professores, intervenção prática em Educação Física, Esporte e Aspectos Socioculturais.

Além disto, o Projeto de Licenciatura em Educação Física proposto pelo campus universitário de Miracema inclui em seu rol de disciplinas a “Língua Brasileira de Sinais” – LIBRAS – disciplina obrigatória, conforme Decreto Nº 5.626/2005. Atendendo as determinações da Lei nº 11.645/2008 sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena o curso contempla estes conhecimentos na disciplina “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (Obrigatória). Com relação a determinação da Lei Federal 9.795/1999, Art. 11 (Política Nacional de Educação Ambiental), sobre o Meio Ambiente o currículo contempla estes conhecimentos na disciplina obrigatórias “Lazer, Recreação e Meio Ambiente” ofertada no currículo do curso.

5.1 - Matriz curricular do curso de Educação Física

A proposta pedagógica deste curso tem sua estrutura curricular organizada segundo as orientações do Parecer CNE/CES nº 0138/2002 que trata das Diretrizes Curriculares

Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física e em especial, das Resoluções CNE/CP nº 01/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura Plena, e Resolução CNE/CP nº 02/2002 que institui a duração e a carga horária dos Cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, como também levou em conta os pressupostos que fundamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais introduzidas pela resolução CNE/CES 7/2004. Desta forma, a matriz curricular atende as resoluções mencionadas bem como o parecer CNE/CES nº58/2004.

A UFT campus Miracema em consonância com os documentos pertinentes emanados do Conselho Nacional de Educação, propôs uma estrutura curricular para o Curso, em que possa ser garantida a qualidade e a flexibilidade do processo formativo, respeitando a autonomia do aluno, as carências e exigências educacionais do contexto e o processo permanente de construção e reelaboração do conhecimento.

A organização curricular do Projeto é feita por créditos, sendo que a maioria das disciplinas é constituída por 4 (quatro) créditos. A integralização da totalidade da carga horária deverá ser feita em no mínimo 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos e no máximo de 12 (doze) semestres ou 6 (seis) anos. O projeto apresenta pré-requisitos em sua estrutura curricular que norteiam as ações didático-pedagógicas das disciplinas integradas e oferecem uma base de conhecimentos para os componentes subsequentes.

5. 2 - Organização das disciplinas (Estrutura Curricular e Carga-Horária)

O currículo do curso está organizado e estruturado em módulos (semestres), por disciplinas, tendo em cada módulo um eixo articulador, identificado segundo os objetivos educacionais do módulo. Em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 02/2002, este curso terá a duração mínima de quatro anos (8 semestres), sendo que, os conteúdos serão distribuídos pedagogicamente da seguinte maneira:

I - Desenvolvimento dos conteúdos/ conhecimentos/ competências curriculares e práticas a serem vivenciadas ao longo do curso, de natureza científica, técnica, pedagógica, específica e cultural totalizam uma carga horária de 2970 horas¹. Vale ressaltar que 20% da carga horária total do curso pode ser realizada à distância;

¹ Nas 2.830 horas, estão inseridas no decorrer dos componentes curriculares 400 horas de prática, vivenciadas ao longo do curso, conforme a Resolução CNE/CP 2, de 19 de Fevereiro de 2002.

II – Componentes curriculares de formação docente e de formação específica totalizam uma carga horária de 2160 horas;

II - Desenvolvimento do Estágio Curricular Obrigatório: 420 horas;

III – Atividades Complementares - Aprofundamento de estudos, atividades de extensão e de natureza acadêmico-científico-cultural: 210 horas.

IV – As disciplinas Optativas compõem 180 horas e podem ser cursadas dentre um rol ofertado no próprio curso e/ou outro curso, que tenham afinidade com sua área de formação e interesse específico, desde que aprovado pelo colegiado do curso.

V – A disciplina que contempla a temática Educação das Relações Étnico-Raciais de acordo com a Lei nº 10.639/2003 e Parecer CNE/CP 3/2004 está disposta no ementário do componente curricular obrigatório História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena ofertada no sexto período. A disciplina LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais será ofertada no 8º período, conforme Decreto Nº 5.626/2005. Já a disciplina que contempla a temática Política de Educação Ambiental de acordo com a Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281/2002, disposta como componente curricular obrigatório Lazer, recreação e Meio Ambiente a ser ofertada no sétimo período.

Os módulos são sequenciais, apresentam periodicidade semestral e estão estruturados tendo por princípio pedagógico, a formação de uma base de conhecimentos teórico/prático, na qual será garantida ao acadêmico a constituição de competências que contribuam para uma formação histórica, humana, pedagógica e social, cujas competências estão contempladas em outros cursos de formação de professores para a Educação Básica. As disciplinas serão distribuídas ao longo do semestre, com frequência semanal, cumprindo-se uma carga horária diária de 04 horas/aula. As disciplinas práticas admitem a divisão de turmas haja vista a demanda do curso, número de alunos, estrutura física disponível e rendimento didático. Outros formatos de oferta das disciplinas poderão ser considerados, de acordo com a necessidade e previamente aprovados pelo Colegiado do Curso e Conselho Diretor - CONDIC. A Estrutura Curricular proposta será revista e reavaliada após 02 (dois) anos de vigência desta. A carga horária total de 2970 horas foi distribuída em função dos objetivos educacionais e do eixo articulador de cada módulo, conforme especificado no quadro abaixo:

Semestre	Componente Curricular	Créditos	CHT	CHP	Total Horas	Pré-requisito disciplina
Primeiro	1. Fundamentos Sócio-Antropológicos em Educação Física	4	60	0	60	
	2. História da Educação Física	3	45	0	45	
	3. Crescimento e Desenvolvimento Motor	4	45	15	60	
	4. Teoria e Prática dos Jogos	4	30	30	60	
	5. Anatomia Geral	4	30	30	60	
	6. Teoria e Prática do Atletismo I	4	30	30	60	
	Subtotal	23	240	105	345	
Segundo	7. Leitura e Produção de Texto	4	45	15	60	
	8. Fundamentos Filosóficos em Educação Física	3	45	0	45	
	9. Aprendizagem e Controle Motor	4	45	15	60	3
	10. Expressão Corporal e Dança	4	30	30	60	
	11. Neuroanatomia aplicada ao Movimento	4	30	30	60	5
	12. Teoria e Prática do Atletismo II	4	30	30	60	
	Subtotal	23	225	120	345	
Terceiro	13. Teoria e Prática das atividades aquáticas e natação	4	30	30	60	
	14. Fundamentos da Ginástica I	4	30	30	60	
	15. Fisiologia Humana	4	45	15	60	5
	16. Metodologia do Trabalho Científico	3	45	0	45	
	17. Psicologia da Educação e Desenvolvimento	4	45	15	60	
	18. Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do Movimento Humano	4	45	15	60	5
	Subtotal	23	240	105	345	
Quarto	19. Teoria e Prática dos Esportes Coletivos I (Handebol e Voleibol)	4	15	45	60	4
	20. Fundamentos da Ginástica II	4	15	45	60	
	21. Fundamentos Didáticos em Educação Física	4	45	15	60	
	22. Fisiologia do Exercício	4	45	15	60	15
	23. Educação Física na Educação Infantil	4	30	30	60	
	24. Higiene e Socorros de Urgências	4	45	15	60	
	Subtotal	24	195	165	360	
Quinto	25. Teoria e Prática dos Esportes Coletivos II (Basquetebol e Futebol/Futsal)	4	15	45	60	4
	26. Educação Física Escolar para grupos especiais	4	45	15	60	
	27. Educação Física para Crianças e Adolescentes	4	45	15	60	

	28. Medidas e Avaliação em Educação Física	4	30	30	60	15
	29. Estágio Supervisionado em Educação Física Infantil	8	30	90	120	4, 9,17, 21,23
	Subtotal	24	165	195	360	
Sexto	30. Teoria e Prática dos Esportes de Raquetes	4	30	30	60	
	31. Educação Especial e Educação Física	4	45	15	60	
	32. História e cultura afro-brasileira e indígena	3	30	15	45	
	33. Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	8	30	90	120	4,9,17, 21,27
	34. Optativa I	4	60	-	60	
	Subtotal	21	195	150	345	
Sétimo	35. Lazer, Recreação e Meio Ambiente	4	30	30	60	
	36. Pesquisa em Educação Física Escolar I (Projeto TCC)	4	45	15	60	7 – 16
	37. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	45	15	60	
	38. Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	6	30	60	90	4,9,17, 21,27,31
	39. Optativa II	4	60	-	60	
	Subtotal	22	210	120	330	
Oitavo	40. Pesquisa em Educação Física Escolar II	4	15	45	60	36
	41. Teoria e Prática das Lutas	4	15	45	60	
	42. Políticas Públicas em Educação e Educação Física	4	45	15	60	
	43. Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio	6	30	60	90	4,9,17, 21,27,31
	44. Optativa III	4	60	-	60	
	Subtotal	22	165	165	330	
	Subtotal Geral	184	1640	1120	2760	
	Atividades complementares	14	-	-	210	
	TOTAL GERAL	198	-	-	2970	

OBSERVAÇÕES:

(*) A(s) carga(s) horária(s) destinada(s) ao(s) Estágio(s) Supervisionado(s) e à(s) Atividade(s) Complementar(es) será(ão) cumprida(s) fora do horário de aula previsto para o funcionamento do curso mediante regulamento próprio aprovado e divulgado pelo Colegiado do Curso e Conselho Diretor/CONDIC.

(**) A carga horária total do curso, estabelecida em horas, é convertida em h/a de 60 minutos (Resolução CNE/CES nº 3/2007). A carga horária total do curso poderá ser acrescida por disciplinas optativas cursadas para enriquecimento curricular.

5.3 – Quadro de Disciplinas Optativas

	Disciplinas Optativas	Carga Horária
Optativa I	Educação Física e Qualidade de vida para escolares	60
Optativa II	Ética e Educação Física	60
Optativa III	Profissão Docente	60
Optativa IV	Organização de eventos em Educação Física	60
Optativa V	Esportes Temáticos	60

5.4 – Quadro Resumo da Estrutura Curricular

	Carga Horária
Disciplinas Obrigatórias	2580
Disciplinas Optativas	180
Atividades Complementares	210
Total	2970

5.5 – Quadro de Disciplinas com Pré Requisitos

Pré Requisito (Aprovação)	Disciplinas que não podem ser cursadas
Anatomia Geral (1º. Período)	1 - Neuroanatomia; 2 - Fisiologia Humana; 3-Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do movimento humano 4 – Fisiologia do Exercício 5 – Medidas e Avaliação em Educação Física
Crescimento e Desenvolvimento Motor (1º. Período)	1 - Aprendizagem e Controle Motor
Teoria e Prática dos Jogos (1º. Período)	1 – Teoria e prática dos esportes coletivos I 2 – Teoria e prática dos esportes coletivos II
Fisiologia Humana (3º. Período)	1 – Fisiologia do Exercício 2 - Medidas e Avaliação em Educação Física
Leitura e Produção de Textos (2º. Período)	1 - Projeto de Pesquisa em Educação Física I 2 - Projeto de Pesquisa em Educação Física II
Metodologia do Trabalho Científico (3º. Período)	1 - Projeto de Pesquisa em Educação Física I 2 - Projeto de Pesquisa em Educação Física II
Projeto de Pesquisa em Educação Física I (7º. Período)	1 - Projeto de Pesquisa em Educação Física II
Estágio Supervisionado em Educação Física Infantil, Fundamental e Médio	OBS: Ver no quadro de componentes curriculares.

*OBS: Os pré-requisitos são disciplinas que mediante aprovação do estudante são liberadas a matrícula e a possibilidade de cursar as disciplinas que compõem este quadro. Os pré-requisitos fortalecem a estrutura organizacional do currículo e norteiam as ações didático-pedagógicas das disciplinas integradas.

5.6 - O currículo do Curso de Educação Física

Há várias décadas, a área da Educação Física no Brasil passa por um intenso processo de reestruturação, buscando consolidar-se como área científica acadêmica capaz de produzir e transmitir conhecimentos relativos ao conjunto de práticas corporais criadas pelo ser humano ao longo da história. De um campo exclusivamente de aplicação de procedimentos nos âmbitos da educação formal e dos clubes esportivos, a Educação Física vem se constituindo como área acadêmica, na qual a produção de conhecimentos e a interface com outras áreas científicas consolidadas têm sido seus principais objetivos.

Os Cursos de Educação Física são orientados pela Resolução 01/2002 – CNE/CP, que institui as Diretrizes Curriculares para a formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena, formam professores de Educação Física para atuar na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), essa Resolução foi aprovada em 2002 e norteia as licenciaturas de todas as áreas.

Vários cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física vivenciam em suas grades curriculares os estudos pertinentes ao ambiente escolar, clubes e academias. Normalmente o aluno universitário cursa a disciplina prática obrigatória como o Basquete, Voleibol, Handebol e Futebol tal qual estivesse em uma escola de esporte: joga, aprende as regras e participa de torneios internos dentro da instituição de ensino. A essa formação podemos classificar como método, ou seja, Método de Ensino do Basquete, do Voleibol etc. Fica claro nessa concepção que o método não diz respeito aos vários saberes que são transmitidos, mas sim, ao modo como se realiza a sua transmissão, os aspectos táticos, técnicos, formações, regras. De acordo com De Marco e Melo (2002) apud Coutinho e Silva (2009) enfatizam que o esporte ideal é aquele que deve ser pautado nos pressupostos metodológicos de uma pedagogia do esporte que respeite seus praticantes no que concerne à sua faixa etária, suas motivações e seus interesses. Verifica-se que há uma distinção entre os cursos de graduação que tratam acerca das metodologias de ensino. Para o curso de Educação Física, o termo Metodologia, como no exemplo, na disciplina Metodologia do Ensino e Pesquisa em Esportes Coletivos, estaria mais relacionado aos aspectos táticos e técnicos do jogo, de forma a valorizar mais o jogo do que o aluno no ambiente escolar, partindo também para o campo de pesquisa em que o aluno se torna um objeto de estudo. Ao tratarmos a disciplina como Base Pedagógica do Esportes Coletivos buscou explicar acerca da função de que o esporte pode ser estrategicamente planejado para contribuir com educação no ensino básico de forma a agir na formação educacional dos discentes, em conformidade com os

parâmetros curriculares da Educação Física que busca a integração dos esportes coletivos como meio de pluralidade do ser para formação humana.

No que se refere à estrutura curricular, o curso de Educação Física será desenvolvido com uma carga horária de 2970 h/a em oito etapas denominadas, consecutivamente por, primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo e oitavo períodos, os quais são cursados no período vespertino obedecendo a sequência e carga horária.

O PPC do Curso de Educação Física permanece com 8 (oito) semestres letivos em um total de quatro anos, com quatro semestres de estágio prático. No que se refere aos conteúdos essenciais para o Curso de Educação Física, constata-se que a proposta dispõe em eixos, a saber:

1. Ciências Biológicas e da Saúde Aplicadas à Educação Física
2. Ciências Humanas Aplicadas à Educação Física
3. Educação Física Escolar
4. Conhecimentos Clássicos da Educação Física: Jogo e Brincadeiras, Lazer, Ritmo e Expressão, Ginástica, Luta, Dança, Esporte
5. Conhecimentos Aplicados a Educação Física (modalidades esportivas: basquetebol, futebol, handebol, natação, voleibol)
6. Educação Física para grupos especiais e Educação Especial
7. Meio Ambiente
8. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena
9. Libras
10. Estágios e Prática como componente curricular
11. Pesquisa Científica: Trabalho de Conclusão de Curso

De acordo com a proposta curricular, no que se refere à área de **Ciências Biológicas e da Saúde Aplicadas à Educação Física** associadas ao conhecimento do homem permanecem as disciplinas de Anatomia Geral; Neuroanatomia; Fisiologia Humana, Fisiologia do Exercício, Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do movimento, Higiene e Socorros de Urgência; Medidas e Avaliação em Educação Física. Na área de ciências biológicas os conhecimentos referem-se à estrutura corporal abordados sob o enfoque da percepção do próprio corpo, sentindo e compreendendo, por exemplo, os ossos e os músculos envolvidos nos diferentes movimentos e posições, em situações de relaxamento e tensão.

Uma vez que o professor na Educação Física escolar trabalha com vários tipos de alunos e cada um possui diferentes graus de aprendizagem para execução das atividades

físicas, foi pensada a disciplina de fisiologia do exercício para que o futuro egresso saiba quais os mecanismos de controle dos movimentos, e se num primeiro momento é necessário um esforço adaptativo para que o aluno consiga executar um determinado movimento ou coordenar uma sequência deles, em seguida essa realização pode ser exercida e repetida, por prazer funcional, de manutenção e de aperfeiçoamento. Além disso, os efeitos fisiológicos decorrentes do exercício, como a melhora da condição cardiorrespiratória e o aumento da massa muscular, são partes do processo da aprendizagem de esquemas motores, e não apenas um aspecto a ser trabalhado isoladamente. A disciplina de Higiene e Socorros de Urgência se torna necessário uma vez que a aprendizagem em Educação Física envolve alguns riscos do ponto de vista físico, inerentes ao próprio ato de se movimentar. Assim é importante que o acadêmico já tenha noções de primeiros socorros antes de ser encaminhado a um estágio prático, pois a prática da Educação Física deve também contemplar o aspecto relativo à segurança física.

No campo das **Ciências Humanas Aplicadas à Educação Física**, aliada ao conhecimento da sociedade, foram propostas as disciplinas de Leitura e Produção de Texto; Fundamentos Filosóficos em Educação Física; Fundamentos Sócio Antropológicos da Educação Física; História da Educação Física; Fundamentos Didáticos da Educação Física; Políticas Públicas em Educação e Educação Física; e a optativa Ética e Educação Física.

No que concerne à área do conhecimento **Educação Física Escolar** foi estabelecida a disciplina de Fundamentos didáticos da Educação Física, Educação física na Educação Infantil, Educação Física para crianças e Adolescentes, Estágio Supervisionado em Educação Física na Educação Infantil; Fundamental (1º ao 5º ano) e (6º ao 9º ano); Educação Física no Ensino Médio.

Em referência aos **Conhecimentos Clássicos da Educação Física: Jogo e Lazer, Ritmo e Expressão, Ginástica, Luta, Dança, Esporte**, foi pensada nas disciplinas de Teoria e Prática do Atletismo I e II, Fundamentos da Ginástica I e II, Dança e Expressão Corporal, Teoria e Prática dos Jogos; Teoria e Prática das Lutas; Teoria e Prática dos esportes de raquetes; Lazer, Recreação e Meio Ambiente. Seguindo os parâmetros curriculares da Educação Física as manifestações rítmicas incluem as manifestações da cultura corporal que têm como características comuns a intenção de expressão e comunicação mediante gestos e a presença de estímulos sonoros como referência para o movimento corporal. Trata-se das danças e brincadeiras cantadas.

Todas as culturas têm algum tipo de manifestação rítmica e/ou expressiva. No Brasil existe uma riqueza muito grande dessas manifestações. Danças trazidas pelos africanos na

colonização, danças relativas aos mais diversos rituais, danças que os imigrantes trouxeram em sua bagagem, danças que foram aprendidas com os vizinhos de fronteira. As danças foram e são criadas a todo tempo: inúmeras influências são incorporadas e as danças transformam-se e multiplicam-se. Por meio das danças e brincadeiras os alunos poderão conhecer as qualidades do movimento expressivo como leve/pesado, forte/fraco, rápido/lento, fluido/interrompido, intensidade, duração, direção, sendo capaz de analisá-los a partir destes referenciais; conhecer algumas técnicas de execução de movimentos e utilizar-se delas; ser capazes de improvisar, de construir coreografias, e, por fim, de adotar atitudes de valorização e apreciação dessas manifestações expressivas.

No campo de **Conhecimentos Aplicados a Educação Física (modalidades esportivas: basquetebol, futebol, handebol, natação, voleibol)**, foi implantado as disciplinas de Teoria e Prática dos Esportes Coletivos I e II, Teoria e Prática das atividades aquáticas e natação e Esportes Temáticos (optativa).

No aspecto da **Educação Física para grupos especiais e Educação Especial** foram criadas as disciplina Educação Física Escolar para grupos especiais e Educação Especial e Educação Física que atendem ao Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CES nº 274/2011 de 06/07/2011. As disciplinas pretendem valorizar o escolar, nos diferentes aspectos, social, psicológico, afetivo, cognitivo e motor respeitando a diversidade humana, suas limitações e potencialidades. Desta forma os conteúdos da Educação Física adaptada para que os alunos com deficiência, necessidades educativas especiais e com disfunções metabólicas e envelhecimento são importantes para orientar e supervisionar as práticas das atividades física e motoras neste público.

A construção das disciplinas está baseada nos parâmetros curriculares da Educação Física os quais norteiam que a Educação Física escolar deve dar oportunidades a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando formação humana. Nesse sentido, cabe assinalar que os alunos com deficiência física não podem ser privados das aulas de Educação Física. Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos alunos com deficiência física foram (e são) excluídos das aulas de Educação Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social. A aula de Educação Física pode favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do deficiente e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos da sociedade.

Relativo ao campo do **Meio ambiente**, conforme a lei Federal 9.795/1999, Art. 11 (Política Nacional de Educação Ambiental) as disciplinas Lazer, Recreação e Meio Ambiente e Organização de Eventos em Educação Física (optativa) tratam em seu ementário deste conhecimento.

Relativo ao campo da **História e cultura Afro-Brasileira e Indígena**, conforme as determinações da Lei nº 11.645/2008, as disciplinas Fundamentos Sócio-Antropológicos em Educação Física e Cultura e Educação Afro-brasileira e Indígena tratam em seu ementário deste conhecimento.

A disciplina **LIBRAS**-Língua Brasileira de Sinais foi implantada conforme Decreto Nº 5.626/2005.

No campo dos **Estágios e Prática como componente curricular** as disciplinas de Educação física na Educação Infantil, Educação Física para crianças e Adolescentes, Estágio Supervisionado na Educação Infantil, Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio.

No campo da **Pesquisa Científica e Trabalho de Conclusão de Curso**: as disciplinas Metodologia do Trabalho Científico; Pesquisa em Educação Física Escolar I (Projeto TCC), Pesquisa em Educação Física Escolar II(Conclusão TCC) foram elaboradas para orientar o estudante em seus trabalhos acadêmicos.

5.7 - Concepção e Organização Curricular em Núcleos de Estudos

São apresentadas a seguir informações referentes à organização curricular do curso de Licenciatura em Educação Física do Campus Universitário de Miracema, bem como a concepção e organização dos núcleos de estudos.

5.7.1 - Núcleos de formação

O Curso de Educação Física do Campus de Miracema da Universidade Federal do Tocantins está organizado em três núcleos de formação:

a) Núcleo de formação Específica: O Núcleo de Formação Específica abrange todos os conhecimentos das disciplinas técnicas sejam elas de formação esportiva ou de formação teórica básica cujos conteúdos são de natureza biológica ou humanista;

b) Núcleo de formação Docente: O Núcleo de Formação Pedagógica abrange aquelas disciplinas que darão sustentação didático-pedagógica-metodológica aos estudantes podendo ser teóricas, práticas ou mistas;

c) Núcleo de Formação Acadêmico-Científico Cultural (ACC): O Núcleo de Formação Acadêmico-Científico-Cultural abrange toda forma de enriquecimento curricular podendo ser integralizado por meio de matrícula em disciplinas optativas e/ou facultativas, participação em eventos esportivos e culturais, desenvolvimento de projetos de extensão, participação em congressos, simpósios encontros científicos, dentre outras atividades, desde que sejam previstas e regulamentadas no projeto pedagógico e/ou aprovadas pelo Colegiado do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Tocantins.

COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO ACC

1. <i>DIMENSÕES DO NÚCLEO</i>	2. <i>COMPONENTES CURRICULARES</i>	CRED.	C.H.
a) Dimensão de Aprofundamento Curricular	Optativa I	4	60
	Optativa II	4	60
	Optativa III	4	60
b) Dimensão de Atividades Complementares	Atividades Complementares	14	210
1. <i>Total de Créditos/Horas do Núcleo</i>		26	390

Conceituação dos componentes curriculares do Núcleo ACC

- Componentes curriculares optativos:** por definição, são componentes disciplinares de livre escolha do acadêmico dentre um universo de possibilidades ofertadas pelo Curso de Educação Física da UFT e/ou outros cursos desta ou de outras instituições de ensino superior que tenham afinidade com a área de formação do educador físico e possibilitem aprofundamento de estudos nas diversas modalidades e níveis de ensino.
- Atividades complementares:** por definição, trata-se de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos por diferentes instituições formativas, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional. A participação do acadêmico nessas atividades é de livre escolha e deverá ser comprovada mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do Campus.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DISCIPLINAS QUE COMPOEM OS TRÊS NÚCLEOS DE FORMAÇÃO	
Disciplinas	Núcleo de Formação
Leitura e Produção de Texto	Formação docente
História da Educação Física	Formação docente
Crescimento e Desenvolvimento Motor	Formação específica
Teoria e Prática dos Jogos	Formação específica
Anatomia Geral	Formação específica
Teoria e Prática do Atletismo I	Formação específica
Fundamentos Filosóficos da Educação Física	Formação docente
Metodologia do Trabalho Científico	Formação docente
Aprendizagem e Controle Motor	Formação específica
Expressão Corporal e Dança	Formação específica
Neuroanatomia aplicada ao Movimento	Formação específica
Teoria e Prática do Atletismo II	Formação específica
Teoria e Prática das atividades aquáticas e natação	Formação específica
Fundamentos da Ginástica I	Formação específica
Fisiologia Humana	Formação específica
Fundamentos sócio-antropológico em Educação Física	Formação docente
Psicologia da Educação e Desenvolvimento	Formação docente
Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do Movimento Humano	Formação específica
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos I (Handebol e Voleibol)	Formação específica
Fundamentos da Ginástica II	Formação específica
Fundamentos Didáticos em Educação Física	Formação docente
Fisiologia do Exercício	Formação específica
Educação Física na Educação Infantil	Formação específica
Higiene e Socorros de Urgências	Formação específica
Teoria e Prática dos Esportes Coletivos II (Basquetebol e Futebol/Futsal)	Formação específica
Educação Física Escolar para grupos especiais	Formação específica
Educação Física para Crianças e Adolescentes	Formação específica
Medidas e Avaliação em Educação Física	Formação específica
Estágio Supervisionado em Educação Física Infantil	Formação específica
Teoria e Prática dos Esportes de Raquetes	Formação específica
Educação Especial e Educação Física	Formação docente
Historia e cultura afro-brasileira e indígena	Formação docente
Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	Formação específica
Optativa I	Formação A.C.C.
Lazer, Recreação e Meio Ambiente	Formação específica
Pesquisa em Educação Física Escolar I (Projeto TCC)	Formação específica
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Formação docente
Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	Formação específica

Optativa II	Formação A.C.C.
Pesquisa em Educação Física Escolar II	Formação específica
Teoria e Prática das Lutas	Formação específica
Políticas Públicas em Educação e Educação Física	Formação docente
Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio	Formação específica
Optativa III	Formação A.C.C.
Atividades Complementares	Formação A.C.C.

5.8 - Ementário e bibliografia

Nesta seção são descritos os componentes curriculares do curso de forma detalhada, constando a carga horária, objetivos, ementa e bibliografias.

PRIMEIRO PERÍODO

Nome da disciplina:	FUNDAMENTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 3	Período 3º
	45 horas	Prática	00		
Ementa: Concepções, princípios e perspectivas da aprendizagem social na escola e no esporte. Discussão acerca dos diferentes enfoques, teorias e modelos de aprendizagem social em contexto político, afetivo e social. Desenvolvimento da socialização, relacionando com o ensino e aprendizagem no ser humano, tendo como meio social a escola e o esporte. Abordagem contextualizada da cultura afro-brasileira e Indígena.					
Bibliografia Básica: BRACHT, Valter. <i>Educação Física e Aprendizagem Social</i> . Porto Alegre: Magister, 1992. GADOTTI, M. <i>Diversidade cultural e educação para todos</i> . Rio de Janeiro: Graal, 1999. TOMAZI, N. D. <i>Iniciação à Sociologia</i> . São Paulo: Saraiva, 2000.					
Bibliografia Complementar: BENTO, Jorge O.; GARCIA, Rui; GRAÇA, Amândio (1999) <i>Contexto da pedagogia do desporto: perspectivas e problemáticas</i> . Lisboa: Livros Horizonte. DEMO, Pedro. <i>Desafios modernos da Educação</i> . Petrópolis: Vozes, 1999. GADOTTI, Moacir. <i>Pensamento pedagógico brasileiro</i> . São Paulo: Ática, 1987. MATOS, Margarida Gaspar de. <i>Corpo, Movimento e Socialização</i> . Rio de Janeiro: Sprint, 1994. TORRES, C. A. <i>Sociologia política da educação</i> . São Paulo: Cortez, 1993.					

Nome da disciplina:	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 3	Período 1º
	45 horas	Prática	00		
Ementa: Análise histográfica dos elementos teóricos que envolvem os conceitos e pertinência social da Educação Física, Educação Física Escolar, do Esporte e da Atividade motora; histografia contextual da Educação Física e do esporte inscritos no processo histórico; compreensão sobre os valores inerentes à atividade física/motora e à Educação Física e esporte atuais, tendo em vista o processo histórico pelo qual passaram.					
Bibliografia Básica BARROS, G.N.M. de. <i>As olimpíadas na Grécia Antiga</i> . São Paulo. Pioneira, 1996. 45p. CASTELLANI FILHO, L. <i>Educação Física no Brasil: a história que não se conta</i> . Campinas, Papirus. 1988. SOARES, C. <i>Educação Física: raízes européias e Brasil</i> . Campinas, SP. Autores Associados, 1994.					
Bibliografia Complementar GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. <i>Historia da educação</i> . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. <i>Historia da educação brasileira: a organização escolar</i> . 16. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2000. MARINHO, I.P. <i>História da Educação Física e dos Desportos no Brasil</i> . Brasil Colônia, Brasil Império, Brasil Republica, documentário e bibliografia. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde. Divisão de Educação Física. 4 vols. 1965. SOUZA, B.C. <i>História da Educação Física</i> . Escola de Educação Física Militar de São Paulo. Vols. I e II. 1975. GRIFI, G. <i>História da Educação Física e do Esporte</i> . Porto Alegre, D.C. Luzzatto. 1989.					

Nome da disciplina:	TEORIA E PRÁTICA DOS JOGOS				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos 4	Período 1º
	60 horas	Prática	30h		
Ementa: O jogo entendido como fenômeno cultural e educacional, inseridos na sociedade. As diferentes concepções teóricas, classificações e abordagens do jogo, brincadeira e brinquedo. As mudanças sociais que interferem as atividades lúdicas. A relação dos jogos esportivos coletivos e suas implicações na ação pedagógica e profissional da Educação Física.					
Bibliografia Básica CAILLOIS, R. <i>Os jogos e os homens</i> . Lisboa, Cotovia, 1990. FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. <i>Educação como prática corporal</i> . São Paulo: Scipione, 2003. KRÖGER, Christian; ROUTH, Klaus. <i>Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos</i> . São Paulo/SP: Phorte, 2002.					
Bibliografia Complementar BROTTTO, F. <i>Jogos Cooperativos: O jogo e o Esporte como um exercício de convivência</i> . 2 ed. Santos: Projeto Cooperação, 2002. FREIRE, J. B. <i>Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física</i> . São Paulo, SP: Scipione, 1997, 4ª Edição.					

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar**: crescer e aprender o resgate do jogo infantil. São Paulo/SP: Moderna, 1996.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: O jogo como elemento da cultura. 5ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

KISHIMOTO, T. M. (org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

MARCELLINO, N. C. **Pedagogia da animação**, Campinas, Papirus, 1990.

RIBAS, João Francisco Magno (org.). **Jogos e esportes**: fundamentos e reflexões da Praxiologia Motriz. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

Nome da disciplina:	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO MOTOR				
Natureza Obrigatória	Carga Total:	Horária	Teórica	60h	Créditos 4
	60 horas		Prática	0	Período 2º
Ementa: Organização do crescimento e desenvolvimento humano em seus diferentes aspectos do comportamento biológico, social, cognitivo, emocional, motor e sexual. As etapas do desenvolvimento motor ao longo da vida, aplicado a Educação Física.					
Bibliografia básica GALLAHUE, D.L; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. Compreendendo o Desenvolvimento Motor : bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7ª. Ed. São Paulo: Phorte, 2013. GALLAHUE, D.L; DONNELLY, F. Educação Física Desenvolvimentista para crianças . São Paulo: Phorte, 2007. HAYWOOD, K. M. e GETCHELL, N. Desenvolvimento motor ao longo da vida . Artmed editora, 2004. Bibliografia Complementar BEE, Helen. A criança em desenvolvimento . 7ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 1996. BRONFENBRENNER, U. Ecologia do Desenvolvimento humano : Experimentos Naturais e Planejados. São Paulo: Artmed, 1996. MARCONDES, E, VAZ, F. A. C.; RAMOS, J. L. A. (org.) Pediatria Básica . São Paulo: Savier, 2002. MARCONDES, E. Crescimento normal e deficiente . 3.ed. São Paulo/SP: Sarvier, 1986. PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento Humano . 8ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.					

Nome da disciplina:	ANATOMIA GERAL				
Natureza Obrigatória	Carga Total:	Horária	Teórica	30hs	Créditos 4
	60 horas		Prática	30	Período 1º
Ementa: Estudo morfológico dos sistemas que compõem o corpo humano e seus aspectos funcionais essenciais, enfatizando os sistemas ósseo, articular, muscular, respiratório e circulatório. Noções e fundamentos acerca da estrutura e a função das células e tecidos. E as relações com aplicação deste conhecimento em Educação Física.					

Bibliografia Básica

DANGELO, J.G.; FATTINI, C.A. *Anatomia Humana Básica*. São Paulo: Atheneu, 1995.
 DANGELO, JG; FATTINI CA: *Anatomia básica dos sistemas orgânicos*. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1978.

SOBOTA, J. *Atlas de Anatomia humana*. Hécio Werneck, 19. ed., VI, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

Bibliografia Complementar

ERHART, EA. *Elementos de Anatomia Humana*. 7. ed. São Paulo: Atheneu, 1987.

GOLDBERG, S. *Anatomia Clínica*. Luiz Irineu CibilsSettineri, Artes Médicas, Porto Alegre, 1993.

ROHEN, JW; YOKOCHI, C. *Anatomia humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional*. 2. ed. trad. Orlando Aidar, São Paulo, 1989.

HAMILTON, W J. *Tratado de Anatomia Humana*. 2. ed., Interamericana Ltda., Rio de Janeiro, 1982.

SPENCE, A P. *Anatomia humana básica*. 2. ed. São Paulo: Manole, 1991.

Nome da disciplina:	TEORIA E PRÁTICA DO ATLETISMO I				
Natureza Obrigatória	Carga Total:	Horária	Teórica	30hs	Créditos 4
	60 horas		Prática	30	
Ementa: As características gerais e específicas do Atletismo. A dimensão educativa e esportiva da modalidade. As diferentes modalidades de corrida e saltos, definições e regras. Os métodos e técnicas de ensino, sob o ponto de vista teórico e prático, em nível de iniciação, aperfeiçoamento, treinamento e adaptação. Os procedimentos pedagógicos para a vivência e aprendizagem do Atletismo com ênfase nos movimentos básicos e aprimoramento da técnica.					
Bibliografia Básica FERNANDES, José Luís. Atletismo: corridas . 3.ed. São Paulo/SP: EPU, 2003. FERNANDES, José Luís. Atletismo: os saltos . 2ª. Ed. São Paulo/SP: EPU, 2003. MATTHIESEN, Sara Quenzer. Atletismo se aprende na escola . 2ª. ed. São Paulo: Editora Fontoura, 2009.					
Bibliografia Complementar MATTHIESEN, Sara Quenzer. Atletismo: teoria e prática . 2ª. ed. São Paulo: Ganabara Kogan, 2007. COICEIRO, Geovana A. <i>1.000 exercícios para o atletismo</i> . Rio de Janeiro: Sprint, 2003. BARROS, Nelson. <i>Manual de atletismo</i> . Corridas, saltos e arremessos. 2. ed. Araçatuba, SP: Leme, 1984. J. BRAVO, MARTÍNEZ, J. L., DURAN, J., CAMPOS, J. <i>Atletismo I - Carreiras</i> . Barcelona, Comité Olímpico Español, 1992. J. BRAVO, MARTÍNEZ, J. L., DURAN, J., CAMPOS, J. <i>Atletismo II - Saltos</i> . Barcelona, Comité Olímpico Español, 1992.					

SEGUNDO PERÍODO

Nome da	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO
---------	-----------------------------

disciplina:					
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45 h	Créditos 4	Período 1º
	60 horas	Prática	15 h		
Ementa: Abordagens teóricas sobre leitura e produção textual. Tipos de textos (resumos, resenhas e fichamentos). Níveis e estratégias de leitura; Práticas de leitura e de produção textual. Bibliografia Básica FREIRE, Paulo. <i>A importância do ato de ler: em três artigos que se completam</i>. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. KATO, Mary. <i>O aprendizado da leitura</i>. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Bibliografia Complementar FAULSTICH, Enilde L. de. <i>Como ler, entender e redigir um texto</i>. 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003. MARTINS, Maria Helena. <i>O que é leitura?</i> São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos. PIETRI, E. <i>Práticas de leitura e elementos para a atuação docente</i>. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. SERAFINI, M. T. <i>Como escrever textos</i>. 10ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2000. SOLE, Isabel. <i>Estratégias de leitura</i>. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.					

Nome da disciplina:	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 3	Período 1º
	45 horas	Prática	0		
Ementa: Busca estudar o sentido e a finalidade da Filosofia aplicada a Educação Física. Identificando de forma crítica sob as várias dimensões da Educação Física à luz do pensamento filosófico. Contextualização de Introdução ao estudo da Filosofia da Educação e Ética; Introdução à Filosofia da Educação Física; Pensamento Filosófico-Pedagógico na perspectiva do movimento humano; Abordagem histórica-filosófica do corpo; Abordagens da Educação Física e suas correntes filosófico-pedagógicas.					
Bibliografia Básica BARBOSA, C.L.A. <i>Educação Física e Filosofia</i>. Petrópolis, RJ: VOZES, 2005. MUÑOZ P., G. <i>Introdução à Educação Física: Conceito, Limites e Possibilidades</i>. 2002. MEDINA, J. P. S. <i>A Educação Física cuida do corpo e mente</i>. 10 ed. Campinas: Papirus, 1992. Bibliografia Complementar MAGEE, B. <i>História da Filosofia</i>. São Paulo: Loyola, 1998. MUÑOZ P., G. <i>As Tendências Pedagógicas em Educação Física e sua relação com as</i>					

concepções idealistas e Materialistas da História. *Rev. Motrivivência*, No. 4, 1993.
 ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna, 2000.
 LARA, Tiago Adão. *Caminhos da razão no ocidente: a filosofia ocidental do renascimento aos nossos dias*. v. 3. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
 CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

Nome da disciplina:	EXPRESSÃO CORPORAL E DANÇA				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos 4	Período 2º
	60 horas	Prática	30h		
Ementa: A Metodologia da dança no currículo de Educação Física. Aspectos constituintes do ritmo da expressão corporal. Caracterização do repertório rítmico e expressivo no movimento. Vivências pessoais da cultura rítmica através do movimento. A consciência corporal na exploração de movimentação do corpo a partir da orientação no espaço. Noções de postura, disciplina e formas de movimento puro e simples. Criação e estética do movimento na dança. Bibliografia Básica CAMINADA, Eliana. História da dança : evolução cultural. Rio de Janeiro: Sprint, 1999. GAIO, Roberta; et al. <i>Ginástica e Dança no Ritmo da Escola</i> . Jundiaí -SP: Fontoura, 2010. MARQUES, I. <i>Dançando na escola</i> . São Paulo: Cortez, 2005. Bibliografia Complementar CHALLANGUIER, Claude e BOSSU, Henri. <i>A expressão corporal: método e prática</i> . Rio de Janeiro: Entrelivros, 1998. MEDINA, J. P. S. O Brasileiro e seu corpo . Campinas: Papirus, 1990. MOURA, Ieda C. <i>Musicalizando crianças: teoria e prática da educação musical</i> . São Paulo: Ática, 1989. LABAN, Rudolf. <i>Domínio do Movimento</i> . São Paulo: Editorial, 1971. VERDERI, Érica. <i>Encantando a Educação Física</i> . São Paulo: Sprint, 1997. WELLS, Renee. <i>O Corpo se expressa e dança</i> . São Paulo: Francisco Alves, 1984.					

Nome da disciplina:	APRENDIZAGEM E CONTROLE MOTOR				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 4	Período 3º
	60 horas	Prática	15h		
Ementa: O Comportamento Motor e suas subáreas do Desenvolvimento, Aprendizagem e Controle motor. A compreensão do processo de ensino de habilidades motoras, a relação com o indivíduo, tarefa e ambiente, a teoria do processamento da informação, o programa motor, feedback, instrução, transferência de aprendizagem e os tipos de prática, buscando a interação com a ação profissional em Educação Física. Bibliografia Básica MAGILL, R. A. Aprendizagem motora : conceitos e aplicações. São Paulo, Edgard Blucher, 5ª edição, 2000. MAGILL, R. A. Aprendizagem e Controle Motor . São Paulo, Edgard Blucher, 2011.					

SCHMIDT, R. A; WRISBERG, C. A. **Aprendizagem e performance motora**: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema. Porto Alegre, Artmed Editora, 2ª edição, 2001.

Bibliografia Complementar

GALLAHUE, D.L; OZMUN, J. C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor**: em bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.

GALLAHUE, D.L; DONNELLY, F. **Educação Física Desenvolvimentista para crianças**. São Paulo: Phorte, 2007.

LENT, R. **Cem bilhões de neurônios**: conceitos fundamentais de neurociência. São Paulo: Atheneu, 2001.

TANI, Go. **Comportamento Motor**: Aprendizagem e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

TANI, G. et al. **Educação Física Escolar**: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU. 1988.

Nome da disciplina:	NEUROANATOMIA APLICADA AO MOVIMENTO				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30hs	Créditos 4	Período 2º
	60 horas	Prática	30		
Ementa: Estudo morfológico do sistema nervoso central e periférico que compõem o corpo humano e seus aspectos funcionais essenciais. Abordagem das estruturas cognitivas, ato motor, razão e emoção enfatizando a produção do movimento humano nas bases neurológicas com aplicação deste conhecimento em Educação Física.					
Bibliografia Básica					
LENT, R. Cem bilhões de neurônios : conceitos fundamentais de neurociência. São Paulo: Atheneu, 2001.					
MACHADO, Angelo. Neuroanatomia funcional . São Paulo/SP: Atheneu, 1991					
MENESES, M. S. Neuroanatomia Aplicada . Rio de Janeiro: GUANABARA-2011.					
Bibliografia Complementar					
CROSSMAN, ALAM R. NEARY, DAVID. Neuroanatomia Ilustrada . São Paulo: Elsevier editora ltd.					
DANGELO, J.G.; FATTINI, C.A. <i>Anatomia Humana Básica</i> . São Paulo: Atheneu, 1995.					
SOBOTA, J. <i>Atlas de Anatomia humana</i> . Hécio Werneck, 19. ed., VI, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.					
GOLDBERG, S. <i>Anatomia Clínica</i> . Luiz Irineu CibilsSettineri, Artes Médicas, Porto Alegre, 1993.					
ROHEN, JW; YOKOCHI, C. <i>Anatomia humana</i> : atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional. 2. ed. trad. Orlando Aidar, São Paulo, 1989.					

Nome da disciplina:	TEORIA E PRATICA DO ATLETISMO II				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30hs	Créditos 4	Período 2º
	60 horas	Prática	30		

Ementa: As características gerais e específicas do Atletismo. A dimensão educativa e esportiva da modalidade. As diferentes modalidades de arremessos e lançamentos, definições e regras. Os métodos e técnicas de ensino, sob o ponto de vista teórico e prático, em nível de iniciação, aperfeiçoamento, treinamento e adaptação. Os procedimentos pedagógicos para a vivência e aprendizagem do Atletismo com ênfase nos movimentos básicos e aprimoramento da técnica.

Bibliografia Básica

FERNANDES, José Luís. **Atletismo: arremessos e lançamentos**. 2ª. Ed. São Paulo/SP: EPU, 2003.

MATTHIESEN, Sara Quenzer. **Atletismo se aprende na escola**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Fontoura, 2009.

BARROS, Nelson. *Manual de atletismo*. Corridas, saltos e arremessos. 2. ed. Araçatuba, SP: Leme, 1984.

Bibliografia Complementar

COICEIRO, Geovana A. *1.000 exercícios para o atletismo*. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

MATTHIESEN, Sara Quenzer. **Atletismo: teoria e prática**. 2ª. ed. São Paulo: Ganabara Kogan, 2007.

Autores, et al. **Atletismo: regras oficiais de competição**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Phorte, 2010.

J. BRAVO, MARTÍNEZ, J. L., DURAN, J., CAMPOS, J. *Atletismo III - Lanzamientoss*. Barcelona, Comité Olímpico Español, 1992.

TERCEIRO PERIODO

Nome da disciplina:	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	60h	Créditos 4	Período 2º
	60 horas	Prática	0		
Ementa: Abordar o surgimento e desenvolvimento do pensamento científico, relacionando-o, numa perspectiva histórica, aos contextos sociais de ciência e produção do conhecimento. Explicitar as características de uma trabalho acadêmico a partir da normas da ABNT. Enfatizar as diferenças e técnicas da escrita Resumo, Resenha e Fichamento. Introduzir aspectos de formatação e estrutura de projetos, trabalhos e monografias.					
Bibliografia básica LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. SEVERINO, A J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo, Cortez, 2009. MATTOS, M. G.; BLECHER, S.; ROSSETTO JUNIOR, A. J. Metodologia da pesquisa em Educação Física . São Paulo, Phorte Editora, 2008.					
Bibliografia complementar THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. Métodos de pesquisa em atividade física . 3ª ed. São Paulo, Artmed, 2007. CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.). <i>Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas</i> . 10. ed. Campinas-SP: Papirus, 1999.					

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo, Pioneira, 1997.

Nome da disciplina:	TEORIA E PRÁTICA DAS ATIVIDADES AQUÁTICAS E NATAÇÃO				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	15h	Créditos 4	Período 3º
	60 horas	Prática	45h		
Ementa: Os principais esportes aquáticos com ênfase na natação e seus aspectos técnicos, administrativos, abrangendo competições, regras, técnica dos nados, manutenção de conjuntos aquáticos, segurança em piscina e todos os demais elementos abrangendo o gerenciamento de atividades aquáticas. Elaboração de programas de atividades aquáticas e no ambiente escolar. Processo ensino-aprendizagem dos quatro nados, atividades lúdicas e motoras no meio líquido. Bibliografia Básica MACHADO, David. <i>Natação: iniciação ao treinamento</i>. São Paulo: EPU, 2006. GRECCO, Camila Coelho. <i>Aspectos fisiológicos e técnicos da natação</i>. Guanabara, 2011. MAGLISCHO, E. W. <i>Nadando o mais rápido possível</i>. Manole: 2010. Bibliografia Complementar BASILONE NETTO, José. <i>Natação: iniciação ao treinamento desportivo</i>. Rio de Janeiro: Palestra, 1998. COSTA, Paula Henteschel Lobo. <i>Natação e atividades aquáticas</i>. São Paulo: Manole, 2009. COLWIN, C.M. <i>Nadando para o século XXI</i>. São Paulo: Manole, 2000. FIGUEIREDO, Paulo Poli. <i>Natação para bebês, infantil e iniciação: uma estimulação para a vida</i>. São Paulo: Phorte, 2005. LIMA, E. L. <i>A prática da natação para bebês</i>. São Paulo: Fontoura, 2004. PEREIRA, Maurício Duran. <i>Aprendendo a nadar em ludicidade</i>. São Paulo: Phorte, 2005.					

Nome da disciplina:	FUNDAMENTOS DE GINÁSTICA I				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	15h	Créditos 4	Período 3º
	60 horas	Prática	45h		
Ementa: Histórico e evolução da Ginástica Geral, manifestações rítmicas e dos exercícios físicos ginásticos e sua classificação. Estudo e aplicações dos movimentos fundamentais e naturais das capacidades físicas e das habilidades motoras e suas relações com as potencialidades para o movimento de cada faixa etária. Estrutura e planejamento de					

seqüências de exercícios ginásticos e a composição das rotinas de uma aula.

Bibliografia Básica

AYOUB, Eliana. *Ginástica geral e Educação Física escolar*. 3ª. Ed. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2013.

GAIO, Roberta; *et al.* *Ginástica e Dança no Ritmo da Escola*. Jundiaí -SP: Fontoura, 2010.

PAOLIELLO, Elizabeth. *Ginastica Geral: experiências e reflexões*. São Paulo: Phorte, 2008.

Bibliografia Complementar

BARBANTI, Valdir. *Treinamento físico: bases científicas*. Rio de Janeiro: CLR Balieiro, 1996.

DANTAS, Estélio H. M. *Flexibilidade, alongamento e flexionamento*. São Paulo: Shape, 1999.

FREITAS, A.; VIEIRA, S. *O que é ginástica artística*. São Paulo: casa da palavra, 2007.

SANTOS, C. R. *Gymnica 1000 Exercícios*. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

PUBLIO, N. S. *Evolução Histórica da Ginástica Olímpica*. São Paulo: Phorte, 1998.

Nome da disciplina:	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO				
Natureza	Carga Horária	Teórica	60h	Créditos	Período
Obrigatória	Total:			4	4º
	60 horas	Prática	00		
Ementa: Os processos de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento da criança e do adolescente: as contribuições de Piaget, Wallon e Vygotsky. Ênfase aos processos de interação sócio-cultural para a construção do conhecimento e a afirmação dos sujeitos sociais.					
Bibliografia Básica CAMPOS, Dinah Martins de Souza. <i>Psicologia da aprendizagem</i> . 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. PATTO, Maria Helena Souza. <i>Introdução a psicologia escolar</i> . 3. ed. São Paulo: Casa psicólogo, 1997. PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. <i>Psicologia & Educação: revendo contribuições</i> . São Paulo: Educ/FAPESP, 2007.					
Bibliografia Complementar COLL, Cezar S. <i>Psicologia da educação</i> . Porto Alegre: Artmed, 1999. FOULIN, Jean-Noel. <i>Psicologia da educação</i> . Porto Alegre: Artmed, 2000. PIAGET, Jean. <i>Epistemologia genética</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2002. _____. <i>O juízo moral da criança</i> . 3. ed. São Paulo: Summus, 1994. TAILLE, Yves de La. <i>Teoria psicogenéticas em discussão</i> . São Paulo: Summus, 1992. VIGOTSKI, L.S. <i>Pensamento e linguagem</i> . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. VIGOTSKI, L.S. <i>A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2000. WALLON, Henri. <i>A evolução psicológica da criança</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2006.					

Nome da disciplina:	BASES CINESIOLÓGICAS E BIOMECÂNICAS DO MOVIMENTO HUMANO
---------------------	---

Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 4	Período 3º
	60 horas	Prática	15h		
Ementa: A interdisciplinaridade da Cinesiologia e Biomecânica no estudo do movimento humano; Cinesiologia e Biomecânica suas estruturas e ações neuromusculares, esqueléticas, articulares e motoras aplicadas a Educação Física e as atividades da vida diária.					
Bibliografia Básica CARNAVAL, Paulo. <i>Cinesiologia aplicada aos esportes</i> . Rio de Janeiro: Sprint, 2000. HAMILL, J. <i>Bases biomecânicas do movimento humano</i> . São Paulo: Manole, 2000. HALL, S. <i>Biomecânica básica</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. Bibliografia Complementar AMADIO, A.C.; DUARTE, M. Fundamentos Biomecânicos para a Análise do Movimento. <i>Laboratório de Biomecânica</i> , Escola de Educação Física, Universidade de São Paulo, 1996. ENOKA, Roger, M. <i>Bases neuromecânicas de cinesiologia</i> . São Paulo: Manole, 2000. CARR, GERRY. <i>Biomecânica dos esportes</i> . São Paulo: Manole, 1998. RASCH, P.J. <i>Cinesiologia e anatomia aplicada</i> . 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. LIMA, Cláudia Silveira; PINTO, Ronei Silveira. <i>Cinesiologia e Musculação</i> . São Paulo: Artmed, 2006.					
Nome da disciplina:	FISIOLOGIA HUMANA				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	60h	Créditos 4	Período 3º
	60 horas	Prática	00		
Ementa: Conhecimento dos mecanismos de funcionamento dos sistemas orgânicos, tendo em vista uma visão da importância de cada um deles e do funcionamento integrado do organismo. Abordar os sistemas que compõem o organismo humano, sistema neuromuscular, neurovegetativo, cardiovascular, respiratório, renal, digestório e endócrino, bem como as interrelações funcionais existentes entre eles aplicados a Educação Física					
Bibliografia Básica BORBECK, J.E. <i>As Bases Fisiológicas da Prática Médica</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. GANONG, W. <i>Fisiologia Médica</i> - Rio de Janeiro, Artes Médicas. GUYTON, A.C. <i>Tratado de Fisiologia Médica</i> . Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. Bibliografia Complementar JUNQUEIRA, L.C.V. & CARNEIRO, J. <i>Histologia Básica</i> . Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. HOUSSAY, B.A. <i>Fisiologia Humana</i> . Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. VANDER, A.J.; SHEMAN, J.S. & LUCIANO, D.S. <i>Fisiologia Humana</i> . New York, MacGraw-Hill. MOUNTCASTLE, V.B. <i>Fisiologia Médica</i> - Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. SELKURT, E. <i>Fisiologia</i> . Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2000					

QUARTO PERÍODO

Nome da disciplina:	TEORIA E PRÁTICA DOS ESPORTES COLETIVOS I (HANDEBOL E VOLEIBOL)				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	15h	Créditos 4	Período 4º
	60 horas	Prática	45h		
Ementa: Histórico, evolução e processo de ensino e aprendizagem do Handebol e Voleibol. Regras básicas dessas modalidades esportivas. Programas para a prática dos fundamentos básicos desses esportes. Princípios do treinamento na organização de atividades para diferentes grupos, em diferentes faixas etárias; Planejamento e aplicação sessões de treinamento de acordo com as diferentes etapas iniciação, aperfeiçoamento, treinamento e adaptação.					
Bibliografia Básica CRUZ, Emílio Eduardo da. <i>Treinamento de Voleibol</i>: visando ao jogo. São Paulo: Phorte, 2012. TENROLLER, Carlos. <i>Handebol</i>: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: 2ª Edição: Sprint, 2005. GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolgo Novelino (org). Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Bibliografia Complementar BIZZOCHI, C.E. <i>O voleibol de alto nível</i>: da iniciação à competição. São Paulo: Fazendo Arte, 2000. CARVALHO, Oto Moravia de. <i>Voleibol: 1000 exercícios</i>. 5. ed. Editora: Sprint, 2001. DON SHONDELL; REYNAUD, Cecile. <i>A bíblia do treinador de Voleibol</i>. São Paulo: Artmed, 2005. EHRET, A. et al. <i>Manual de handebol</i>: treinamento de base para crianças e adolescentes. S.Paulo: Phorte, 2002. KRÖGER, Christian; ROUTH, Klaus. Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos. São Paulo/SP: Phorte, 2002. MELHEM, A. <i>Brincando e aprendendo handebol</i>. Rio de Janeiro: Sprint, 2002. SIMÕES, A.C. <i>Handebol defensivo</i>: conceitos técnicos e táticos. São Paulo: Phorte, 2002. MESQUITA, I. <i>Pedagogia do treino</i>: a formação em jogos esportivos coletivos. Lisboa: Livros Horizonte, 1997. PADRÃO, A.L. <i>Manual de mini-handebol</i>. São Paulo: Phorte, 2002. BAYER, C. <i>La enzeñanza de los juegos deportivos colectivos</i>. Barcelona: Hispano Europea, 1986.					

Nome da disciplina:	FUNDAMENTOS DE GINÁSTICA II				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	15h	Créditos 4	Período 4º
	60 horas	Prática	45h		
Ementa: A Ginástica Artística, Rítmica e Circense e suas modalidades e conteúdos das aulas de Educação Física escolar. Utilização dos movimentos e materiais próprios para Educação Física na elaboração das atividades de ginástica. Formações de ginástica individual, duplas, trios e grandes grupos. A ginástica rítmica e suas modalidades como conteúdo					

das aulas de Educação Física escolar. Utilização do arco, bola, maça e fita na elaboração das atividades de ginástica. A arte Circense e o processo evolutivo do circo e sua relação com a escola. As possibilidades práticas e suas modalidades (acrobacias e malabarismo) Estrutura e planejamento de sequências de exercícios ginásticos e a composição das rotinas de uma aula.

Bibliografia Básica

BORTOLETO, M. A. C. (Org.). *Introdução à pedagogia das atividades circenses*. Jundiaí - SP: Editora Fontoura, 2008. (Volume I e II).

GAIO, Roberta. *Ginástica rítmica da iniciação ao alto nível*. São Paulo: Fontoura, 2008.

NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V. *Compreendendo a ginástica artística*. São Paulo: Phorte, 2005.

Bibliografia Complementar

ALONSO, H. A. *Pedagogia da ginástica Rítmica: Teoria e prática*. São Paulo: Phorte, 2011.

BROCHADO, F. BROCHADO, V. *Fundamentos da Ginastica artística*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2005.

BERRA, M. A. *Ginástica Rítmica Desportiva*. São Paulo: Estempa, 1998.

GAIO, Roberta. *Ginástica rítmica desportiva "popular": uma proposta educacional*. São Paulo: Robe, 1996.

SANTOS, C. R. *Gymnica 1000 Exercícios*. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

Nome da disciplina:	FUNDAMENTOS DIDÁTICOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 4	Período 4º
	60 horas	Prática	15		
Ementa: Introdução aos fundamentos básicos da Educação, Didática e Didática da Educação Física, contextualizados historicamente. Fundamentação teórica e construção epistemológica da Didática, articulando-a com a Educação, a Educação Física e as ciências afins. Princípios didático para o processo ensino-aprendizagem da Educação Física.					
Bibliografia Básica BORGES, C. M. F. <i>O professor de Educação Física e a construção do saber</i> . Campinas, SP: Papirus, 1998. GALLARDO, Jorge Sérgio Perez et. ali. <i>Didática da Educação Física: a criança em movimento, jogo, prazer e transformação</i> . São Paulo: FTD, 1998. LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo/SP: Cortez, 1994.					
Bibliografia Complementar CANDAU, Vera Maria. (Org.). <i>Rumo a uma nova Didática</i> . 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. DARIDO, S.C. <i>Educação Física na escola: questões e reflexões</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. COLETIVO DE AUTORES. <i>Metodologia do ensino da Educação Física</i> . São Paulo: Cortez, 1992. OLIVEIRA, Maria Rita N. S. <i>A reconstrução da didática: elementos teóricos-metodológicos</i> . 4. ed. São Paulo: Papirus, 2002. KUNZ, Elenor (Org.) <i>Didática da Educação Física</i> . vol 1. Ijuí-RS: EDUNIJUÍ, 2001. KUNZ, Elenor. <i>Educação Física: ensino e mudanças</i> . Ijuí-RS: Unijuí, 1991. _____. <i>Transformação didático-pedagógica do esporte</i> . Ijuí-RS: EDUNIJUÍ, 2000. PIMENTA, Selma Garrido. <i>De professores, pesquisa e didática</i> . Campinas: Papirus, 2006					

Nome da disciplina:	EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos 4	Período 5º
	60 horas	Prática	30h		
Ementa: Análise das relações entre Educação, Educação Física e a Infância, como eixo de reflexão para a intervenção profissional com bebês e crianças da primeira infância, no âmbito da Educação Infantil promovendo o desenvolvimento integral de bebês e crianças pequenas. Compreensão dos aspectos do desenvolvimento infantil, ludicidade, jogos e brincadeiras com ênfase nas possibilidades de movimento nas instituições Infantis.					
Bibliografia Básica GALLARDO, Jorge sergio Pérez. <i>Prática de ensino em Educação Física: a criança em movimento</i> . São Paulo: FTD, 2011. MATTOS, Mauro G. e NEIRA, Marcos G. <i>Educação Física Infantil: construindo o movimento na escola</i> . 7ª.ed. São Paulo: Phorte Editora, 2008. MOREIRA, W. W. <i>Corpo em Movimento na Educação Infantil</i> . São Paulo: Cortez, 2012. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DARIDO, S. C. ; SOUZA JR, O. DE . Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. Campinas: Papirus, 2007. FREIRE, J.B. <i>Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física</i> . São Paulo: Editora Scipione, 1996. FREIRE, J.B.; SCAGLIA, A.J. <i>Educação como prática corporal</i> . São Paulo: Editora Scipione, 2003. GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. <i>Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos</i> . São Paulo: Phorte, 2005. GALLARDO, Jorge sergio Pérez. <i>Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio</i> . Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003.					

Nome da disciplina:	HIGIENE E SOCORROS DE URGÊNCIA				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 4	Período 4º
	60 horas	Prática	15h		
Ementa: Higiene - Prevenção de doenças, cuidados corporais, alimentares e do vestuário. Hábitos nocivos à saúde, saneamento de locais para a prática da Educação Física. Socorros de Urgência – Métodos básicos de assistência em situações de emergência. Procedimentos de emergência e preventivos.					
Bibliografia Básica ALVAREZ, F. S.; CANETTI, M. D.; RIBEIRO JÚNIOR, Célio. Manual de socorro de emergência . São Paulo: Atheneu, 2005. GONÇALVES, A. Saúde coletiva e urgência em Educação Física e esportes . Campinas: Papirus, 1997.					

NOVAES, Jefferson da Silva; NOVAES, Geovanni da Silva. *Manual de primeiros socorros para Educação Física*. São Paulo: Sprint, 1994.

Bibliografia Complementar

HAFEN, B.Q; KARREN, K.J.; FANDSEN, K.J. *Guia de primeiros Socorros para estudantes*. São Paulo: Manole, 2002.

FLEGEL, M.J. *Primeiros Socorros no esporte*. São Paulo: Manole, 2002.

BERGERON, J.D; BIZJAK, G. *Primeiros Socorros*. São Paulo: Atheneu, 1999.

SILVA, O. J. D. *Emergências e traumatismo nos esportes: prevenção e primeiros socorros*. Florianópolis: 1998.

TAVARES, V. H. S. V. E. S. M. da C. F. *Nadar com segurança: prevenção de afogamentos, técnicas de sobrevivência, adaptação ao meio líquido e resgate e salvamento aquático*. Barueri: Manole, 2003.

Nome da disciplina:	FISIOLOGIA DO EXERCÍCIO				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 4	Período 4º
	60 horas	Prática	15h		
Ementa: Controle Muscular e Neurológico do Movimento, Adaptações Neuromusculares e Metabólicas ao Treinamento, Regulação Hormonal, Cardiovascular e Respiratória durante o Exercício Agudo e Crônico Termorregulação, Exercício em Ambientes Hipobáricos, Hiperbáricos e Microgravidade. Avaliações fisiológicas aplicadas as atividades físicas.					
Bibliografia Básica MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; Victor L. <i>Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano</i> . 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara Koogan, 2008. POWERS, Scott K.; HOWLEY, Edward T. <i>Fisiologia do Exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho</i> . 1.ed. São Paulo, SP: Editora Manole, 2000. WEINECK, J. <i>Biologia do Esporte</i> . São Paulo: Ed. Manole, 2000.					
Bibliografia Complementar ASTRAND, P.O., RODAHL, K. <i>Tratado de Fisiologia do Exercício</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980. WILMORE, Jack H.; COSTILL, David L. <i>Fisiologia do Esporte e do Exercício</i> . São Paulo: Manole, 2001. AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Guidelines for exercise testing and prescription, 2000. GUYTON, A.C. <i>Tratado de Fisiologia Médica</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992. POLLOCK, M.; WILMORE; FOX III, S.L. <i>Exercício na Saúde e na Doença</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: ed. MEDSI, 1993.					

QUINTO PERÍODO

Nome da disciplina:	TEORIA E PRÁTICA DOS ESPORTES COLETIVOS II (BASQUETEBOL E FUTEBOL/FUTSAL)				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	15h	Créditos 4	Período 5º
	60 horas	Prática	45h		
Ementa: Introdução às bases pedagógicas do Basquetebol e Futebol enfatizando a história, a evolução e a organização do basquetebol e do futebol no mundo bem como sua perspectiva organizacional dentro da escola com ênfase no Futsal. Fundamentos básicos de sistemas táticos (ataque e defesa) necessários para o processo ensino-aprendizagem do escolar. Iniciação, aperfeiçoamento, treinamento e adaptação.					
Bibliografia Básica COUTINHO, N.F. <i>Basquetebol na escola</i> : da iniciação ao treinamento. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. FREIRE, J. <i>Pedagogia do Futebol</i> . Autores Associados, 2003. REVERDITO, Riller, R.; SCAGLIA, Alcides J. <i>Pedagogia do esporte</i> : jogos coletivos de invasão. 1.ed. São Paulo: Phorte, 2009.					
Bibliografia complementar CARVALHO, Walter. <i>Basquetebol</i> : sistemas de ataque e defesa. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. VOSER, R. da C.; GIUSTI, J. G. O. <i>Futsal e a Escola</i> : uma perspectiva pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002. TORRELES, A.S.; ALCARAZ, C.F. <i>Escolas de futebol</i> : manual para organização e treinamento. Porto Alegre, Artmed, 2003. FERREIRA, Aluísio Elias Xavier. <i>Basquetebol</i> : técnicas e táticas. 2003 DAIUTO, M. <i>Basquete</i> : metodologia do ensino. São Paulo: Hemus, 1991. FERREIRA Aluisio; DE ROSE, Dante. <i>Basquetebol, técnicas e táticas</i> : uma abordagem metodológica. São Paulo: EPU, 1987. DE ROSE Jr, D.; TRICOLI, V. (Org.). Basquetebol : uma visão Integrada entre ciência e prática. Barueri: Manole, 2005. PAES, R. R. Aprendizagem e competição precoce : o caso do basquetebol. 2ª. ed. Campinas: Unicamp, 1996. OLIVEIRA, V.; PAES, R. R. Ciência do Basquetebol : Pedagogia e metodologia da iniciação à especialização. Londrina: MIDIOGRAF - Gráfica & Editora, 2004.					

Nome da disciplina:	MEDIDAS E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 4	Período 5º
	60 horas	Prática	15h		
Ementa Fundamentos da avaliação antropométrica, funcional e motora. Avaliação dos aspectos funcionais, metabólicos, neuromusculares, estruturais e de composição corporal, das habilidades e destrezas desportivas. Rotinas de avaliação aplicadas às atividades físicas e ao esporte. Possibilidades de Avaliação na Escola.					

Bibliografia Básica

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. *Manual Prático para Avaliação em Educação Física*. São Paulo: Manole. 2004.

PITANGA, F. J. G. **Testes, medidas e avaliação**: em Educação Física e esportes. 5ª. Ed. São Paulo: Phorte, 2008.

TRITSCHLER K. *Medida e Avaliação em Educação Física e Esportes*. 5. ed. São Paulo: Manole. 2003.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO; C.G.S. *Manual de Teste de Esforço*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1984.

CARNAVAL, P.E. *Medidas e Avaliação em Ciências do Esporte*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

HEYWARD, V.H. *Avaliação física e prescrição de exercício: técnicas avançadas*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. *Controle do Peso Corporal: Composição Corporal, Atividade Física e Nutrição*. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape. 2003.

MORROW Jr, J.R.; JACKSON A.W.; DISCH J.G.; MOOD D.P. *Medida e Avaliação do Desempenho Humano*. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2003.

KISS, M.A.P.D. *Esporte e Exercício: Avaliação e Prescrição*. São Paulo: Roca, 2004.

POLLOCK, M.H. *Exercícios na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação*. São Paulo: Medsi, 1993.

QUEIROGA, M. R. **Testes e medidas para avaliação da aptidão física**: relacionada a saúde em adultos. São Paulo: Guanabara, 2005.

TARANTO, Giuseppe. **Diretrizes do ACSM para os esforços e sua prescrição**: American College Of Sports Medicine. 6.ed. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 2003.

Nome da disciplina:	EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 4	Período 5º
	60 horas	Prática	15h		
Ementa: Análise das relações entre Educação e Educação Física, como eixo de reflexão para a intervenção profissional com crianças e adolescentes, no âmbito da educação formal considerando os três níveis da Educação Básica (Infantil, Fundamental e Médio). Análise e contextualização da infância e adolescência. Introdução às dimensões práticas da Educação Física no ensino infantil, fundamental e médio com ênfase nas possibilidades de movimento na escola.					
Bibliografia Básica GALLARDO, Jorge sergio Pérez. Educação Física escolar : do berçário ao ensino médio. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003. MATTOS, Mauro G. e NEIRA, Marcos G. Educação Física na Adolescência: construindo conhecimento na escola . São Paulo: Phorte Editora, 2000. MOREIRA, W. W. <i>Corpo em Movimento na Educação Infantil</i> . Sao Paulo: Cortez, 2012.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DARIDO, S. C. (Org.); RANGEL, I. C. A. (Org.). <i>Educação Física na escola: implicações</i>					

para a prática pedagógica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DARIDO, Suraya Cristina. *Educação Física na escola: questões e reflexões*. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 2003.

DARIDO, S. C. ; SOUZA JR, O. DE . Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. Campinas: Papirus, 2007.

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. São Paulo: Phorte, 2005.

FREIRE, J.B.; SCAGLIA, A.J. *Educação como prática corporal*. São Paulo: Editora Scipione, 2003.

Nome da disciplina:	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA GRUPOS ESPECIAIS				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 4	Período 5º
	60 horas	Prática	15h		
Ementa: O estudo das crianças, gestantes e idosos como populações especiais no ensino em Educação Física. Os procedimentos pedagógicos e intervenção diante das disfunções metabólicas e hormonais (obesidade, hipertensão, diabetes, doenças cardíacas e respiratórias) na atuação do profissional de Educação Física.					
Bibliografia Básica PITANGA, F. J. G. <i>Epidemiologia Da Atividade Fisica, Exercicio Fisico e Saude</i> . 3 ed. Phorte, 2010. HALLAL, P. R. C.; FLORINDO, A. A. <i>Epidemiologia da atividade física</i> . Atheneu Editora, 2011. NUNES, M. A. <i>Transtornos Alimentares e Obesidade</i> . Artmed, 2006.					
Bibliografia Complementar CASTINHEIRAS NETO, A. G. Manual de prescrição de exercicio na doença cardiovascular . Editora Rubo, 2012. CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos . 2ª ed. Campinas: Papirus, 2005. COLBERG, S. Atividade física e diabetes . Manole. 2002 MATSUDO, S. M.M.; MATSUDO, V. K. R. Atividade física e obesidade: prevenção e tratamento . Atheneu, 2008. MATSUDO, S. M. M. Avaliação do Idoso: Física & Funcional . Londrina: Midiograf, 2000. RAMOS, A. T. Atividade Física: diabetes, gestantes, 3ª idade, crianças e obesos . Sprint, 1992. ZUGAIB, M.; LOPES, M. A.B. Atividade física na gravidez e no pos-parto . Editora Roca, 2009.					

Nome da disciplina:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos 8	Período 5º
	120 horas	Prática	90h		

Ementa:

Estágio como práxis na Educação Física desenvolvida no Ensino Infantil. Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de ensino infantil, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos.

Bibliografia Básica

FREIRE, J.B.; SCAGLIA, A.J. *Educação como prática corporal*. São Paulo: Editora Scipione, 2003.

KISHIMOTO, T. M. *O Jogo e a Educação Infantil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

MOREIRA, W. W. *Corpo em Movimento na Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BROUGÈRE, G. Jogo e educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

DARIDO, S. C. (Org.); RANGEL, I. C. A. (Org.). *Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DEHEINZELIN, M.; CAVALCANTI LIMA, Z.V. *Professor da pré-escola*. São Paulo: Globo, 1991.

FREIRE, J. B. *Educação de Corpo Inteiro*. São Paulo: Scipione, 1989.

GALLARDO, Jorge sergio Pérez. **Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio**. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003.

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. São Paulo: Phorte, 2005

KAMII, C. e DEVRIÈS, R. *Jogos em Grupo na Educação Infantil: implicações da teoria de Piaget*. São Paulo, Trajetória Cultural, 1991.

MATTOS, M.G.; NEIRA, M.G. *Construindo o movimento na escola*. São Paulo: Phorte, 1999.

SEXTO PERÍODO

Nome da disciplina:	TEORIA E PRÁTICA DOS ESPORTES DE RAQUETES				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	15h	Créditos 4	Período
	60 horas	Prática	45h		
Ementa: O Estudo teórico e prático dos esportes de raquete. Evolução, história, regras, conceitos dos esportes de raquetes e o processo de ensino aprendizagem na iniciação, aperfeiçoamento, treinamento e adaptação.					
Bibliografia Básica ISHIZAKI, Márcio T.; CASTRO, Mara Silvia Assis. Tênis : aprendizagem e treinamento. 2.ed. São Paulo: Phorte, 2008. MARINOVIC, W. IIZUKA, C. A.; NAGAOKA, K. T. Tênis de mesa . São Paulo: Phorte, 2006.					

SESI. **Tênis, Tênis de mesa e Badminton.** Serviço Social da Indústria. São Paulo: Editora SESI/SP, 2012.

Bibliografia Complementar

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos:** O jogo e o Esporte como um exercício de convivência. 2ª ed. Santos: Projeto Cooperação, 2002.

CAMARGO, Francisco Eduardo Bueno de; MARTINS, Marles Sérgio. **Aprendendo o tênis de mesa brincando.** Piracicaba: Editora Unimep, 1999.

FREITAS, A.; VIEIRA, S. **O que é tênis:** histórias, regras e curiosidades. Casa da palavra, 2009.

WOODS, Ron., WOODS Kathy. **Prática de Tênis Após os 50.** São Paulo: Manole, 2010.

Nome da disciplina:	HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA				
Natureza	Carga Horária	Teórica	30h	Créditos	Período
Obrigatória	Total:			4	6º
	45 horas	Prática	15h		
Ementa: Conceito de Cultura, de Afro-Brasileira e de indígena. Aspectos da cultura afro-brasileira e indígena no Brasil. Possibilidades práticas com este tema voltados para escola. A cultura corporal nas comunidades quilombolas e indígenas.					
Bibliografia Básica BRASIL. Lei nº 11.645 História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Currículo Como Trabalhar? Disponível em: http://www.aldeia guaranisapukai.org.br/lei_11645.pdf GADOTTI, M. <i>Diversidade cultural e educação para todos.</i> Rio de Janeiro: Graal, 1999. SANTOS, Sales Augusto dos (org). <i>Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.</i> Brasília, 2005.					
Bibliografia Complementar COLARES, et al. 2010. História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas: uma reflexão necessária. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art15_38.pdf . PAIXÃO, Marcelo. J. P. <i>Desenvolvimento humano e relações raciais.</i> São Paulo: DP&A, 2006. (Col. Políticas da Cor). BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília, SEPP/IR/SECAD/INEP, junho de 2005. BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. CENTRO de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. <i>Políticas de promoção da igualdade racial na educação.</i> São Paulo: CEERT, 2005. 74p.					

Nome da disciplina:	EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO FÍSICA				
Natureza	Carga Horária	Teórica	45h	Créditos	Período

Obrigatória	Total:			4	6°
	60 horas	Prática	15h		
Ementa: Apresentação e análise da Educação Especial sob a perspectiva da inclusão que envolve pessoas com deficiência e necessidades educativas especiais e a relação com a Educação Física. O processo de inclusão em aulas de Educação Física e práticas motoras diversas. Definição, conceitos e caracterização das pessoas com deficiência e necessidades especiais. Terminologia e classificação dos diferentes tipos de deficiências e/ou limitações. Conceituação e características anátomo-físio-psico-neurológicas das deficiências sensoriais, físicas e mentais. Abordagens de ensino, Documentos e Leis da Educação Especial e Acessibilidade.					
Bibliografia Básica DUARTE, E. Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais: Experiência e Intervenções Pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003 CASTRO, E. M. (org.). Atividade Física Adaptada. Ribeirão Preto/SP: Tecmedd, 2005. RODRIGUES, D. Atividade motora adaptada: a alegria do corpo. Artes Medicas, 2006.					
Bibliografia Complementar BRONFENBRENNER, U. <i>Ecologia do Desenvolvimento humano: Experimentos Naturais e Planejados</i>. São Paulo: Artmed, 1996. FERNANDES, S. <i>Fundamentos para Educação Especial</i>. Curitiba: Ibpe, 2013. GIL, Marta (org). Deficiência visual. Brasília : MEC, 2000. FERLAND, F. <i>O modelo Lúdico: o brincar, a criança com deficiência física e a terapia ocupacional</i>. 3. ed. São Paulo: Roca, 2006. KOTTKE, F. J. <i>Krusen: tratado de medicina física e reabilitação</i>. São Paulo: Manole, 1984. GOES, Maria Cecília Rafael de & LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas, SP : Autores Associados, 2004. PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas Pedagógicas na Educação Especial. Campinas : Autores Associados, 2006. KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães. Deficiência múltipla e educação no Brasil. Campinas/Sp : Papirus, s.d.					

Nome da disciplina:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos 8	Período 6°
	120 horas	Prática	90h		
Ementa: Estágio como práxis na Educação Física desenvolvida no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de ensino fundamental, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos.					

Bibliografia Básica

FREIRE, J.B.; SCAGLIA, A.J. *Educação como prática corporal*. São Paulo: Editora Scipione, 2003.

GALLARDO, Jorge sergio Pérez. *Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio*. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003.

VALENTINI, N.; TOIGO, A.M. *Ensinando Educação Física nas séries iniciais*. Canoas: Salles Editora, 2005.

Bibliografia Complementar

DARIDO, Suraya Cristina. *Educação Física na escola: questões e reflexões*. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 2003.

DARIDO, S. C. (Org.); RANGEL, I. C. A. (Org.). *Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DARIDO, S. C. ; SOUZA JR, O. DE . *Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola*. Campinas: Papirus, 2007.

PAPAGLIA, D.E.; OLDS, S.W. *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. *Compreendendo o desenvolvimento motor : bebês, crianças, adolescentes e adultos*. São Paulo: Phorte, 2005.

FREIRE, J. B. *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física*. São Paulo: Scipione, 1989.

LUCKESI, C.C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SÉTIMO PERÍODO

Nome da disciplina:	LAZER, RECREAÇÃO E MEIO AMBIENTE				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos 4	Período 7º
	60 horas	Prática	30h		
Ementa: Estudos do lazer e da recreação, os conceitos, conteúdos, abordagens e gêneros do lazer. O tempo livre e as atividades recreativas. Seleção de atividades. Aspectos referentes ao meio ambiente e a sustentabilidade.					
Bibliografia Básica MARCELLINO, N.C. <i>Estudo do Lazer: uma introdução</i> . 3. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2002. GUERRA, Marlene. <i>Recreação e Lazer</i> . São Paulo: Safar, 1998. MARCELINO, Nelson Carvalho. <i>Lazer e Educação</i> . 3. ed. São Paulo: Papirus, 1995.					
Bibliografia Complementar MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e humanização . 7.ed. Campinas/SP: Papirus, 2003. MARCELLINO, N. C. Lazer e recreação : repertório de atividades de recreação e lazer. Campinas: Papirus, 2005. MARCELLINO, N. C. Lazer e recreação : repertório de atividades por ambientes - vol.I e II. Campinas: Papirus, 2008. MARCELLINO, N. C. Lazer e recreação : repertório de atividades por fases da vida. Campinas: Papirus, 2009. REIGOTA, M. <i>O que é Educação Ambiental</i> . São Paulo: Brasiliense, 1994.					

Nome da disciplina:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL (6º ao 9º ANO)				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos 6	Período 7º
	90 horas	Prática	60h		
Ementa: Estágio como práxis na Educação Física desenvolvida no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de ensino fundamental, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos.					
Bibliografia Básica GALLARDO, Jorge sergio Pérez. Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003. MATTOS, Mauro G. e NEIRA, Marcos G. Educação Física na Adolescência: construindo conhecimento na escola. São Paulo: Phorte Editora, 2000. DARIDO, S. C. (Org.); RANGEL, I. C. A. (Org.). <i>Educação Física na escola:</i> implicações para a prática pedagógica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. Bibliografia Complementar ANTUNES, Celso. <i>Um método para o ensino fundamental:</i> o projeto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. GRAÇA, A.; OLIVEIRA, J. <i>O ensino de jogos esportivos.</i> Porto: Universidade do Porto, 1994. ALONSO, Mirtes (org.) <i>O trabalho docente:</i> teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999. DARIDO, Suraya Cristina. <i>Educação Física na escola:</i> questões e reflexões. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 2003. DARIDO, S. C. ; SOUZA JR, O. DE . Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. Campinas: Papirus, 2007. GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. <i>Compreendendo o desenvolvimento motor</i> : bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Editora Phorte, 2005. PACHECO, J.A. <i>Currículo:</i> Teoria e Práxis. Porto: Porto Editora, 2001. LUCKESI, C.C. <i>Avaliação da aprendizagem escolar.</i> São Paulo: Cortez Editora, 2002. PADILHA, P.R. <i>Planejamento dialógico:</i> como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez. 2002. PAPAGLIA, D.E.; OLDS, S.W. <i>Desenvolvimento humano.</i> Porto Alegre: Artmed, 2000. PIMENTA, S.G. <i>O estágio na formação de professores:</i> unidade teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.					

Nome da disciplina:	PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR I (PROJETO TCC)				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 4	Período 7º
	60 horas	Prática	15h		
Ementa: Pesquisa científica no âmbito da Educação Física. Diferentes métodos de pesquisa aplicados à Educação Física. Elaboração do projeto de trabalho científico com fins de realização de monografia na área de Educação Física. Definição do problema de estudo,					

objetivos, justificativa, metodologia e revisão bibliográfica.

Bibliografia básica

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

MATTOS, M. G.; BLECHER, S.; ROSSETTO JUNIOR, A. J. **Metodologia da pesquisa em Educação Física**. São Paulo, Phorte Editora, 2008.

Bibliografia complementar

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3ª ed. São Paulo, Artmed, 2007.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.). *Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas*. 10. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1999.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Nome da disciplina:	LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos 4	Período 7º
	60 horas	Prática	30h		
Ementa: Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audio-visuais; Noções de variação. Atividades Prática de Libras: desenvolver a expressão visual-espacial. Especificação da Libras para a prática de exercícios físicos.					
Bibliografia Básica ARANTES, V.A. (org); SOUZA, R.M.; SILVESTRE, N. <i>Educação de surdos</i> . São Paulo: Summus, 2007. Coleção pontos e contrapontos. FERNANDES, Eulália (org.). <i>Surdez e bilinguismo</i> . Porto Alegre: Mediação, 2005. SKILIAR, Carlos (org.). <i>A surdez: um olhar sobre as diferenças</i> . Porto Alegre: Mediação, 1998.					
Bibliografia Complementar BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2002. CAPOVILLA, Fernando; RAPHAEL, V. <i>Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS</i> . (vol. I e II). São Paulo: EDUSP, 2001. GÖES, M.C.R. <i>Linguagem, Surdez e Educação</i> . Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1996. QUADROS, Ronice Muller de. <i>Educação de Surdos: a aquisição da linguagem</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SÁ, Nídia Regina Limeira. <i>Cultura, poder e educação de surdos</i> . Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.					

OITAVO PERÍODO

Nome da disciplina:	TEORIA E PRÁTICA DAS LUTAS				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total	Teórica	30h	Créditos 4	Período 8º
	60 horas	Prática	30h		
Ementa: Discutir e preparar os discentes para adaptação das atividades motoras típicas de lutas, artes marciais, modalidades de combate e defesa pessoal em programas de Educação Física escolar e não escolar, bem como proporcionar conhecimentos aplicados à preparação física e técnico-tática de atletas e a organização e promoção de eventos de modalidades de combate.					
Bibliografia Básica OLIVIER, J.C. <i>Das brigas aos jogos com regras: enfrentando a indisciplina na escola</i> . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. DEL'VECCHIO, F. B.; FRANCHINI, E. Lutas, artes marciais e esportes de combate: possibilidades, experiências e abordagens no currículo de Educação Física. In: SOUZA NETO, Samuel de; HUNGER, Dagmar (Org.). <i>Formação profissional em Educação Física: estudos e pesquisas</i> . Rio Claro: Biblioética, 2006, v. 1, p. 99-108.					
Bibliografia Complementar FRANCHINI, E. Bases para a detecção e promoção de talentos na modalidade judô. In: INDESP / Ministério do Esporte e Turismo. (Org.). I Prêmio INDESP de Literatura Esportiva. Brasília: INDESP - Imprensa Oficial, 1999. p. 15-104. FRANCHINI, E. As modalidades de combate nos Jogos Olímpicos. In: MORAGAS, Miguel de; COSTA, Lamartine Pereira da. (Org.). <i>Universidade e Estudos Olímpicos</i> . Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics, Servei de Publicacions, 2007. p. 716-724. PUCINELLI, F.A.; NAKAMOTO, H.O.; DEL VECCHIO, F. B. Luta - Conceituação e Classificação. In: <i>Anais do 1º Congresso Internacional de Ciências do Esporte</i> . Porto Alegre: Editora da URGs, 2005. p. 1128.					

Nome da disciplina:	da	POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA			
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	60h	Créditos 3	Período 6º
	60 horas	Prática	00		
Ementa: O processo de intervenção do Estado nas políticas públicas e de educação no Brasil. A política, a legislação e as tendências educacionais para a Educação Básica, no contexto das mudanças estruturais e conjunturais da sociedade brasileira. A organização e o funcionamento da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio no Brasil e no Tocantins. A Legislação Educacional Brasileira: Lei 9394/96, Constituições - Federal e Estadual – Leis orgânicas dos municípios. O financiamento da educação e seus reflexos sobre a vida profissional dos trabalhadores em educação: formação, carreira e organização política.					

Bibliografia Básica

CASTELLANI FILHO, Lino. *Política Educacional e Educação Física*. Campinas: Autores Associados, 1998.

MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. **Estrutura e funcionamento da educação básica**: leituras. 2.ed. São Paulo/SP: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SAVIANI, Demerval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 8.ed. Campinas/SP, 2000.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. 2. ed. Campinas-SP: Autores associados, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

_____. *A educação nas constituintes brasileiras: 1823 – 1988*. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.

DEMO, Pedro. *A nova LDB: ranços e avanços*. 17. ed. Campinas-SP: Papirus, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes e PARO, Vítor Henrique. *Políticas públicas & educação básica*. São Paulo: Xamã, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Nome da disciplina:	PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR II (CONCLUSÃO TCC)				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	15h	Créditos 4	Período 8º
	60 horas	Prática	45h		
Ementa: Desenvolve-se por meio da complementação do trabalho de TCC sobre determinado tema e projeto definido em PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR I (TCC), com a utilização dos métodos científicos, revisão bibliográfica e aplicação da pesquisa sob a orientação de um docente. Compreende também a apresentação de trabalhos acadêmicos e avaliação da monografia.					
Bibliografia básica LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. SEVERINO, A J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo, Cortez, 2009. MATTOS, M. G.; BLECHER, S.; ROSSETTO JUNIOR, A. J. Metodologia da pesquisa em Educação Física . São Paulo, <u>Phorte Editora</u> , 2008.					
Bibliografia complementar THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. Métodos de pesquisa em atividade física . 3ª ed. São Paulo, Artmed, 2007. CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.). <i>Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas</i> . 10. ed. Campinas-SP: Papirus, 1999.					

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Nome da disciplina:	ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	30h	Créditos 6	Período 8º
	90 horas	Prática	60h		
Ementa: Estágio como práxis na Educação Física desenvolvida no ensino médio. Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de ensino médio, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos. Bibliografia Básica KUENZER, A. Z. <i>Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho</i>. São Paulo: Cortez, 2000. MATTOS, Mauro G. e NEIRA, Marcos G. <i>Educação Física na Adolescência: construindo conhecimento na escola</i>. São Paulo: Phorte Editora, 2000. DARIDO, S. C. (Org.); RANGEL, I. C. A. (Org.). <i>Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica</i>. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005 Bibliografia Complementar BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002. GALLARDO, Jorge sergio Pérez. <i>Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio</i>. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003. DARIDO, S. C. (Org.) . <i>Cultura Corporal e Temas Transversais: Por uma nova Educação Física Escolar</i>. São Carlos: Compacta, 2010. DARIDO, Suraya Cristina. <i>Educação Física na escola: questões e reflexões</i>. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 2003. DARIDO, S. C. ; SOUZA JR, O. DE . <i>Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola</i>. Campinas: Papirus, 2007. GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. <i>Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos</i>. São Paulo: Phorte, 2005. FREIRE, J.B.; SCAGLIA, A.J. <i>Educação como prática corporal</i>. São Paulo: Editora Scipione, 2003. MOREIRA, W. W. ; SIMÕES, Regina ; MARTINS, Ida Carneiro . <i>Aulas de Educação Física no Ensino Médio</i>. 2. ed. Campinas - SP: Papirus, 2011. PIMENTA, S.G. <i>O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática</i>. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.					

OPTATIVA I

Nome da disciplina:	EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA PARA OS ESCOLARES				
Natureza OPTATIVA	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 4	Período -

	60 horas	Prática	15h		
Ementa: Fatores de crescimento e desenvolvimento para qualidade de vida de crianças e adolescentes. Alimentação, atividade física, esporte e qualidade de vida. Atividade física e saúde na infância e adolescência e promoção de hábitos saudáveis. Aspectos conceituais e metodológicos para medidas de qualidade de vida para crianças e jovens.					
Bibliografia Básica: MOREIRA, W. W. (Org.). <i>Qualidade de Vida: Complexidade e Educação</i> . 3. ed. Campinas: Papirus, 2007. Roberto Vilarta. (Org.). <i>Atividade Física e Qualidade de Vida</i> . 2003. NISTA-PICCOLO, Vilma; MOREIRA, W. W. <i>Esporte para a Saúde nos Anos Finais do Ensino Fundamental</i> . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.					
Bibliografia Complementar: MOREIRA, W. W. (Org.) <i>Educação Física e Esportes: Perspectivas para o Século XXI</i> . 14. ed. Campinas: Papirus, 2007. MOREIRA, W. W. (Org.). <i>Século XXI: A Era do Corpo Ativo</i> . 1. ed. Campinas - SP: Papirus, 2006. MOREIRA, W. W. (Org.) ; SIMÕES, Regina (Org.) . <i>Esporte como Fator de Qualidade de Vida</i> . 1. ed. Piracicaba: Unimep, 2002. v. 1. 378p . OLIVEIRA, H.F.R.. (Org.). <i>Qualidade de vida, esporte e sociedade</i> . 1ed.Ponta Grossa: UEPG, 2006, v. 2, p. 320-324. VILARTA, Roberto. (Org.). <i>Alimentação saudável, atividade física e qualidade de vida</i> . 1ed.Campinas: IPES Editorial, 2007. VILARTA, R.; GUTIERREZ, GL; GONÇALVES A; CARVALHO, T H F. (Org.). <i>Qualidade de vida e novas tecnologias</i> . 1ed.Campinas: Ipes Editorial, 2007, v. , p. 129-138.					

OPTATIVA II

Nome da disciplina:	ÉTICA E EDUCAÇÃO FÍSICA				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 3	Período 2º
	45 horas	Prática	00		
Ementa: Discussões, debates e relações pertinentes à ética e seu campo profissional. Educação Física e os valores Éticos. Profissionalismo e corporativismo. Expectativas de conduta do professor de Educação Física. A questão da ética, central no conhecimento filosófico. Código de ética profissional.					

Bibliografia Básica

SOUZA, H. *Ética e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1994.

TOJAL, J. B.; BARBOSA, A. P. *A ética e a bioética na preparação e na intervenção do profissional de Educação Física*. Belo Horizonte: Casa da Educação Física/CONFED, 2006.

VARGAS, Â. *Ética, ensaios sobre Educação Física saúde social e esporte*. São Paulo: Lecs, 2007.

Bibliografia Complementar

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DOS DESPORTOS. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, de 23.12.96, p. 27833-27841.

LOMBARDI, José Claudinei; GOERGEN, Pedro (Org). *Ética e educação: reflexões filosóficas e históricas*. Campinas-SP: Autores associados, 2005.

PEREIRA, R. T. V.; GAMBÁ, L. H.; MAURIQUE, J. A.; PAMPLONA, O. R. Doutrinas e jurisprudência, conselhos de fiscalização profissional. Ed. Revista dos Tribunais, s/d. Código de Ética da Educação Física e os caminhos da profissão (Lei 9.696/98)

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josue Candido da. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

OPTATIVA III

Nome da disciplina:	PROFISSÃO DOCENTE				
Natureza Obrigatória	Carga Horária Total:	Teórica	60h	Créditos 4	Período 5º
	60 horas	Prática	00		
Ementa: A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e questões de gênero. A autonomia do trabalho docente. A proletarianização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como <i>locus</i> do trabalho docente. Profissão docente e legislação.					
Bibliografia Básica CHARLOT, B. <i>Formação dos professores e relação com o saber</i> . Porto Alegre: Artmed, 2005. BORGES, Cecília; DESBIENS, Jean-François (orgs). <i>Saber, formar e intervir para uma Educação Física em mudança</i> . Campinas-SP: Autores Associados, 2005. NÓVOA, António (Org.) <i>Vidas de professores</i> . Porto, Portugal: Porto, 1992.					
Bibliografia Complementar COSTA, M. V. <i>Trabalho docente e profissionalismo</i> . Porto alegre: Sulina, 1996. LESSARD, C. e TARDIF, M. <i>O trabalho docente</i> . São Paulo: Vozes, 2005. ESTRELA, M. T. (Org.) <i>Viver e construir a profissão docente</i> . Porto, Portugal: Porto, 1997. MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti; REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues (orgs). <i>Aprendizagem profissional da docência: saberes, contextos e práticas</i> . São Carlos-SP: EdUfscar, 2002. TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (orgs). <i>O ofício de professor: história, perspectivas e</i>					

desafios internacionais. São Paulo: Vozes, 2008.

OPTATIVA IV

Nome da disciplina:	Organização de Eventos em Educação Física				
Natureza Optativa	Carga Horária Total:	Teórica	45h	Créditos 4	Período 8º
	60 horas	Prática	15h		
Ementa: Estudo dos princípios organizacionais aplicados à Educação Física e desporto. Apresenta o sistema desportivo brasileiro e discute a sua legislação e a política nacional de Educação Física. Analisa em detalhes os elementos envolvidos na organização e desenvolvimento dos eventos esportivos. Bibliografia Básica CESCA, Cleuza Gertrudes Gimenes. Organização de eventos: manual para planejamento e execução. Summus, 1997. MEIRELLES, Gilda Fleury. Tudo sobre eventos. São Paulo/SP: STS, 1999. POIT, Davi Rodrigues. Organização de eventos esportivos. 4.ed. São Paulo: Phorte, 2007. Bibliografia Complementar: ANDRADE, Renato Brenol. Manual de eventos. 2.ed. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2002. CARVALHO, Milena. Gerenciamento profissional de eventos. Fortaleza/CE: PCMA, 1993. CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. 9ed. Campinas/SP: Papirus, 2003. MEIRELLES, Gilda Fleury. Tudo sobre eventos. São Paulo/SP: STS, 1999. SROUR, Robert Henry. Poder, cultura e ética nas organizações: o desafio das formas de gestão. 13.ed. : Campus, 2005.					

OPTATIVA V

Nome da disciplina:	ESPORTES TEMÁTICOS				
Natureza Optativa	Carga Horária Total:	Teórica	15h	Créditos 4	Período 4º
	60 horas	Prática	45h		
Ementa: Os diferentes esportes praticados em nossa cultura, com exceção dos esportes convencionais da Educação Física escolar e aqueles contidos na grade obrigatória. Esportes diversificados e alternativos. Análise Histórica, evolução e processo de ensino e aprendizagem. Regras básicas da modalidade esportiva. Programas para a prática dos fundamentos básicos na escola. Planejamento e aplicação nas diferentes etapas iniciação, aperfeiçoamento, treinamento e adaptação. Bibliografia Básica GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolgo Novelino (org). <i>Iniciação esportiva universal:</i> da aprendizagem motora ao treinamento técnico. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2007.					

STUBBS, Ray. *Livro Dos Esportes*. Editora: Agir, 2012.

COSTA, Lamartine Pereira da. *Atlas do esporte no Brasil*. São Paulo: editora shape, 2005.

Bibliografia Complementar

BERNARDES, Luciano Andrade. *Atividades e esportes de aventura para: profissionais de educação física*. São paulo: phorte editora, 2013.

CAVALLARI, Guilherme. *Manual de trekking e aventura: equipamentos e tecnicas*. São Paulo: Editora kalapalo, 2008.

TURCO, Bene. **Fique Por Dentro: Esportes Olímpicos**. Editora: Casa da Palavra, 2006.

5.9 - Metodologia

A ação a ser desenvolvida por meio do método de ensino articular-se-á com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, entender a coexistência articulada das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no processo de formação do homem (educação do homem para satisfazer necessidades materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas) em sua historicidade.

As atividades de Ensino devem proporcionar ao aluno oportunidades de informação, vivências, observações, reflexões e práticas, com base nos fundamentos teórico-metodológicos ministrados em sala de aula, por meio de conteúdos programáticos a partir da matriz curricular visando à produção do conhecimento. Nessa dimensão, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que compreenda todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi e interdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

As atividades de ensino compreenderão: as disciplinas, grupos de estudos, seminários temáticos, mantendo relações dialógicas, trabalho coletivo, discussões críticas e reflexivas, alicerçada numa tecnologia inovadora que leve à formação de um profissional humano, ético e competente.

O curso de Educação Física assumirá interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/escola, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisadores e pesquisados, visando à criação e recriação de conhecimentos que contribuam com as transformações sociais. Torna-se central a identificação do que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

Compreendemos que o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão deve priorizar a construção e disseminação do conhecimento a partir de uma prática reflexiva do desenvolvimento da realidade educacional visando prioritariamente o desenvolvimento da Amazônia.

Os alunos serão incentivados a participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos pela UFT e por diferentes instituições formativas, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional.

5.10 - Interface Pesquisa e Extensão

A formação do licenciado em Educação Física tem como princípio básico atividades que contemplem uma construção articulada das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão visando a consolidação da produção do conhecimento bem como encontrar um equilíbrio entre demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Educação Física visa à formação humana e a qualificação de profissional da educação, em intercâmbio com os vários setores da sociedade nos quais este profissional irá atuar.

As atividades de *Ensino* devem proporcionar ao aluno oportunidades de informação, vivências, observações, reflexões e práticas, com base nos fundamentos teórico-metodológicos ministrados em sala de aula, por meio de conteúdos programáticos a partir da matriz curricular visando à produção do conhecimento. Nessa dimensão, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que compreenda todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi e interdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

As atividades de pesquisa e extensão, entendidas como funções essenciais ao processo de aprendizagem, envolvem o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino com a Pesquisa e a Extensão de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Possibilita comunicação permanente com a comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes, o acadêmico e o popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a

realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

As atividades de ensino compreenderão:

- Disciplinas;
- Grupos de estudos;
- Seminários temáticos;
- Monitoria escolar;
- Monitoria Acadêmica.

Com relação à *Pesquisa*, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na Universidade com os segmentos educacionais. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/escola, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisadores e pesquisados, visando à criação e recriação de conhecimentos que contribuam com as transformações sociais. Torna-se central a identificação do que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

A Extensão, entendida como uma das funções básicas da Universidade é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. É tida, ainda, como uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes, o acadêmico e o popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Farão parte das atividades de pesquisa e extensão:

- Participação em grupo de pesquisa;
- Projetos de iniciação Científica;
- Projetos de pesquisa institucionais;
- Autoria e execução de projetos ou cursos de extensão;
- Estágios extracurriculares em área congênere à formação do curso;
- Grupo de estudos pedagógicos em instituição escolar ou não-escolar;
- Estudo e produção artístico-cultural;

- Assessoria e acompanhamento de programas e projetos em instituições escolares e não escolares.

5.11 - Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino: Monitoria, PET

A interface entre os Programas e Projetos no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação Física de Miracema articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, entender a coexistência articulada das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão no processo de formação *omnilateral* do homem (educação do homem para satisfazer necessidades materiais, biológicas, psíquicas, afetivas, estéticas, lúdicas) em sua historicidade, em contraposição a uma compreensão unilateral da formação humana, voltada para a adaptabilidade, funcionalidade, pragmatismo, adestramento, treinamento e policonhecimento e para o mercado de trabalho e proposta por uma universidade organizacional.

Nesta perspectiva, os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento na UFT são importantes e devem ser implementados tendo em vista o fortalecimento do ensino. O Curso de Licenciatura em Educação Física deve promover a interface com os diversos programas e projetos institucionais da UFT, dentre eles o *Programa Institucional de Monitoria (PIM)*; *Programa Especial de Treinamento/Tutoria (PET)*; *Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA)*; *Programa Prodocência*.

O **PIM**, de acordo com a Resolução Normativa – PROGRAD Nº 01/2005, terá importante papel no fortalecimento do ensino, pois objetiva incentivar a participação do acadêmico nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação.

Desta forma a monitoria visa intensificar e assegurar a cooperação entre professores e estudantes nas atividades básicas da Universidade. Porém, não constitui um programa de substituição do professor na sala de aula. As atividades referem-se à orientação acadêmico/científica e ao planejamento e organização de atividades didático-pedagógica. Nesta perspectiva, em conformidade com o art. 84 da Lei 9.394/96,

Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

O **PET** é um programa que busca dinamizar e dar suporte ao ensino desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, que tem como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e objetiva: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

Já o **PMA** busca o aperfeiçoamento do ensino de graduação possibilitando, dentre outros aspectos, que os acadêmicos adquiram novas experiências, interajam com outras culturas e diferentes conhecimentos da realidade brasileira. O Programa permite que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES Federais (Instituições credenciadas) possam deslocar-se temporariamente para outra instituição federal e curse até três semestres.

Outro Programa que oferece possibilidade de interface visando à melhoria do ensino é o **Prodocência** (Programa de Consolidação das Licenciaturas). Este programa visa fortalecer a formação de professores e contribuir com as ações de melhoria da qualidade da Graduação. Tem como principais objetivos estimular a criação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior; ampliar as ações voltadas à formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos Cursos de Licenciatura das Instituições Federais de Ensino Superior; e apoiar a implementação das novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores.

O Programa Prodocência articula-se com o fortalecimento do Ensino na medida em que possibilita a realização de projetos que contribuirá com a formação didático-metodológica dos professores e conseqüentemente com a melhoria da qualidade do ensino.

5.12 - Interface com as Atividades Complementares

As atividades complementares constituem atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidas por diferentes

instituições formativas, que propiciam vivências, saberes e experiências que contribuam com a formação do educador físico. Trata-se de atividades do acadêmico, que deverão ser comprovadas mediante apresentação de certificação junto à Secretaria Acadêmica do Campus, em período a ser estabelecido pelo Colegiado de Curso, ou mesmo pela coordenação do curso, durante as atividades curriculares disciplinares, regulamentado por Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CONSEPE N° 9 de 2005, que orienta o aproveitamento das atividades dos alunos. (Anexo VII).

As atividades complementares, (acadêmico-científica-cultural) apresentam no mínimo de 210 horas (14 créditos) por meio da participação em eventos de caráter científico e cultural, conforme previstos nos Pareceres CNE-CP 09 e 21-2001, que preconizam: “um planejamento próprio para a execução de um projeto pedagógico há de incluir outras atividades de caráter científico, cultural e acadêmico articulando-se com o processo formativo do professor como um todo”. Seminários, apresentações, exposições, participação em eventos científicos, estudos de caso, visitas, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, resolução de situação problema, projetos de ensino, ensino dirigido, aprendizado de novas tecnologias de comunicação e ensino, relatórios de pesquisas são modalidades, entre outras atividades, deste processo formativo.

5.13 - Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

O estágio é considerado um dos componentes do currículo do Curso de formação do licenciado em Educação Física. Sua finalidade é proporcionar a aproximação do acadêmico com a prática educativa desenvolvida em espaços escolares e não escolares. Em sua execução, deverá envolver a observação, o registro, a problematização e a estruturação de um projeto de intervenção, atentando para as três dimensões da docência, a saber, o ensino, a gestão e a produção do conhecimento. Constitui-se, portanto, num espaço de confronto de concepções teóricas propostas ao longo do Curso com práticas educativas escolares e não escolares, propiciando uma síntese teórico-metodológica. O contato do aluno com a escola pública, a busca de apreensão de sua realidade e a apresentação de possíveis soluções aos problemas educacionais detectados pela mediação do saber teórico constitui sua peculiaridade.

No Curso de formação, o estagiário, sozinho ou em grupo, poderá diagnosticar a realidade escolar, coletando e acumulando dados qualitativos e quantitativos sobre o exercício da docência (gestão, processo de ensino-aprendizagem e de pesquisa) que deverão ser

sistematizados e expressos em forma de relatório. Desta forma, estará se iniciando na pesquisa, que deverá constituir-se num princípio de sua ação, transformando sua prática e os resultados dela decorrentes também em objeto de responsabilidade pessoal.

A organização do estágio terá como perspectiva teórico-metodológica a pesquisa-ação. A adoção desta perspectiva como processo de produção de conhecimento objetiva satisfazer a necessidade surgida da prática social, que tem o ensino como centro, reconhecido como historicamente determinado e em constante suspeição face às contradições emergentes da própria prática. Justifica-se, em especial, pela desilusão docente resultante da assimilação de ideários e propostas de ensino-aprendizagem distantes de suas experiências e trajetórias de vida e dos problemas específicos da atividade docente.

Seu ponto de partida é a reflexão sobre os pressupostos da ação, buscando produzir teoria sobre o fazer docente. E, a partir dela, redimensionar sua prática, enriquecendo-a com conhecimentos teóricos. Trata-se de um trabalho realizado de forma colaborativa com atuação de co-participantes durante todo o processo de desenvolvimento, que tem como ponto de partida a prática social dos sujeitos envolvidos, cujos resultados voltam a constituir-se em objeto de investigação, constituindo-se em algo processual, que tensiona entre o que é e o que deveria ser, entre realidade e utopia. Tem como perspectiva teórica basilar a concepção do materialismo histórico-dialético.

O Projeto Pedagógico da Licenciatura em Educação Física apresentado pelo campus de Miracema prevê a realização do estágio curricular em três etapas, compreendidas em Estágio em Educação Física na Educação Infantil, Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental e Estágio em Educação Física no Ensino Médio.

As atividades relacionadas ao estágio curricular serão desenvolvidas junto a instituições de Educação Infantil, Ensino Fundamental e de Ensino Médio, em associação com as Escolas, especialmente, as Públicas. Sua organização consistirá no desenvolvimento de um projeto junto à disciplina de Projeto de Estágio e deverá culminar na produção de um relatório analítico-descritivo, a ser socializado no espaço acadêmico da disciplina de Estágio, ao final de seu desenvolvimento. As definições de natureza teórica e os aspectos ligados ao desenvolvimento prático deverão ser objeto de discussão interna do Colegiado do Curso, quando da sua composição.

O Regulamento de Estágio Supervisionado da Licenciatura em Educação Física pode ser consultado no Anexo III deste projeto.

5.14 - Prática Profissional e Estágio Curricular

As orientações gerais para a Prática e Estágio Curricular Supervisionado obrigatório para o Curso de Licenciatura em Educação Física terá carga horária mínima de 400 horas e deverá favorecer a inserção do aluno no contexto profissional a partir do 5º período do curso, conforme resolução 01/99 CES/CNE e Parecer 27/2001 CNE/CP.

5.14.1 - Articulações acadêmicas nos estágios supervisionados em Educação Física

As atividades dos estágios remeterão continuamente os professores e **alunos à aprendizagens significativas, integrando o novo conhecimento pedagógico às suas práticas e experiências.** O fato de os alunos estarem em exercício docente permite que a formação seja orientada por situações equivalentes de ensino e aprendizagem relacionando teoria e prática. Nesta perspectiva, o processo formativo dos professores implica numa ênfase no componente reflexivo, a partir da prática em que se reconhece a riqueza da experiência vivenciada iluminada por um conjunto de saberes próprios do fazer pedagógico.

O repensar sobre sua própria prática, a compreensão histórica das múltiplas dimensões dos processos de formação humana e a produção do saber da área de conhecimento deverão nortear o processo formativo do curso. Isto inclui a reflexão, o pensamento, a crítica, a criação, o planejamento, a execução, a gestão e a avaliação do trabalho pedagógico, dos sistemas, unidades e projetos educacionais na escola e em outros contextos educativos. Daí, a necessidade e a importância de se trabalhar para a constituição da autonomia do professor, compreendida como o desenvolvimento da consciência crítica e a capacidade individual e coletiva de assumir a docência com lucidez e responsabilidade ética e política, para o que é imprescindível a formação teórica, rigorosa e crítica.

I. Subsídios para as dimensões da Prática como ‘componente curricular’

Perceber as diferentes dimensões do contexto, analisar como as situações se constituem e compreender como a atuação pode interferir nelas é um aprendizado permanente, na medida em que as questões são sempre singulares e novas respostas precisam ser construídas. A competência profissional do professor é justamente sua capacidade de criar soluções apropriadas a cada uma das diferentes situações complexas e singulares que enfrenta. Este âmbito de conhecimento está relacionado às práticas próprias da atividade de professor e

às múltiplas competências que as compõem e deve ser valorizado em si mesmo. Entretanto, é preciso deixar claro que o conhecimento experiencial pode ser enriquecido quando articulado a uma reflexão sistemática. Constrói-se, assim, em conexão com o conhecimento teórico, na medida em que é preciso usá-lo para refletir sobre a experiência, interpretá-la, atribuir-lhe significado.

Em relação à prática de ensino, a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em seu Art. 13, explicita que “em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar”. Aponta, ainda:

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos (Resolução CNE/CP 1/2002).

Nessa perspectiva, a ‘prática’ como ‘componente curricular’ deve ser entendida como o conjunto de atividades ligadas à formação profissional, inclusive as de natureza acadêmica, que se volta para a compreensão das práticas educativas e de aspectos variados da cultura das instituições e suas relações com a sociedade e com as áreas de conhecimento específico. O Parecer CNE/CP nº 9/2001, item 3.2.5, ao discutir a concepção restrita de prática no contexto da formação dos professores para a Educação Básica, sinaliza o seguinte:

Uma concepção de prática como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional. (p.23)

Por sua vez, o Parecer CNE/CP nº 28/2001, enfatiza que:

Sendo a prática um trabalho consciente [...], ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela

concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador (p.9).

Em conformidade com o Parecer CNE/CP nº 9/2001 (p. 57), o planejamento dos cursos de formação de professores deve prever situações didáticas em que os futuros professores coloquem em uso os conhecimentos que aprenderam ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros, de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares, como indicado a seguir:

a) No interior das áreas ou disciplinas. Todas as disciplinas que constituem o currículo de formação e não apenas as disciplinas pedagógicas têm sua dimensão prática. É essa dimensão prática que precisa ser permanentemente trabalhada, tanto na perspectiva da sua aplicação no mundo social e natural quanto na perspectiva da sua didática.

b) Em tempo e espaço curricular específico, aqui chamado de ‘coordenação da dimensão prática’. As atividades deste espaço curricular de atuação coletiva e integrada dos formadores transcendem o estágio e têm como finalidade promover a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar, com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão para compreender e atuar em situações contextualizadas, tais como o registro de observações realizadas e a resolução de situações-problema características do cotidiano profissional. Esse contato com a prática profissional, não depende apenas da observação direta: a prática contextualizada pode “vir” até a escola de formação por meio das tecnologias de informação – como computador e vídeo –, de narrativas orais e escritas de professores, de produções dos alunos, de situações simuladas e estudo de casos.

c) nas atividades de estágio curricular.

A fim de se obter a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor deverão ser previstas ações interdisciplinares elaboradas de forma colaborativa e situações de aprendizagem desafiadoras, que exijam a aplicação e a investigação na prática de conceitos teóricos em estudo.

II. As dimensões do estágio supervisionado

Um dos grandes desafios no desenho de uma proposta de formação de professores em exercício é o cuidado com a interação entre o conhecimento e experiência do sujeito da formação e as fundamentações-teórico-filosófico-políticas relativas à construção do real que precisa ser problematizado e reconstruído.

O estágio caracteriza-se como um trabalho consciente cujas atividades se nutrem da correlação teoria e prática, entendida como um movimento contínuo entre o saber e fazer. Um

movimento que partindo da realidade é atravessado pela teoria; a prática não é uma cópia da teoria, nem a teoria um reflexo da prática. Teoria e prática buscam significar, conceituar e com isto trabalhar o campo e o sentido da educação na realidade presente.

Com esse entendimento, o estágio supervisionado estará articulado às atividades do trabalho acadêmico, formando a identidade do professor como educador. Será compreendido como uma ação de orientação, intervenção e acompanhamento do professor-aluno, sob a responsabilidade de professores que comporão o estágio.

Desta forma, os princípios do curso juntamente com o estágio se revestem das seguintes características:

- ser espaço de formação inicial e continuada, onde os conhecimentos da prática serão refletidos, garantindo novas formas de vinculação teoria e prática;
- focar a formação do professor como um pesquisador da sua ação docente, do trabalho coletivo e das proposições curriculares comprometidas com uma educação democrática;
- ter o trabalho pedagógico como objeto de reflexão das temáticas curriculares, expandindo percepções através de aprofundamentos culturais e educacionais;
- privilegiar a perspectiva interdisciplinar, a construção da autonomia intelectual e profissional e a visão da interdependência do trabalho pedagógico coletivo.

5.14.2 - Objetivos do Estágio

O objetivo principal do estágio é buscar uma maior integração entre a formação acadêmica e a formação em serviço, ou seja, entre a teoria e a prática pedagógica dos professores-estudantes. As ações desenvolvidas deverão propiciar situações em que se poderá dialogar, ouvir, discutir, aproveitar críticas, agir, onde ação/reflexão/ação possam ocorrer de forma contínua e interdisciplinar. Nesse sentido, o estágio deverá:

- propiciar a reflexão sobre o fazer pedagógico a partir do conhecimento dos fundamentos básicos da área e específicos curriculares;
- desenvolver conhecimentos e pensamento investigativo que possibilitem a formulação de questões e proposição de soluções para os problemas vivenciados no cotidiano pedagógico numa perspectiva multidisciplinar, interdisciplinar e colaborativa;
- propiciar a construção de múltiplas linguagens na perspectiva da ampliação dos horizontes culturais do estudante;

- propiciar condições para um pensar autônomo multi-referenciado para uma compreensão do trabalho pedagógico como ação coletiva, ética e democrática;
- promover o desenvolvimento profissional pela reflexão teórico-prática e pela sistematização dos saberes docentes, articulando ensino e pesquisa na produção de saber e prática pedagógica;
- saber trabalhar com as diferenças e com as necessidades especiais, visando à inclusão social;
- trabalhar as questões de avaliação como um processo de autoformação.

5.14.3 - Das atividades de estágio: produção acadêmica e avaliação

Em conformidade com o Parecer CNE/CP 28/2001 (p.10), o estágio curricular supervisionado dos cursos de licenciatura deve ter duração não inferior a 400 horas. Todavia, segundo o mesmo documento (p. 13), para os estudantes em efetivo exercício regular da atividade docente na Educação Básica, o estágio curricular supervisionado pode ser reduzido, no máximo, em até 200 horas. O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. (Lei Nº 11.788/2008, Art. 1º, §1º). O estágio supervisionado do curso de Educação Física da UFT baseia-se também no parecer CNE/CP 27/2001 de 02/10/2001 pertinente ao estágio supervisionado e Resolução nº 7, de 31 de Março de 2004 publicada no DOU em 05/04/2004, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física.

O estágio supervisionado será intermediado por um supervisor para orientar os alunos com o objetivo de superar as inseguranças que ainda o acompanham. O supervisor do estágio será o responsável por desenvolver as atividades diárias com o objetivo de cumprir com as atividades pré-estabelecidas pela coordenação do Curso de Educação Física e pelo Coordenador de cada disciplina. O supervisor obrigatoriamente deverá ser um profissional graduado em Educação Física e ser devidamente cadastrado na Coordenação do curso de Educação Física. O orientador de cada aluno das disciplinas do Estágio Supervisionado é um professor, com experiência na pesquisa científica, ligado ao curso de Educação Física da Universidade Federal do Tocantins. Só faz sentido o estágio com a orientação de profissional competente e experiente.

São considerados campos de estágio as Escolas de Ensino Básico públicas no estado do Tocantins que desenvolvam atividades de Educação Física escolar e que disponham de professores formados em Educação Física de nível superior interessados na área objeto do

estágio, para fins de supervisão. As áreas e locais para o estágio não são de livre escolha do aluno, mas obrigatoriamente definidos pela coordenação para aprovação. Todos os locais selecionados deverão estar conveniados com a UFT, bem como os respectivos supervisores indicados pela instituição.

Na programação de atividades de estágio deverá constar que todas as atividades se desenvolverão sob a constante orientação de um profissional responsável, sendo as atividades previstas adequadas aos objetivos do estágio e que não caracterizem exercício ilegal da profissão de Educação Física (art. 47 da Lei das Contravenções Penais).

O acadêmico deverá seguir a seguinte programação em três níveis:

Nível 1

- a) Observar aulas de Educação Física no Ensino Básico.
- b) Conhecimento do conteúdo e objetivos da Educação Física escolar.
- c) A observação deve incluir, inicialmente, conhecimento do projeto pedagógico da Instituição, o planejamento do professor, a identificação dos objetivos e o conteúdo proposto para atingi-los, bem como as instalações, equipamentos e materiais disponíveis.

Nível 2

- a) Entendimento e interpretação do projeto pedagógico.
- b) Conhecimento do conteúdo e objetivos da Educação Física escolar.
- c) Acompanhar o desenvolvimento das aulas e executar atividades auxiliares para o Professor Responsável. Iniciar relacionamento com grupos de alunos.

Nível 3

- a) Ministras sequências de aulas sob a orientação e supervisão constante do Professor Responsável.
- b) Conhecimento do conteúdo e objetivos da Educação Física escolar.
- c) Conhecendo o projeto pedagógico, o planejamento e o programa, sob a orientação e supervisão constante do Professor Responsável, desenvolver sequências de aulas. Participar, ainda, da organização e desenvolvimento de atividades internas e externas da Instituição, sob a supervisão do Profissional Responsável.

Os estudantes que não apresentarem comprovação de regência no nível compatível com a etapa do estágio curricular não obterão a dispensa prevista na referida Resolução.

Para cada disciplina, será confeccionado um guia didático para nortear os estudantes na execução das atividades.

5.14.4 - Aspectos Estruturais do Estágio

- Os momentos presenciais e a distância serão sempre realizados sob o acompanhamento do(s) professor(es) responsável(eis) pela disciplina.
- Em função da qualidade do atendimento, a turma de estágio poderá ser dividida seguindo as orientações implementadas para os cursos presenciais, observando-se o agrupamento de estudantes em função da proximidade das localidades de residência dos estudantes.
- Caberá ao Coordenador do curso e ao professor responsável pelo estágio a apresentação da estruturação das atividades do projeto do estágio ao longo do curso, especificando os resultados propostos para cada etapa.

Para a realização do estágio deverão ser previstas estratégias diversas de interação com o estudante recomendando-se que alguns encaminhamentos sejam dados para o uso das tecnologias da informação e comunicação. Recomenda-se, pois que sejam utilizados, na medida do possível, para as orientações à distância:

- Plataforma Moodle com elaboração de diário de bordo como espaço de inserção dos relatos dos estudantes, referentes às experiências de cada um relacionadas ao contexto da disciplina com vista a colaborar com os processos avaliativos;
- Web fólio: espaço para a socialização da orientação dos trabalhos dos estudantes visando auxiliar o acompanhamento coletivo do estágio;
- Fórum: espaço de debates entre estudantes, professor e coordenador no desenvolvimento do estágio ou da sistematização das atividades decorrentes das disciplinas;
- Encontros presenciais intermediários para que os estudantes possam esclarecer as dúvidas em relação aos procedimentos do estágio. A programação de encontros presenciais deverá ser discutida previamente com os estudantes de forma a não causar transtornos junto às escolas da Educação Básica.

Vale ressaltar que os professores de Estágio Supervisionado, nas horas previstas para atividades à distância, deverão adotar os procedimentos aprovados na Resolução Consepe no. 15/2011 para a oferta de disciplinas ou carga-horária parcial à distância.

Detalhamento do trabalho:

- **Memorial do Estágio Curricular.**

Este trabalho deverá apresentar o registro das atividades desenvolvidas durante o Estágio Curricular, tais como: relatórios, planos de ensino e pesquisa, depoimento escrito sobre o processo vivenciado pelo estudante focalizando principalmente a ressignificação de sua identidade profissional e incorporando reflexões sobre a prática pedagógica, em uma

perspectiva interdisciplinar. Essa produção acadêmica busca a apresentação das vivências pedagógicas dos estudantes e representa uma oportunidade para sistematização de conhecimentos e atividades docentes desenvolvidas durante o processo de formação em exercício. Para realizá-lo, o estudante deve estar ciente que é preciso rever suas influências e sua construção particular das teorias e práticas, alinhando um fio condutor destas e as reestruturações ocorridas.

O Estágio estrutura-se da seguinte forma:

Estágio Supervisionado em Educação Física na Educação Infantil:

Para os estudantes com comprovação de docência regular e que forem dispensados desta etapa do estágio supervisionado deverá ser prevista programação que contemple as horas dispensadas. As atividades desenvolvidas presencialmente são obrigatórias para todos os estudantes.

Ações a serem desenvolvidas na disciplina Estágio Supervisionado em Educação Física Infantil:

Leitura o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e elaboração de texto descritivo e crítico sobre a apreensão da realidade da escola (em que atua ou em que está realizando o estágio).

Análise dos desafios e possibilidades da prática pedagógica do ensino da área a partir de diagnóstico da turma em que atua, ou que será observada, em forma de relatório a partir da identificação dos principais problemas, necessidade e potencialidades educacionais da escola/município, das orientações didáticas adotadas pelos professores; dos aspectos motivacionais, análise do livro didático, das mídias e estratégias de ensino e aprendizagem dentre outros aspectos.

Elaboração de relatório com os dados acima identificados.

Registro das temáticas prioritárias para a ação docente na área de conhecimento para o Ensino na Educação Infantil. Estes dados serão apresentados na introdução da disciplina Estágio subsequente. (Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Este trabalho poderá ser realizado individualmente ou em duplas.

Durante as aulas presenciais, o professor da disciplina deverá orientar os estudantes em relação à(ao):

Apresentação do Projeto de Estágio como um todo, expondo cada uma das etapas a serem vivenciadas pelos estudantes;

Orientação teórico-metodológica para a realização dos trabalhos de estágio curricular;
Exposição da sistemática de trabalho da disciplina que implica em orientações presenciais, orientações a distância e atividades práticas a serem desenvolvidas pelos estudantes nas escola-campo;

Seleção das escolas para campo de estágio e formação dos pares para a realização dos trabalhos.

O Coordenador do curso e o Professor responsável pelo Estágio Curricular deverão orientar os professores que estiverem atuando, a partir do 5º período, que estes deverão estar disponíveis também para a Orientação do Artigo a ser produzido pelo estudante como trabalho final do curso. Outros professores do curso regular também poderão atuar na orientação dos estudantes com vistas à elaboração desse trabalho.

Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

Para os estudantes com comprovação de docência regular e que forem dispensados desta etapa do estágio supervisionado deverá ser prevista programação que contemple as horas dispensadas. As atividades desenvolvidas presencialmente são obrigatórias para todos os estudantes.

Ações a serem desenvolvidas durante a oferta da disciplina Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

Realização de Seminário para socialização dos dados coletados por meio da disciplina de Estágio e apresentação das temáticas prioritárias estabelecidas para a ação docente na área de conhecimento para o Ensino Fundamental.

Elaboração do projeto de ensino e pesquisa a partir da problematização das situações vivenciadas. Definição do tema do plano de ensino para intervenção na Educação Básica (1ª fase do Ensino fundamental). A elaboração desse plano de atuação em docência com o acompanhamento do professor do estágio implica preparação teórica, em especial a respeito de conhecimentos básicos que permitirão ao aluno desenvolver uma atitude investigativa sobre o cotidiano da sala de aula e da área de conhecimento.

O professor de Estágio Supervisionado desta fase deverá introduzir os conhecimentos básicos sobre os trabalhos finais do estágio supervisionado: artigo científico e Memorial do Estágio Curricular.

Durante o semestre, o estudante deverá executar a proposta de ensino na escola-campo, envolvendo os aspectos descritos, por meio de aulas na área de conhecimento.

Cada estudante deverá ministrar, no mínimo, 4(quatro) horas/aulas semanais e observar a regência de outros estudantes em 2 (duas) horas/aulas semanais aulas no ensino fundamental (1º ao 5º ciclo). Para as aulas observadas, o estudante deverá elaborar roteiro avaliativo ou diário de bordo, conforme modelo a ser proposto pelo professor da disciplina.

O estudante deverá, nesse momento, além da execução do plano de docência nos níveis de ensino previstos no curso, aprofundar leituras sobre o tema, sendo orientado para a realização de pesquisas na biblioteca, nos periódicos disponíveis na internet visando à construção de um referencial teórico sobre o tema.

Os professores orientadores deverão estar disponíveis também para a Orientação do Artigo Científico a ser produzido pelo estudante como trabalho final do curso. Outros professores do curso regular também poderão atuar na orientação dos estudantes com vistas à elaboração desse trabalho.

Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano):

Para os estudantes com comprovação de docência regular e que forem dispensados desta etapa do estágio supervisionado deverá ser prevista programação que contemple as horas dispensadas. As atividades desenvolvidas presencialmente são obrigatórias para todos os estudantes.

Ações a serem desenvolvidas na disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano):

Realização de Seminário para socialização das experiências e práticas pedagógicas vivenciadas durante a disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

Elaboração do projeto de ensino e pesquisa a partir da problematização das situações vivenciadas. Definição do tema do plano de ensino para intervenção na Educação Básica (2ª fase do Ensino fundamental). A elaboração desse plano de atuação em docência com o acompanhamento do professor do estágio implica preparação teórica, em especial a respeito de conhecimentos básicos que permitirão ao aluno desenvolver uma atitude investigativa sobre o cotidiano da sala de aula e da área de conhecimento.

O professor de Estágio Supervisionado desta fase deverá introduzir os conhecimentos básicos sobre os trabalhos finais do estágio supervisionado: artigo científico e Memorial do Estágio Curricular.

Durante o semestre, o estudante deverá executar a proposta de ensino na escola-campo, envolvendo os aspectos descritos, por meio de aulas na área de conhecimento.

Cada estudante deverá ministrar, no mínimo, 4(quatro) horas/aulas semanais e observar a regência de outros estudantes em 2 (duas) horas/aulas semanais aulas no ensino fundamental (6º ao 9º ciclo). Para as aulas observadas, o estudante deverá elaborar roteiro avaliativo ou diário de bordo, conforme modelo a ser proposto pelo professor da disciplina.

O estudante deverá, nesse momento, além da execução do plano de docência nos níveis de ensino previstos no curso, aprofundar leituras sobre o tema, sendo orientado para a realização de pesquisas na biblioteca, nos periódicos disponíveis na internet visando à construção de um referencial teórico sobre o tema.

Os professores orientadores deverão estar disponíveis também para a Orientação do Artigo Científico a ser produzido pelo estudante como trabalho final do curso. Outros professores do curso regular também poderão atuar na orientação dos estudantes com vistas à elaboração desse trabalho.

Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio:

Para os estudantes com comprovação de docência regular e que forem dispensados desta etapa do estágio supervisionado deverá ser prevista programação que contemple as horas dispensadas. As atividades desenvolvidas presencialmente são obrigatórias para todos os estudantes.

Ações a serem desenvolvidas na disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio:

Realização de Seminário para socialização das experiências e práticas pedagógicas vivenciadas durante a disciplina de Estágio Supervisionado

Elaboração do plano de ensino e pesquisa para o Ensino Médio.

Execução da proposta de ensino na escola-campo, envolvendo os aspectos descritos, por meio de aulas na área de conhecimento. No caso de não haver na própria cidade ou cidade próxima um colégio/escola com oferta de Ensino Médio, o professor do estágio deverá prever a realização de oficinas interdisciplinares na cidade do campus universitário.

Para o ensino médio, o estudante participar das atividades de planejamento da escola para a área de conhecimento e ministrar, no mínimo, 6 (seis) horas/aulas semanais e observar outras 2 (duas) horas/aulas semanais ministradas por professor da escola.

O professor de Estágio Supervisionado desta fase deverá aprofundar os conhecimentos básicos sobre o trabalho final do estágio supervisionado: artigo científico e Memorial do Estágio Curricular, com a colaboração dos professores orientadores do estágio.

Observação: Caso esta etapa do estágio corresponda ao TCC, o estudante não poderá ser dispensado da carga horária total prevista para a disciplina. Nesse caso, o Coordenador e o

Professor de Estágio deverão analisar a quantidade de horas a ser dispensada nos estágios anteriores. É necessário observar que a carga horária máxima que poderá ser dispensada é de 195 horas, todavia, não necessariamente o estudante precisará ser dispensado desse quantitativo de horas.

Caso a disciplina não contemple o TCC nessa etapa, deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

Realização de Seminário para socialização das experiências e práticas pedagógicas vivenciadas durante a disciplina de Estágio Supervisionado.

Orientação e finalização dos trabalhos finais do curso: Memorial de Formação e Monografia.

Organização das bancas para apresentação dos trabalhos, conforme explicitado anteriormente.

Após a elaboração da redação final do Memorial do Estágio Curricular e da Monografia, o professor da disciplina Estágio Supervisionado entregará com, no mínimo, dez dias úteis, o trabalho para dois docentes e/ou pesquisadores com reconhecida competência na área de abordagem do trabalho, que farão parte da Banca Examinadora. Os professores/pesquisadores componentes da Banca Examinadora deverão ser definidos a partir das prerrogativas definidas no Projeto Pedagógico do respectivo curso.

5.15 - Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso é um momento ímpar para o desenvolvimento da produção acadêmica, por isso, merece destaque na composição da estrutura curricular do curso.

Apresenta-se como parte conclusiva das experiências realizadas no curso. Ao final do curso, os alunos deverão ser capazes de expressar aprendizagens consolidadas ao longo do curso sobre o papel do professor de Educação Física, sobre os conhecimentos multifacetados dessa prática, produzindo uma monografia, de acordo com a definição de Lakatos (2003, p. 235):

[...] trata-se, portanto, de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos [...].

O Trabalho de Conclusão de Curso é individual e consiste em uma monografia, escrita sobre uma temática na área de formação do acadêmico, preferencialmente como um desdobramento de ações e estudos realizados ao longo do curso, tais como: relatos de experiências ou relatos descritivos realizados nos estágios supervisionados, estudos teóricos relacionados à Educação Física.

Não obstante, o aluno terá oportunidade de ampliar e discutir questões decorrentes dos Estágios nas escolas da rede pública de ensino, além de propor referenciais pré-estabelecidos em termos de estudos, conforme temáticas de orientações em Trabalhos de Conclusão de Curso, articulando-as com as linhas de pesquisas do curso, em anexo encontram-se as normas e regulamento de elaboração e apresentação de TCC do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Tocantins Câmpus Miracema.

5.16 - Avaliação

A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados institucionalmente, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento, de no mínimo a cada dois anos.

A avaliação deverá basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas.

As metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela Instituição de Ensino Superior.

- Orientações específicas para a licenciatura em Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação para a formação deste profissional.

A definição das competências e habilidades gerais e específicas que caracterizarão o perfil acadêmico-profissional do professor da Educação Básica, licenciatura plena em

Educação Física, também deverão pautar-se em legislação própria do Conselho Nacional de Educação.

Para o Curso de Formação de Professores da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, as unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano.

5.16.1 - Procedimentos de Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem com a Concepção do Curso

De acordo com Luckesi (2003) e Vasconcelos (1998), a avaliação é a etapa do processo de ensino-aprendizagem em que, através de diferentes atividades, o professor verifica se os objetivos propostos foram atingidos ou não, possibilitando o ajuste de suas estratégias de ensino. Serve também para que o estudante possa tomar conhecimento sobre seu aproveitamento, cujos resultados lhe oportunizam analisar e repensar as ações por ele desempenhadas e o processo pessoal de aprendizagem e formação. Seu caráter é, portanto, formativo e não simplesmente classificatório.

No caso do Curso Licenciatura em Educação Física, a ampliação da concepção de “docência” para os âmbitos do ensino e da produção e difusão do conhecimento (introdução à pesquisa) amplia também as exigências formativas. Estas se objetivam através dos diferentes componentes curriculares. Assim, os objetivos de cada componente disciplinar precisam articular-se com a formação docente, no âmbito do conteúdo programático, didático-pedagógico e ético-político. Desta forma, constituem objetivos comuns a todos os componentes disciplinares do currículo: o exercício do rigor interpretativo; da expressão escrita e oral; da contextualização histórica e crítica dos conhecimentos e sua sistematização; do diálogo com as instituições e as práticas educativas escolares e não escolares; da visualização das relações existentes com as proposições dos sistemas de ensino, sua regulamentação legal e suas contradições.

Nesse sentido, também os instrumentos avaliativos devem estar em sintonia com os objetivos gerais do Curso e com as especificidades contributivas de cada componente disciplinar e/ou atividade desenvolvida. Em seus estudos sobre práticas de mudanças na avaliação da aprendizagem, Vasconcelos (1998) recomenda que os instrumentos de avaliação devem ser “reflexivos”, superando a mera repetição de informações e levando a estabelecer

relações; “abrangentes”, contendo uma mostra representativa do que está sendo trabalhado; “contextualizados” permitindo a compreensão do sentido do que está sendo solicitado com a prática profissional; e ainda “claros e “compatíveis” com os conteúdos trabalhados.

Esses instrumentos podem constituir-se em provas dissertativas e orais, ensaios monográficos, seminários, debates, resenhas, textos, atividades de grupo, atividades práticas ou outras tarefas. A sua aplicação pressupõe a coerência com os processos de ensino-aprendizagem, que devem ter como princípio o exercício da leitura, da discussão, da interpretação, da análise crítica e da problematização de temáticas e textos em aula, explicitando seus conceitos centrais, categorias e teorias que os embasam.

Independente do instrumento utilizado é fundamental que, em toda a avaliação, haja o retorno dos resultados obtidos ao educando, oportunizando-lhe assim a compreensão de seu desempenho e das dificuldades e a retomada dos objetivos não alcançados. É esta a finalidade principal da avaliação: constituir-se num meio a ser utilizado para o aperfeiçoamento do processo de ensino/aprendizagem (LUCKESI, 2003). Ela não tem, portanto, um fim em si mesmo.

A avaliação do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFT, Campus de Miracema, em conformidade com as perspectivas de avaliação contidas no PDI, nos princípios expressos no Regimento Acadêmico da UFT e nas Diretrizes da Política de Avaliação para a Educação Superior, levará em consideração:

- a perspectiva de formação docente definida no Projeto de Curso;
- a contextualização histórica e crítica dos conhecimentos;
- a articulação entre as perspectivas teóricas e o contexto sócio-cultural regional;
- as demandas das práticas docentes escolares e não escolares;
- as diferenças individuais dos educandos;
- o movimento crescente de sistematização dos conhecimentos disciplinares e interdisciplinares;
- a utilização de instrumentos de avaliação coerentes com os objetivos formativos;
- o processo continuado de produção, avaliação e nova sistematização.

O Sistema de Notas da UFT dispõe de duas notas com rendimento entre 0 e 10 pontos, posteriormente soma-se as duas notas e extrai a média aritmética. A média equivale a nota final do aluno que se for igual ou superior a 7.0 é considerado aprovado, caso sua média esteja entre 4 e 6.9 o estudante pode realizar um exame que tem valor máximo de 10 pontos e

somado a média e dividido por 2 deve ser igual ou superior a 5.0 para ser aprovado na disciplina. Os estudantes que não conseguirem no mínimo nota 4.0 estarão reprovados.

5.16.2- Sistema de avaliação do projeto pedagógico

A avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribui para melhorias e inovações e que permite identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões em relação às experiências vivenciadas, aos conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional. A avaliação do Projeto Pedagógico ocorrerá a cada 2 anos, com a participação da comunidade para sua readequação e também para servir de retroalimentação do processo e fundamentação para tomada de decisões institucionais, que permitam a melhoria da qualidade de ensino.

A avaliação dos discentes seguirá o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins.

5.16.3 - ENADE – Exame Nacional de Desempenho do Estudante

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**, tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

O Enade é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes.

O Enade é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme determina a Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. É aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) ano do curso, admitida a utilização de procedimentos amostrais. Será inscrita no histórico escolar do estudante somente a situação regular em relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

A legislação pertinente ao Enade baseia-se na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: Criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), na Portaria Normativa nº 8, de 15 de abril de 2011 (Regulamenta o Enade 2011) e na Portaria Normativa no 40, de 12 de dezembro de 2007 (republicada em 29/12/2010).

6 - CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

6.1 - Formação acadêmica e profissional do corpo docente

Está prevista a contratação de docentes por meio de concurso público para compor o quadro efetivo de docentes, para compor o Colegiado do Curso de Educação Física da UFT/MIRACEMA e para compor os núcleos de formação previstos neste PPC, em regime de Dedicção Exclusiva – DE para atuação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão em suas respectivas áreas de conhecimento. Durante o primeiro ano de vigência do curso o corpo docente para atuar junto ao as disciplinas que compõe o núcleo pedagógico será composto por professores que compõe atualmente o quadro docente efetivo do Campus Universitário de Miracema.

Contudo, professores do curso de Pedagogia atuarão em atividades acadêmicas de natureza pedagógica, conforme o quadro a seguir:

NOME	REGIME	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Marcia Machado	DE	Antropologia		Ciencias Sociais	Ciencias Sociais	Educação Indígena Sociologia e Antropologia
Márcio Antônio Cardoso Lima	DE	Pedagogia; História e Filosofia			Educação	História e Filosofia da educação
Jonas Eraldo Jr	20h	Medicina	Medicina			Atendimento Clínico; Cirurgia, Anatomia
Pedro Albeirice	DE	Letras	Espanhol e Inglês	Literatura Brasileira	Teoria da Literatura	Leitura e Produção de

						Textos
Vitor Antonio Cerignoni Coelho	DE	Educação Física		Educação Física		Educação Física Escolar, Desenvolvimento e Aprendizagem Motora, Jogos e brincadeiras.

6.2 - Produção Científica

O quadro, a seguir, apresenta o link para acesso ao currículo lattes dos referidos professores que atuarão no núcleo pedagógico e que cadastraram suas produções científicas:

NOME	LINK PARA ACESSO AO CURRÍCULO LATTES
Márcio Antônio Cardoso Lima	http://lattes.cnpq.br/1667605366590521
Jonas Eraldo de Lima Jr	http://lattes.cnpq.br/1790220195428653
Pedro Albeirice	http://lattes.cnpq.br/8499518171591747
Vitor Antonio Cerignoni Coelho	http://lattes.cnpq.br/9653088120694803

6.3 Corpo Técnico-Administrativo

O corpo técnico administrativo será formado por funcionários que estão lotados no campus de Miracema e também por técnicos administrativos que farão parte do quadro de funcionários por meio de concurso público.

6.4 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Educação Física é organizado de acordo com o parecer nº4 de 17 de junho de 2010, através da Resolução CONAES Nº01/2010, formado por um grupo de 5 (cinco) docentes, onde deverão fazer o acompanhamento atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. O NDE será composto após formação do colegiado do curso de Educação Física.

7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO PARA O CURSO

7.1 - Laboratórios e Instalações

As informações apresentadas referem-se à infraestrutura existente no campus universitário de Miracema e também às projeções de materiais a serem adquiridos pelo campus para montagem de laboratórios e desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa. Há previsão de doação de terreno pela prefeitura e por um empresário, totalizando 320 mil m² para a construção de um complexo poliesportivo (ORÇAMENTO).

Assim, como o Campus de Miracema ainda não tem a estrutura como, quadras poliesportivas, campo de futebol, serão compensadas por meio do uso das instalações existentes no município e que pertencem à Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins.

Visando atender às necessidades do campus, um acordo de cooperação foi firmado entre o campus universitário de Miracema do Tocantins e a Prefeitura Municipal de Miracema que dispõe da infraestrutura necessária para o desenvolvimento das aulas práticas dessa licenciatura (Anexo IV).

7.2 - Instalações físicas existentes

O Campus Universitário de Miracema encontra-se instalado num prédio doado pela Prefeitura Municipal de Miracema desde 1992, quando iniciou como unidade do sistema *multicampi* da Universidade Estadual do Tocantins.

A Área Física do Campus é de 20.770 m² e a Área Edificada é de 3.325,89 m², que envolve a administração com 1822,40 m², o bloco I de sala de aulas com 468,44 m² e o bloco II com 468,44 m², o prédio da nova biblioteca com 405,74 m² e a cantina com 160,87 m². Vale destacar que em 15.12.2011 a área física doada ao campus de Miracema pela Prefeitura Municipal foi escriturada em cartório.

Atualmente o Campus possui 10 salas de aulas e 30 salas administrativas.

7.2.1 - Salas de aula - O *campus* dispõe de 09 (nove) salas de aula com tamanho, iluminação, ventilação, climatizadas e com mobiliário adequados, disponíveis nos períodos matutino, vespertino e noturno. Estas nove salas de aula atualmente estão sendo utilizadas pelos Cursos

de Pedagogia e Serviço Social. A redução de duas para uma entrada de alunos do curso de pedagogia via vestibular, permitirá a criação de um novo curso.

7.2.2 - Sala de trabalho dos docentes – o *campus* possui 05 (cinco) salas adequadas ao trabalho acadêmico dos docentes (com aproximadamente 25m² cada uma) equipadas com móveis e equipamentos de informática e com acesso a internet, necessária ao trabalho docente. Cada sala comporta 04 (quatro) docentes.

7.2.3 - Salas de reunião: Com a nova estruturação, após implantação do curso de Serviço Social, o espaço físico existente foi reorganizado e criadas 02 (duas) salas destinadas às reuniões do Colegiado de Curso e do Conselho Diretor, com 23,27m² de área construída, cada, climatizadas, equipadas com móveis e equipamentos de informática com acesso a internet.

7.2.4 - Auditório – Possui 142m², com boa ventilação e iluminação, o auditório dispõe de 70 (setenta) poltronas com braço de apoio removível; Porém, seu espaço físico é insuficiente para o atendimento da demanda de 02 (dois) cursos. Desde 2004 a Comunidade Acadêmica do Campus indica como prioridade de ação a necessidade de construção de um Auditório com capacidade para atender as demandas do Campus. Há indicativo da Reitoria sobre a definição da construção do auditório. No espaço do atual auditório encontra-se instalado o equipamento de videoconferência e recursos audiovisuais e multimídia, tais como: datashow, dvd e videocassete.

7.2.5 - Sala de Recepção das coordenações de *campus* e de curso – Atualmente esse espaço situa-se na ante-sala (recepção) das coordenações de curso – Pedagogia e Serviço social – e Diretoria.

7.2.6 - Sala Comissão Setorial de Avaliação do Campus– O *campus* dispõe de uma sala com 16,62 m² destinada às atividades da Comissão Setorial de Avaliação do Campus.

7.2.7 - Sala da Comissão de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão – COPPEX: Sala destinada para programas e projetos da pós-graduação, localizada numa sala de 17,80 m² de área construída, climatizada, contendo móveis e equipamentos necessários ao bom desenvolvimento das atividades do setor.

7.2.8 - Secretaria acadêmica – Com 48.49m² de dimensão espacial, a secretaria acadêmica comporta satisfatoriamente os equipamentos, mobiliários e funcionários. Está em local de fácil acesso aos alunos. Não há necessidade de contratação de novos assistentes administrativos com o incremento de um novo curso de graduação, uma vez que com a redução de turno do curso de Pedagogia a tendência é o volume de trabalho se apresentar estável.

7.2.9 - Sala da Coordenação administrativa e financeira – Uma sala com área de 17,80 m², devidamente equipada com móveis e equipamentos necessários. O setor conta com o apoio técnico de 02(dois) administradores e 01 (um) assistente administrativos e um estagiário que prestam assessoria à coordenação e demais departamentos do *campus*. No setor funciona a Diretoria de Desenvolvimento Humano – DDH – dando suporte para os demais setores do *campus*. Funciona também nesta sala o setor de almoxarifado e patrimônio, setor este responsável pelos móveis, equipamentos e materiais de expediente do *campus*.

7.2.10 - Reprografia – Após terceirização do serviço de reprografia, a máquina destinada à prestação do referido serviço, foi instalada numa sala adequada ao serviço, com área de 10,45 m², equipada e climatizada de acordo com o contrato. Dispõe de um profissional capacitado, contratado pela empresa.

7.2.11 - Copa – Está localizada num espaço de 7,70 m², adequado contendo eletrodomésticos em pleno uso e funciona com pessoal terceirizado.

7.2.12 - Sala do Centro Acadêmico de Pedagogia, Serviço Social e DCE: espaço destinado aos estudantes para realizar as atividades próprias do movimento estudantil, localizada numa sala de 17,80 m² de área construída, equipada com mobiliário e equipamentos necessários e em pleno funcionamento.

7.2.13 - Instalações sanitárias: existem 07 (sete) banheiros, parcialmente adequados ao atendimento da comunidade universitária, sendo dois no hall do piso inferior e dois no piso superior. Ao lado das salas da coordenação de *campus* e de curso existem dois banheiros para uso dos servidores técnico-administrativos e docentes.

É necessária uma reforma do espaço físico para adequá-los ao acesso às pessoas com necessidades especiais, como rampas e elevadores, principalmente para o acesso no piso superior do bloco administrativo.

7.3 - Das adaptações necessárias ao funcionamento do Curso de Licenciatura em Educação Física

O funcionamento do Curso de Licenciatura em Educação Física, deverá prever, além da construção do complexo poliesportivo, a construção de um bloco de sala de aula.

7.3.1 - Laboratórios

- **Laboratório de informática**

Conta com 48m² o espaço físico e está adequado à demanda para a criação de um novo curso de graduação. Atualmente, dispõe de 20 (vinte) máquinas que funcionam em rede, atendendo alunos nos três turnos. Do ponto de vista do atendimento aos acadêmicos da UFT e em específico do Campus de Miracema, bem como ao funcionamento administrativo do Campus, os seguintes serviços são realizados:

Formação para servidores do Laboratório para uso do sistema operacional Linux.

SETOR DO CAMPUS	COMPUTADORES	IMPRESSORAS
Laboratório /Alunos	20	00
Professores	15	01
Biblioteca	06	01
Serviços Administrativos	16	05
TOTAL	57	07

Orientação para servidores e acadêmicos.

Serviço de atendimento à comunidade externa de Miracema, voltado para inclusão digital.

Serviço de *help* aos setores do Campus.

O quadro abaixo ilustra os equipamentos de informática disponíveis no Câmpus atualmente:

O Laboratório de Informática funciona em três turnos, das 7h às 22h40min, com acesso a internet e servidores habilitados para auxiliar aos acadêmicos e aos serviços administrativos. Todos os setores do Campus estão em rede e com internet em funcionamento.

7.3.2 - Laboratórios, espaços físicos e equipamentos necessários para o desenvolvimento do curso de Licenciatura em Educação Física

1- Laboratório de Anatomia Humana e Fisiologia

Os laboratórios de Anatomia e Fisiologia Humana do curso de Educação Física do Campus Miracema deverão ser construídos até o final do ano de 2015. Até a construção serão utilizados os Laboratórios de Anatomia e Fisiologia Humana do Campus de Palmas destinado aos cursos de Enfermagem, Medicina e Nutrição. Haverá um acordo entre o campus de Palmas e de Miracema para a integração do espaço físico.

Equipamentos:

2 – Laboratório de Fisiologia do Exercício e Medidas e Avaliação

O laboratório de Fisiologia do Exercício e Medidas e Avaliação do curso de Educação Física do Campus Miracema deverá ser construídos até o final do ano de 2016.

Equipamentos:

- 01 Mesa de escritório
- 01 Cadeira de escritório
- 01 Aparelho de ar condicionado
- 02 Computadores Pentium 5
- 01 Impressora
- 01 Aparelho para medir níveis de Lactato
- 01 Aparelho para medir níveis de Diabetes
- Fitas descartáveis para os aparelhos de Lactato e Diabetes
- 10 Aparelhos para medir a Pressão Arterial (esfigmomanômetro)
- 02 Balança digital com Estadiômetro -Filizola
- 04 Balança manual com estadiômetro - Filizola
- 02 Cicloergômetros
- 01 Cardiorversor
- 01 Analisador metabólico de gases
- 01 Cilindro para calibração do analisador de gases.
- 03 Espirômetro
- 01 Compressor de ar
- 01 Eletrocardiograma de repouso
- 01 Esteira rolante super atleta
- 01 Maca
- 01 TV LED 30 Polegadas
- 01 Umidificador de ar
- 01 DVD
- 01 Ventilômetro
- 10 Compassos de dobras cutâneas com fita métrica
- 10 Colchonetes

- 04 Estadiômetros de parede
- 01 Filmadora mini DV
- 10 Fitas para filmadora mini DV
- 14 Paquímetros

3 - Laboratório de Pedagogia do Movimento

O laboratório de Pedagogia do Movimento do curso de Educação Física do Campus Miracema deverá ser construído até o final do ano de 2016.

Equipamentos:

- 01 Mesa de escritório
- 01 Cadeira de escritório
- 01 Aparelho de ar condicionado
- 02 Computadores Pentium 5
- 01 Impressora
- 04 Filmadora mini DV
- 40 Fitas para filmadora mini DV

4 - Laboratório de Treinamento Desportivo e Práticas Motoras

O laboratório de Treinamento Desportivo e Práticas Motoras do curso de Educação Física do Campus Miracema deverá ser construído até o final do ano de 2016.

Equipamentos:

- 01 Mesa de escritório
- 01 Cadeira de escritório
- 01 Aparelho de ar condicionado
- 02 Computadores Pentium 5
- 01 Impressoras
- 01 Filmadora mini DV
- 10 Fitas para filmadora mini DV

5 - Laboratório de expressão corporal (ginástica e dança)

A sala de Ginástica e dança destina-se ao desenvolvimento de atividades relacionadas à expressão corporal, podendo ser utilizada também em disciplinas afins como campo artístico. A área deverá ser adaptada juntamente com os demais laboratórios.

Equipamentos:

Tatame sem encaixe EVA 50mm – Média Projeção	50 m²
Espelhos 2 m de altura e 1m de largura	7 Unidades
Espalдар simples para ginásio, construção em madeira Cumprir com a norma EN12 346 Medidas de altura de 2,00 m, largura de 0,85 m. Montagem na parede.	2 Unidades
Barra de balé feitas de madeira de faia com um comprimento de 2,5 m e um diâmetro de 36 mm. Medidas: 2000x1000x50mm	2 Unidades
Colchonetes	60 Unidades
Colchão de ginástica com capa de material PVC Medidas: 2000x1000x100mm	40 Unidades
Colchão de quedas - Capa em pvc com fecho, em espuma densidade 23 kg	5 Unidades
Fit Ball 95 cm	40 Unidades

3 - Quadra poliesportiva: ginásio esportivo coberto

A quadra poliesportiva será utilizada, inicialmente, em parceria com a Prefeitura Municipal de Miracema, conforme convênio assinado em anexo. Para construção, a quadra estará prevista nas dependências do complexo Poliesportivo até o final de 2015.

Equipamentos:

Material didático pedagógico para as aulas práticas, como bolas, apitos, cronômetros

04 goleiras específicas para a prática de futsal e handebol

02 redes de futsal

02 tabelas móveis e fixas para a prática do basquete

02 postes móveis para sua fixação

02 rede de voleibol

4 - Piscina

A piscina, com previsão de construção compõe o complexo poliesportivo do Campus de Miracema.

Equipamentos:

- 80 bastões
- 40 coletes
- 80 pares de halteres
- 80 pares de tornozeleras
- 40 pares de haltere grandes
- 80 pranchas corretivas
- 80 pranchas pequenas
- 80 espaguetes
- 04 bolas
- 02 Rede (biribol) e 16 argolas

5- Pista de Atletismo

A construção da pista de atletismo integrará o projeto do Complexo Poliesportivo, com extensão de 2.000 metros.

Equipamentos:

- Setor de arremesso de Peso
- Setor para lançamento de Dardo
- Setor para Lançamento de Disco e Marleto
- 01 caixa de areia para o setor de saltos em distância e triplo
- Setor de Salto em Altura e com Vara
- 08 raias de corridas
- 3 Colchões Grandes para queda de Salto em Altura e com Vara.
- 20 bastões para o revezamento
- 20 bandeirinhas para a arbitragem de atletismo
- 20 bandeirinhas de aço
- 20 pesos femininos
- 20 pesos masculinos
- 20 Discos femininos
- 20 Discos masculinos

10 Dardos masculinos
 10 Dardos femininos
 10 martelos femininos
 10 martelos masculinos
 20 bolas de medicinibol de 2 Kg
 20 bolas medicinibol de 3 Kg
 20 bolas de medicinibol de 5 Kg
 20 Barreiras

6 - Campo de futebol

O campo de futebol será utilizado mediante acordo de convênio entre o campus de Miracema e a Prefeitura do município, conforme documento em anexo.

Equipamentos:

02 goleiras
 02 redes

Material didático necessário: bolas, apitos, jogo de camisetas e calções, bandeiras, etc.

7.3.3 - Dos espaços físicos existentes na cidade e aproveitáveis mediante parcerias

O quadro abaixo aponta para as estruturas físicas existentes na cidade de Miracema e que poderiam ser utilizadas mediante parcerias com o poder público municipal e estadual local e instituições privadas conveniadas:

ESPAÇO FÍSICO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CONDIÇÕES
Ginásio de Esportes Irmã Beatriz	Governo do Estado/ Prefeitura Municipal	Ginásio coberto, com arquibancadas, banheiros
Quadra de Esportes do Centro de Ensino Médio Santa Terezinha	Governo do Estado/SEDUC	Quadra coberta
Estádio Castanheirão	Governo do Estado/ Governo Municipal	Estádio de Futebol, gramado, com vestiários, arquibancadas; é utilizado em jogos do campeonato estadual

7.3.4 - Instalações e Equipamentos Complementares

Os alunos do campus têm acesso à informática por meio do uso do laboratório específico, que dispõe de vinte computadores conectados à internet. O campus disponibiliza ainda o acesso à rede de internet sem fio, tecnologia *wireless*, para o acesso de docentes e acadêmicos que dispõem de notebook.

7.4 - Biblioteca

A Biblioteca do Campus Universitário de Miracema foi criada em 1992, juntamente com o início das atividades do Campus. Atualmente dispõe de um acervo bibliográfico de 17.672 livros; 149 títulos de periódicos; 761 monografias de graduação e pós-graduação Lato Sensu, 159 Dissertações, 32 Teses e 169 fitas de vídeo. Concentra grande parte do acervo na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Seu objetivo é reunir e organizar o material informacional para servir de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. As obras estão ordenadas por assunto de acordo com a classificação numérica chamada Classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD).

A Biblioteca está situada no primeiro andar do prédio, possui uma área de 141,19m² dividida em sala de leitura (57,53m²), área de processo técnico da informação (28,52 m²), área do depósito com (7,14m²) e área de acervo (48,00 m²), a qual os alunos têm livre acesso.

7.5 - Área de Lazer e Circulação

No espaço físico do campus dispomos dos seguintes espaços de lazer e circulação: dentro do prédio administrativo temos amplos corredores no térreo e pavimento superior com mesas e cadeiras que permite estudos individuais e em grupo para os alunos. Na parte externa, junto com o estacionamento existem vários espaços utilizados para conversas dos acadêmicos. Existe ainda um espaço físico que permite ampliação da estrutura física do campus, bem como seu uso para atividades de integração via esportes.

Existem dois blocos de salas de aula que permite a instalação de bancos, já dispõe de árvores e área de convivência (cantina), tornando o ambiente favorável ao lazer e integração dos acadêmicos.

7.5 - Recursos Audiovisuais

As condições atuais em relação ao uso de equipamentos por professores e alunos, nas salas de aula e auditório do Campus Universitário de Miracema do Tocantins estão articuladas pelas experiências profissionais de cada docente e limitadas pelos equipamentos constantes no quadro a seguir:

Quadro de Recursos Audiovisuais disponíveis no Campus

QUANTIDADE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO
3	01	Tv Em Cores
01	02	Video Cassete
08	03	Data-Show
10	04	Retroprojektor
01	05	Máquina Fotográfica Digital
01	06	Filmadora
01	07	Dvd
01	08	Aparelho de Som Micro-Sistem/Cd
01	09	Projektor de Slides
10	10	Tela Branca de Projeção
02	11	Flip Chart
02	12	Microfone C/ Fio
03	13	Microfone S/ Fio
02	14	Mesa/Comando de Som
13	15	Quadro Branco para Pincel
07	15	Notebook

7.6-Acessibilidade para Pessoas com Deficiência

No momento, o acesso ao Campus de Miracema apresenta condições parcialmente adequadas à locomoção de pessoas com necessidades especiais, apresentando apenas rampas de acesso ao interior do pavilhão térreo do prédio. Já existe uma solicitação de instalação de um elevador para acesso do piso superior do prédio administrativo.

7.7 - Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso

No campus universitário de Miracema, há uma sala preparada para o uso da direção, de 16,62m², devidamente equipada para atendimento à comunidade universitária, contando com o apoio de 01 (um) assistente administrativo e um estagiário que atua junto a assessoria de comunicação.

Com relação às salas de coordenação do curso, o campus conta com 02 (duas) salas destinadas às coordenações dos cursos: Pedagogia, instalada num espaço de 23,00m² e Serviço Social, localizada numa sala de 22,56 m², ambas equipadas com mobiliários e equipamentos, contando com o apoio de 01 (um) assistente administrativo, cada.

8 - REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 21/2001, aprovado em 6 de agosto de 2001. **Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica**. Nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/021.pdf>. Acesso em 28/02/2012.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica**. Nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Resolução nº 2, 2002

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior, **Duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica**. Nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Parecer nº 28, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB** Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> acesso em: Acesso em 28/02/2012.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP nº 08 de 02 de dezembro de 2008. **Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública**. Brasília, D.O.U. de 30/01/2009. Poder Executivo.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Institui **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**. Nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Resolução nº 1, 2002

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares nacionais para os cursos de graduação em Educação Física**. Resolução nº 7, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares nacionais para os cursos de graduação em Educação Física**. Resolução nº 7, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares nacionais para os cursos de graduação em Educação Física**. Resolução nº 2, 2011. Parecer 274/2011.

BRASIL, Ministério da Educação, **Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física** – PCN, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 96p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Educação Física: Ensino de primeira à quarta série. I. Título.

CONFED. Conselho Federal De Educação Física. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFED/CREFs **RESOLUÇÃO CONFED nº 056/2003**. Disponível: http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=103. Acesso em: 30/05/2014.

COUTINHO, N; SILVA, S. Conhecimento e Aplicação de Métodos de Ensino para os Jogos Esportivos Coletivos na Formação Profissional em Educação Física. **Movimento**. Porto Alegre, v. 15, n. 01, p. 117-144, jan.-mar. 2009.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na escola**: questões e reflexões. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 2003.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras**. UNIOESTE, Campus Foz do Iguaçu. V. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Programa de Formação de Professores da Educação Básica UFT** /Seduc/Programa de Ações Articuladas PARFOR. Palmas, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT. Resolução 12-2007 CONSUNI. **Plano de Desenvolvimento Institucional** (PDI 2007-2011). Palmas, 2007b. Disponível em: http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,2022/ . Acesso em 28/02/2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT. Resolução 07-2007 CONSEPE.

Projeto Pedagógico Institucional - PPI. Palmas, 2007a. Disponível em: http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,1810/ .Acesso em 28/02/2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT. **Planejamento Estratégico** (2006 - 2010). Palmas, 2006. Disponível em: <http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,0/task,doc_details/gid,1566/>. Acesso em 28/02/2012.

9 - ANEXOS

ANEXO I – Ato – Comissão do PPC - Regular

BOLETIM INTERNO UFT Universidade Federal do Tocantins - Edição Extra - Nº 009 - 22 de janeiro de 2014	
Reitor Márcio Antônio da Silveira Vice-reitora Isabel Cristina Auler Pereira Chefe de Gabinete Emerson Subtil Denicoli Pró-reitor de Administração e Finanças José Pereira Guimarães Neto Pró-reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários George Lauro Ribeiro de Brito Pró-reitora de Avaliação e Planejamento Ana Lúcia de Medeiros Pró-reitora de Graduação Berenice Feltosa da Costa Aires Pró-reitor de Extensão e Cultura George França dos Santos Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação Waldacy Rodrigues	Diretor do Câmpus de Araguaína Luís Eduardo Bovolato Diretor do Câmpus de Arrolas Idemar Vazili Diretor do Câmpus de Gurupi Eduardo Andreia Lemus Erasmo Diretora do Câmpus de Miracema Vânia Maria de Araújo Passos Diretor do Câmpus de Palmas Aurelio Pessoa Picanço Diretora do Câmpus de Porto Nacional Juscéia Aparecida Veiga Garbelina Diretor do Câmpus de Tocantinópolis Rafael Moreira

GABINETE DO REITOR

PORTARIA Nº 101, DE 22 DE JANEIRO DE 2014

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Tocantins, designado pelo Decreto de 4 de junho de 2012, publicado no DOU nº 108, de 5 de junho de 2012, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º - Autorizar, com fulcro no art. 3º, do Decreto-Lei 1.590/95, o cumprimento de jornada de trabalho de seis horas diárias ininterruptas e carga horária de trinta horas semanais aos servidores lotados no setor de Apoio Social e Psicopedagógico, do Câmpus Universitário de Gurupi, onde os serviços exigem duas horas de atividade contínua.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIAS DE 22 DE JANEIRO DE 2014

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Tocantins, designado pelo Decreto de 4 de junho de 2012, publicado no DOU nº 108, de 5 de junho de 2012, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Nº 102 - Art. 1º - Constituir a Comissão de Implantação do Curso de Educação Física, do Câmpus Universitário de Miracema.

Art. 2º - Designar como membros os servidores: VITOR ANTONIO CERIGNONI COELHO, matrícula nº 2068022, Professor do Magistério Superior; LAYANNA GIORDANA BERNARDO LIMA, matrícula nº 1813544, Professora do Magistério Superior; JUCILEY SILVA EVANGELISTA FREIRE, matrícula nº 1476119, Professora do Magistério Superior; MARCIA MACHADO, matrícula nº 1711624, Professora do Magistério Superior; VÂNIA MARIA DE ARAÚJO PASSOS, matrícula nº 1412725, Professora do Magistério Superior; LUANNA MARIA DEMIRANDA CORREIA, matrícula nº 1835263, Assistente em Administração.

Art. 3º - Comporão também a equipe: um membro interino da Reitoria e um membro de outra IFES, a serem designados pelo Reitor.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 103 - Art. 1º - Constituir a Comissão de Implantação do Curso de Psicologia, do Câmpus Universitário de Miracema.

Art. 2º - Designar como membros os servidores: ADRIANO MACHADO OLIVEIRA, matrícula nº 1570209, Professor do Magistério Superior; KATHIA NEMETH PEREZ VILLELA, matrícula nº 1641799, Professora do Magistério Superior; MARCIA MACHADO, matrícula nº 1711624, Professora do Magistério Superior; CÍCERO VALDIER PEREIRA, matrícula 1523635, Pedagogo; VÂNIA MARIA DE ARAÚJO PASSOS, matrícula nº 1412725, Professora do Magistério Superior; LILIAM DEISY GHIZONI, matrícula nº 2630540, Professora do Magistério Superior.

Art. 3º - Comporão também a equipe: um membro interino da Reitoria e um membro de outra IFES, a serem designados pelo Reitor.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

PORTARIA Nº 31, DE 17 DE JANEIRO DE 2014

A Diretora de Desenvolvimento Humano da Fundação Universidade Federal do Tocantins, conforme delegação de poderes conferidos pela Portaria nº 1.088, de 26 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º - Conceder progressão à servidora RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES MELO, matrícula nº 1217779, Professora do Magistério Superior, lotada no Câmpus Universitário de Porto

ANEXO II – Termo de Permissão de uso de bens imóveis entre o Município de Miracema e a Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

**Termo de Convênio de Estágio UFT nº.
043/09 que entre si celebram a Fundação
Universidade Federal do Tocantins –
UFT e o Município de Miracema - TO.**

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, tendo como finalidade básica promover o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, criada pela Lei nº 10.032 de 23 de outubro de 2000 e regulamentada pelo Decreto nº 4.279 de 21 de junho de 2002, com CNPJ 05.149.726/0001-04, regida por seu Estatuto, aprovado pela Portaria nº 658 de 17 de março de 2004 do Ministro da Educação, sediada na AV: NS 15, ALCNO 14, Bl IV, Campus Universitário de Palmas (saída para Paraíso), Palmas-TO, CEP: 77.010-970, doravante denominada simplesmente UFT, representada neste ato por seu Vice-Reitor, Prof. Dr. **José Expedito Cavalcante da Silva**, por delegação do Magnífico Reitor, conforme os termos da Portaria nº. 1.257, de 18 de agosto de 2008, brasileiro, solteiro, químico, portador da Carteira de Identidade nº. 98001193628 SSP/Al e do C.P.F. nº. 604.013.034-20, residente e domiciliado em Palmas – TO e o **MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. 02.070.357/0001-71, com sede na Travessa João Rodrigues, nº 703 - centro doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo **Excelentíssimo Senhor Prefeito, Antônio evangelista Pereira Júnior**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.932.528-SSP/GO, e do CPF sob o nº 485.793.941-01, celebram entre si o Convênio para realização de estágio de estudantes, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Lei 8666/93, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e Definições

043-0098.docx

2009/08/15 15:42:00

043-0098.docx

2009/08/15 15:42:00

ANEXO III – Regimento de Estágio Supervisionado da Licenciatura em Educação Física do Campus Universitário de Miracema da Universidade Federal do Tocantins



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Regimento de Estágio Supervisionado Obrigatório e não obrigatório em
Educação Física**

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Este documento visa normatizar a organização e o funcionamento do Estágio Curricular Obrigatório e não obrigatório para integralização do Curso de Educação Física, modalidade Licenciatura, da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema. O Estágio Curricular Obrigatório da Licenciatura em Educação Física é normatizado conforme o Parecer CNE/CES Nº 142/2007, a Resolução CNE/CES Nº 7/2004 e a Resolução 003/2005, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins.

CAPÍTULO II

Do Conceito e dos Objetivos

Art. 2º - O Estágio Supervisionado do Curso de Educação Física, modalidade Licenciatura, constitui-se pelo conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas com a área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional.

Parágrafo único - Constitui-se num momento de articulação entre as teorias e práticas abordadas durante os cursos de graduação.

Art. 3º - O objetivo geral do Estágio Supervisionado Obrigatório é oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário e da prática pedagógica problematizada, teorizada e transformada a partir das intervenções como estagiário.

Art. 4º - Os objetivos específicos do Estágio Supervisionado Obrigatório são:

I – Promover situações de observação ao licenciado e reflexão sobre a prática pedagógica para compreender e atuar em situações contextualizadas;

II – Criar situações de aprendizagem para a construção de competências nas relações humanas e ensino (saber fazer) a partir do envolvimento direto com a prática e do estudo paralelo dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática educativa;

III – Possibilitar ao licenciado sua intervenção na prática, reorganizando as atividades pedagógicas, a partir da problematização, tematização e reelaboração de seus conhecimentos;

IV – Habilitar o aluno a relacionar teoria e prática, problematizando, analisando e teorizando-a para desenvolver o campo teórico-investigativo da educação.

CAPÍTULO III

Dos Espaços de Estágio

Art. 5º - Constituem espaços de Estágio Supervisionado Obrigatório (unidades concedentes) as instituições de educação básica da rede pública e particular de ensino. O Estágio não obrigatório poderá ocorrer em organizações governamentais e não governamentais cujas ações tenham propósitos educacionais.

Parágrafo único - No mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária total do Estágio Obrigatório deverá ser realizada em escolas de educação básica mantidas pela iniciativa pública, de ordem municipal, estadual ou federal.

Art. 6º - O Estágio Supervisionado Obrigatório deverá acontecer em instituições de educação básica e/ou organizações localizadas no município onde o curso de licenciatura estiver sediado.

CAPÍTULO IV

Das Atividades e da Avaliação do Estágio Obrigatório

Art. 7º - O Estágio Supervisionado Obrigatório contempla as seguintes atividades: observação, análise e avaliação do processo pedagógico nas escolas; leitura, planejamento, desenvolvimento de projetos, oficinas e/ou mini-cursos; seleção e/ou elaboração de material didático; docência; e elaboração de Relatório Final.

Parágrafo único - O estagiário deverá cumprir, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total prevista no Art. 11 deste Regimento, em aulas efetivamente ministradas.

Art. 8º - A frequência do estagiário deverá ser de 100% (cem por cento) nas atividades realizadas na Unidade Concedente, e de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades realizadas na Universidade.

Art. 9º - A avaliação do Estágio Supervisionado Obrigatório será realizada:

I - pelo professor de estágio da Universidade e

II - pelo supervisor de estágio na Unidade Concedente.

Art. 10 - A avaliação do trabalho desenvolvido pelos estagiários será contínua e dinâmica, considerando-se as seguintes ações:

I – elaboração do plano estágio antes da execução na Unidade Concedente, sob orientação do professor de Estágio,

II - participação nos encontros de orientação e cumprimento das atividades planejadas no plano de Estágio Supervisionado Obrigatório;

III – assiduidade e pontualmente, na fase de regência de classe, em todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;

IV - registro e documentação das atividades realizadas no campo de estágio, de acordo com o plano de ensino da disciplina;

V - redigir e encaminhar os Relatórios de Estágio ao professor de Estágio em número de vias definido pelo plano de ensino da disciplina;

VI - apresentar-se nas atividades de socialização;

VII - respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;

VIII - cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO V

Da Operacionalização do Estágio Obrigatório

Art. 11 - O Estágio Curricular Obrigatório da Licenciatura em Educação Física terá carga horária mínima de 400 (quatrocentas) horas (Parecer CNE/CP 2/2002) e deverá começar a partir do início da segunda metade do curso.

Parágrafo Único - A carga horária total está dividida em Projeto de Estágio (com carga horária de noventa horas), Estágio em Educação Física na Educação Infantil (com carga horária de noventa horas), Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental (com carga horária de cento e vinte horas) e Estágio em Educação Física no Ensino Médio (com carga horária de cento e vinte horas), perfazendo um total de quatrocentas e vinte horas de estágio.

Art. 12 - O estagiário que exerça e comprove exercício de atividade docente regular em sua área de formação e/ou área afim, poderá requerer a redução de até o máximo de 150 (cento e cinquenta) horas da carga horária total mínima a ser cumprida no Estágio Supervisionado (Resolução CNE/CP 02/2002).

Parágrafo único - A regulamentação dos critérios para redução dessa carga horária será feita com base na Normativa CONSEPE Nº 003/2005.

Art. 13 - Para requerer a redução da carga horária do Estágio Supervisionado, o discente deverá encaminhar, mediante protocolo geral do Campus, a seguinte documentação comprobatória:

I. requerimento solicitando a redução da carga horária de acordo com a sua experiência docente Ensino Fundamental ou Médio;

II. comprovação oficial de tempo mínimo de serviço exigido na Resolução 003/2008 com a apresentação dos seguintes documentos:

a) Declaração de exercício de docência na Educação Infantil, Creche e/ou Pré-escola, para redução de carga horária no Estágio em Educação Física na Educação Infantil, assinada pela instituição educacional onde ministrou aulas;

b) Declaração de exercício de docência no Ensino Fundamental para redução de carga horária no Estágio em Educação Física no Ensino Fundamental, assinada pela direção da escola onde ministrou aulas;

- c) Declaração de exercício de docência no Ensino Médio para redução de carga horária no Estágio em Educação Física no Ensino Médio, assinada pela direção da escola onde ministrou aulas;
- d) Planos de Ensino assinados pela direção da escola onde ministrou as aulas, segundo as fases da Educação básica na qual se requer a redução de carga horária de Estágio Supervisionado.
- e) Cópia parcial do Diário Oficial na qual aparece a nomeação para ministração de aulas;
- f) Cópia do Demonstrativo do último pagamento recebido pelo requerente;
- g) Cópia Parcial de Diários de Classes das séries em que o requerente ministrou aulas, assinada pela direção da escola.

Obs: Os casos omissos nessa regulamentação serão resolvidos pelo Colegiado do Curso e/ou Coordenação do Curso de Educação Física.

Art. 14 - Caberá ao Colegiado do Curso de Educação Física e/ou ao Coordenador desse curso homologar as atividades do Estágio Supervisionado, a partir do parecer do(s) professor(es) de estágio.

Art. 15 – O Estágio Supervisionado será formalizado por intermédio do Termo de Convênio, Termo de Compromisso e Seguro contra Acidentes Pessoais, de acordo com o Decreto 87.497/82 que regulamenta a Lei 6.494/77 e dispõe sobre os estágios. O estágio terá início após a assinatura do Termo de Convênio e de Compromisso.

Parágrafo único - Para efeito da consolidação da proposta de Estágio Supervisionado junto às Unidades Concedentes, deverão ser observadas as exigências específicas das respectivas instituições.

CAPÍTULO VI

Da Administração e Supervisão do Estágio

Art. 16 - O Estágio Supervisionado será desenvolvido sob a coordenação, orientação, supervisão e avaliação dos seguintes profissionais:

I – Coordenador de Estágio - docente responsável pela coordenação, administração e supervisão de forma global dos estágios das licenciaturas, por campus, vinculado ao Setor de Assistência Técnica ao Ensino da Pró-Reitoria de Graduação.

II – Professor de Estágio - docente responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado, na área da docência e pelo planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estágio e do estagiário.

III – Supervisor de Estágio - profissional na área da docência indicado pela Unidade Concedente do Estágio, que acompanhará, orientará e supervisionará o estagiário no desenvolvimento de suas atividades de estágio na Unidade Concedente.

Parágrafo único: Nos campi onde haja mais de uma licenciatura, a Coordenação de Estágio será exercida por um único profissional.

Art. 17 - O Coordenador de Estágio das Licenciaturas será eleito, pelos professores de estágio, dentre os professores da(s) licenciatura(s) do respectivo campus, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Parágrafo Único - O Coordenador de Estágio das Licenciaturas poderá ser substituído por sugestão da maioria dos professores de estágio, ou por solicitação própria, antes do período definido no caput deste artigo.

Art. 18 - A alocação da carga horária para o Professor de Estágio terá como referência a seguinte orientação:

a) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno não estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, os alunos, no limite permitido para a disciplina, deverão ser mantidos em uma única turma;

b) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, as turmas poderão ser divididas em até 22 (vinte e dois) alunos por turma.

Art. 19 - Caberá ao Coordenador de Estágio das Licenciaturas, no âmbito do Estágio Curricular Obrigatório:

I - articular e coordenar o intercâmbio entre entidades e escolas de educação básica para ampliação de campos e oportunidades para o desenvolvimento de projetos integrados de Estágio Curricular Obrigatório das Licenciaturas;

II - coordenar e supervisionar, de forma global, a execução do Estágio Curricular Obrigatório, intermediando o contato entre as Unidades Concedentes, o curso, o campus e as demais instâncias da Universidade;

III - organizar reuniões periódicas com os professores de estágio para avaliação das atividades e socialização das experiências;

IV - emitir parecer a partir da análise do relatório de campo de estágio dos professores de estágio e encaminhá-lo ao Colegiado de Curso e à PROGRAD.

V - cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 20 - Compete ao Professor de Estágio:

I - elaborar e executar o Plano de Ensino-Aprendizagem de sua área ou habilitação;

II - orientar os estagiários, acompanhar e supervisionar a elaboração e execução de seus projetos de estágio;

III - avaliar o desempenho do estagiário em todas as etapas do estágio mediante instrumentos e critérios pré-estabelecidos pelo plano de ensino da disciplina;

IV - coordenar e organizar todas as etapas de socialização, cujo formato e diretrizes deverão ser estabelecidas no plano de ensino da disciplina consoante com o PPC de cada curso;

V - participar como membro da banca examinadora, quando houver apresentação de trabalho de conclusão de estágio;

VI - participar das reuniões periódicas propostas pelo Coordenador de Estágio;

VII - emitir Relatório de Campo do Estágio ao final de cada período letivo e encaminhá-lo ao Coordenador de Estágio;

VIII - divulgar o conteúdo deste regulamento aos estagiários;

IX - cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 21 - Compete ao Supervisor de Estágio:

I - acompanhar e orientar as atividades dos estagiários na Unidade Concedente;

II - avaliar o desempenho do estagiário na Unidade Concedente;

III - contatar o professor de estágio para solucionar possíveis dificuldades do estagiário.

Art. 22 - Compete ao estagiário:

I - comparecer e participar de encontros de orientação e cumprir todas as atividades previamente planejadas no respectivo plano e/ou projeto de Estágio Curricular Obrigatório;

II - elaborar, com a orientação do professor de estágio, o plano e ou projeto de estágio e apresentá-lo para sua aprovação antes da execução na Unidade Concedente;

III - ministrar, pontualmente, na fase de regência de classe, todas as aulas que lhe forem designadas, respeitando o horário determinado na Unidade Concedente;

IV - registrar e documentar as atividades realizadas no campo de estágio, de acordo com

o plano de ensino da disciplina;

V - redigir os relatórios e encaminhar ao professor de estágio o número de vias definido

pelo plano de ensino da disciplina;

VI - apresentar-se nas atividades de socialização;

VII - respeitar as normas da Unidade Concedente, mantendo postura ética;

VIII - cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 23 - O Estágio Supervisionado, exposto neste regulamento, corresponde ao Estágio Curricular Supervisionado, constante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Art. 24 – Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Miracema do Tocantins, 01 de agosto de 2014.

ANEXO IV – Regimento para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
da Licenciatura em Educação Física do Campus de Miracema da Universidade Federal do
Tocantins



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

REGIMENTO PARA ELABORAÇÃO E DEFESA DO TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este documento visa normatizar a elaboração e a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física do Campus Universitário de Miracema, da Universidade Federal do Tocantins.

CAPÍTULO II
DO CONCEITO E DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O TCC constitui-se em uma monografia que consiste em um texto dissertativo resultado de uma pesquisa individual orientada, tendo por objeto de estudo um tema desenvolvido nas disciplinas pedagógicas e afins integrantes dos três núcleos da estrutura curricular, de acordo com as linhas de Pesquisa do Curso e deve ser defendida perante banca examinadora.

Art. 3º - A monografia objetiva propiciar aos alunos do Curso de Licenciatura em Educação Física a oportunidade de demonstrar o aprofundamento temático, a produção

científica, a pesquisa em bibliografia especializada e a capacidade de interpretação e crítica da área.

Art. 4º - Estas normas regulam as atividades inerentes aos componentes curriculares Projeto de TCC e TCC constantes da estrutura curricular do Curso.

CAPÍTULO III

DOS ALUNOS HABILITADOS PARA REALIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 5º - Será considerado habilitado para realização da monografia o aluno que tiver integralizado, no mínimo 60% dos créditos da Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física.

Art. 6º - O (a) aluno (a) habilitado para a realização da monografia deverá ter cursado e aprovado na disciplina de Pesquisa em Educação Física I (Projeto de TCC).

I - Cumprir o calendário divulgado pela Coordenação de Curso e apresentar o Projeto de Monografia ao professor orientador e desenvolver o plano de trabalho construído juntamente com o orientador para o processo de orientação;

II- Realizar encontros para orientação, pelo menos uma vez, a cada quinze dias, em horário e data previamente acordada;

III- apresentar ao professor orientador a ficha de acompanhamento das atividades de monografia, cumprindo as atividades nela designadas;

IV- Elaborar a versão final de sua monografia, de acordo com o manual de normalização de trabalhos acadêmicos e com o presente Regulamento;

V- Entregar à Coordenação do Curso, dentro de prazo fixado no calendário, a versão final da monografia para defesa, em 3 vias, com a concordância do orientador;

VI – Comparecer no dia, hora e local determinado para apresentar e defender a versão final da monografia;

VII – Após a defesa e aprovação o aluno deve apresentar uma cópia impressa, encadernada em capa dura, e eletrônica (cd-rom) para a Biblioteca do Campus, com as devidas correções do trabalho monográfico.

CAPÍTULO IV

ETAPAS PARA ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 7º – O projeto de monografia deverá conter a seguinte estrutura:

- I – tema;
- II – problema;
- III – objetivos;
- IV – justificativa;
- V – fundamentação teórica;
- VI – metodologia;
- VII – cronograma;
- VIII – referencial bibliográfico.

Art. 8º – A elaboração da monografia final de conclusão de curso compreende as seguintes etapas, de acordo com os prazos fixados no calendário:

- I – elaboração e cumprimento, juntamente com o orientador, do Plano de orientação do trabalho monográfico;
- II - defesa da monografia perante banca examinadora.

CAPÍTULO V

DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 9º – A monografia final deverá ser desenvolvida sob o acompanhamento de um professor orientador integrante do corpo docente da universidade. O docente poderá associar suas pesquisas a temática do aluno orientado.

Parágrafo Único: A cada professor caberá o número máximo de 06 (seis) orientandos e cada orientação corresponde a um crédito por aluno/semestre.

Art. 10 – Poderá o aluno, ao matricular-se na disciplina de Projeto de TCC, sugerir o nome de um professor para realizar a orientação, cuja designação dependerá da aceitação deste, interação com suas pesquisas e existência de vaga.

Art. 11– A definição de orientação será feita a partir de proposta da Coordenação do Curso, considerando as temáticas e linhas de pesquisas e analisada em reunião do Colegiado.

Art. 12 – A substituição de professor orientador somente será deferida pela Coordenação do Curso, mediante análise das justificativas formais apresentadas, pelo professor ou pelo aluno;

Art. 13 – A responsabilidade pela elaboração da monografia cabe integralmente ao orientando, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento e no Regimento Geral da Universidade, as atribuições decorrentes de sua atividade de orientação.

CAPÍTULO VI

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 14 – O professor orientador deverá encaminhar à Coordenação de Curso, com 10 dias de antecedência da data da defesa, a composição das bancas examinadoras, a fim de que sejam distribuídas em tempo hábil as cópias da monografia.

Art. 15 – A versão final da monografia será defendida pelo aluno perante a banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, e por outros dois membros por ele convidados.

Parágrafo Único: Poderá integrar a banca examinadora um membro escolhido entre professores da UFT ou professores de outras instituições, com titulação mínima de especialista, mediante análise de currículo pela Coordenação do Curso.

Art. 16 – O professor responsável pela disciplina Projeto de Pesquisa em Educação Física II, com a anuência dos professores elabora e divulga o cronograma de defesa de monografias.

Parágrafo Único: O período destinado à defesa de monografia não deverá ultrapassar o prazo máximo previsto pelo Calendário Acadêmico.

Art. 17 – A defesa A defesa da monografia será realizada pelo aluno em sessão pública no tempo máximo de 15 minutos.

Art. 18 – Cada um dos integrantes da banca examinadora terá 10 minutos para arguir o aluno acerca do conteúdo da monografia, dispondo o discente do mesmo prazo de indagação para apresentação das respostas.

Art. 19 – A atribuição dos resultados dar-se-á após o encerramento da arguição, em sessão secreta, levando-se em consideração o texto escrito e a defesa da monografia.

§ 1º A nota final do aluno será definida pelo resultado da média das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

§ 2º Será considerado aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7.0 pontos.

Art. 20 – A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, será registrada em ata, e encaminhada à Secretaria Acadêmica.

Art. 21 – Será atribuído conceito 0 (zero) à monografia, caso se verifique a existência de fraude ou plágio pelo orientando, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Regimento Geral da Universidade.

Parágrafo Único: O professor orientador que identificar o plágio ou fraude poderá, mediante justificativa a coordenação e ao professor da disciplina de TCC, solicitar o término da orientação do aluno em questão.

Art. 22 – O aluno que não se apresentar para a defesa oral, sem motivo justificado, ou, ainda obtiver nota inferior a 7 (sete) na defesa, estará reprovado na Monografia ou disciplina correspondente.

Art. 23 – No caso de reprovação, desde que não ultrapassado o prazo máximo para a conclusão do curso, poderá o aluno apresentar nova monografia para defesa perante banca examinadora, respeitados os requisitos previstos neste Regulamento.

Art. 24 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Educação Física e/ou Coordenação do Curso de Educação Física .

Art. 25 – Estas normas entram em vigor a partir desta data.

Miracema do Tocantins, 01 Agosto de 2014

ANEXO V – Regimento do Colegiado do Curso de Educação Física

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
COLEGIADO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**REGIMENTO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO CAMPUS
UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA**

TÍTULO I**Introdução**

Art. 1º – O presente Regimento disciplina a organização e o funcionamento do Colegiado do Curso de Educação Física do Campus Universitário de Miracema.

Art. 2º – O Colegiado do Curso de Educação Física de Miracema é o órgão Consultivo e deliberativo do Curso de Educação Física do Campus Universitário de Miracema em matéria didático-científica e cultural, juntamente com o Conselho Diretor do Campus, respeitada as atribuições dos outros órgãos superiores colegiados da Universidade.

CAPÍTULO I**Da Composição**

Art. 3º - O Colegiado do Curso de Educação Física de Miracema tem a seguinte composição:

- I - Coordenador de Curso, que será seu Presidente;
- II - Docentes efetivos do Curso de Educação Física;
- III - 1/5 (um quinto) de representação do corpo discente referente aos demais membros do Colegiado;
- IV - Um representante do corpo técnico-administrativo.

Parágrafo Único – Os mandatos previstos nos itens III e IV terão a duração de 01 (um) ano, sendo permitida a recondução.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 4º - Compete ao Colegiado do Curso de Educação Física de Miracema:

I - exercer, como órgão consultivo e deliberativo, a administração superior do Curso, em matéria relacionada com o ensino, a pesquisa e a extensão;

II - planejar a política acadêmica do Curso de Educação Física;

III - julgar recursos de decisão da Coordenação do Campus, e da Coordenação de Curso em matéria didático-científica;

IV - estabelecer normas sobre a organização e funcionamento do curso de Educação Física no campus de Miracema;

V - propor ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem no curso de Educação Física;

VI - deliberar sobre a fixação de currículos do curso de Educação Física e o estabelecimento de planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão vinculados ao Curso de Educação Física no Campus de Miracema;

VII - aprovar planos de cursos de pós-graduação do campus de Miracema;

VIII – propor ao Consuni o número de vagas do processo seletivo para ingresso no curso de Educação Física;

IX - apreciar os projetos de pesquisa e de extensão encaminhados pela Comissão de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Campus - Coppex;

X - fixar critérios para liberação de docentes candidatos a cursos de pós-graduação, ouvido a Coppex;

XI - guardar e/ou garantir a observância do cumprimento do regimento acadêmico;

XII - desempenhar outras atribuições conferidas no Regimento.

XIII - elaborar, aprovar ou modificar o próprio Regimento, sempre por maioria absoluta (2/3) dos membros do Colegiado;

CAPÍTULO III

Do Funcionamento

Art. 5º - O Colegiado do Curso de Educação Física de Miracema funcionará em reuniões Plenárias na forma estabelecida nesse regimento interno.

Art. 6º - O Plenário reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessárias, por convocação da Presidência ou através de requerimento da maioria dos seus membros. Parágrafo Único – Os dias de Reuniões Plenárias acontecerão a partir da definição do colegiado e disponibilidade dos membros.

Art 7º - As reuniões plenárias terão duração máxima de 3h. A pauta não cumprida será transferida automaticamente para a próxima reunião plenária.

Art 8º - Cada membro do colegiado terá o direito de pronunciar-se sobre a pauta em questão devendo se inscrever junto a Presidência do Colegiado durante a reunião.

Art. 9º - Cada membro do colegiado disporá de até 3 minutos para fazer suas intervenções e de até 2 minutos para replica.

Art.10 – É permitido ao membro do colegiado se re-inscrever por uma segunda vez para realizar intervenções.

Art. 11 – Esgotada a fase de discussão, a Presidência do Colegiado do Curso de Educação Física de Miracema procederá à leitura da(s) proposição(ões) colocando-a(s) imediatamente em regime de votação.

CAPÍTULO IV

Do Plenário

Art.12 - Compete ao Plenário:

I - exercer as atribuições conferidas pelo Regimento Interno do Colegiado do Curso de Educação Física de Miracema;

II - julgar os recursos interpostos na forma do Regimento do Colegiado do Curso de Educação Física de Miracema;

III - aprovar normas referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão, sempre com a presença da maioria absoluta (2/3) de seus membros.

Art. 13 - O comparecimento dos membros do Colegiado do Curso de Educação Física de Miracema é obrigatório e terá preferência sobre outras atividades acadêmicas;

Art. 14 - O Colegiado do Curso de Educação Física de Miracema é presidido pelo Coordenador do Curso e nas suas faltas ou impedimentos, pelo Coordenador de Campus;

Art. 15 – Compete à Presidência:

I - presidir as reuniões plenárias;

II – propor ao Plenário a pauta de cada reunião;

III - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV - resolver as questões de ordem;

V - promover o funcionamento regular do Colegiado do Curso de Educação Física de Miracema;

VI - distribuir os processos aos membros do colegiado após sua instrução.

Art. 16 - A seqüência dos trabalhos do Colegiado será a seguinte:

I. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

II. Comunicação e apreciação da pauta;

III. Discussão e votação da(s) matéria(s) constante(s) na pauta da convocação;

IV. Apreciação de moções, propostas ou requerimentos supervenientes;

Informes dos membros.

Parágrafo Único - As reuniões serão convocadas com antecedência de 48 horas, salvo urgência, através de notificação escrita, da qual constará a pauta da reunião.

Art. 17 - Quando membro do Colegiado faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas deverá ser convocado a oferecer justificativa das ausências, por escrito, para análise e parecer do Colegiado.

Parágrafo Único – Nos casos de reincidência, a Presidência do Colegiado informará se aluno, ao Centro Acadêmico (C.A.), se funcionário ou professor, à Coordenação do Campus, para as devidas providências.

Art. 18 – As reuniões plenárias realizar-se-ão desde que esteja presente a maioria simples (50% + 1) dos seus membros.

Art. 19 – O Relator do processo em plenário será o seu instrutor, cabendo-lhe determinar as diligências que julgar convenientes.

Parágrafo primeiro – O Relator terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período, para emitir o seu parecer, por escrito, contado a partir da data da distribuição ou do cumprimento das diligências.

Parágrafo segundo – Esgotado o prazo concedido ao relator, o processo será incluído em pauta.

Art. 20 – Declarada aberta a reunião, proceder-se-á à discussão e aprovação da Ata. Em seguida, passar-se-á à apreciação e votação da pauta e o final da reunião será reservado para informes, comunicações de fatos ou comentários sobre assuntos de natureza geral da Universidade e/ou do Campus de Miracema.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 21 – A Presidência do Colegiado do Curso de Educação Física de Miracema poderá constituir comissões para estudo de questões específicas da área de sua competência.

Art. 22 – Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelo Plenário do Colegiado do Curso de Educação Física de Miracema.

Art. 24 – Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação.

Miracema do Tocantins, 01 de agosto de 2014.

Anexo VI - “Requerimento de Dispensa de Carga horária de Estágio” (modelo anexo)

ANEXO VII – Normativa CONSEPE No 09 de 2005 sobre Atividades Complementares



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CONSEPE Nº 009/2005

Dispõe sobre alterações na Resolução nº 04/2005 deste Conselho, que traz o regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 16 de dezembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, atendendo solicitação das Coordenações dos Cursos de História, Geografia, Letras e Ciências/Matemática, do Campus de Araguaína e deliberação deste Conselho,

RESOLVE

Art. 1º - Dispor sobre alterações na Resolução nº 04/2005 deste Conselho, que traz o Regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

§ 1º- O Art. 15 da referida Resolução passa a ter a seguinte redação: “Compete ao Colegiado do Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste regulamento, bem como suprir lacunas que venham a surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários e comunicando à Pró-Reitoria de Graduação as adequações efetuadas.

§ 2º - No título do quadro Anexo, onde consta “Pontos” leia-se “Créditos”.

Art. 2º - Os demais artigos da Resolução permanecem inalterados.

Art. 3º - Estas alterações entram em vigor a partir desta data.

Palmas, 16 de dezembro de 2005

Prof. Alan Barbiero - Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO

Art. 1º - Compete ao Colegiado do Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste regulamento, bem como suprir lacunas que venham a surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários e comunicando à Pró-Reitoria de Graduação as adequações efetuadas.

TÍTULO I

Das Considerações Gerais

CAPÍTULO I

Da Caracterização das Atividades Complementares

Art. 2º - A presente Resolução tem por finalidade regulamentar as atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins, que compõem o núcleo flexível do currículo dos cursos de graduação, sendo o seu integral cumprimento indispensável para colação de grau.

Art. 3º - As atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins terão carga horária global definida pelos projetos político-pedagógicos, em conformidade com a legislação vigente e afeta a cada um dos cursos, devendo o seu cumprimento ser distribuído ao longo do curso.

Parágrafo Único – Em todos os casos não serão incluídas no cômputo as atividades previstas pelas Diretrizes Curriculares dos cursos em outra modalidade de atividade acadêmica.

Art. 4º - As atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins são obrigatórias e estão divididas em três tipos, assim discriminadas:

I - Atividades de Ensino;

II - Atividades de Pesquisa;

II - Atividades de Extensão.

CAPÍTULO II

Da Operacionalização das Atividades Complementares

Art. 5º – As Atividades de Ensino compreendem:

I - disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e/ou em outras IES;

II - atividades de monitoria;

III - participação em mini-cursos;

IV - cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira.

Parágrafo único - As Atividades referidas no inciso I só poderão ser consideradas se não

aproveitadas para convalidar outras disciplinas do currículo.

Art. 6º - As Atividades de Pesquisa compreendem:

I - livro publicado;

II - capítulo de livro;

III - projetos de iniciação científica;

IV - projetos de pesquisa institucionais;

V - artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);

VI - artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);

VII - artigo completo publicado em anais como autor;

VIII - artigo completo publicado em anais como co-autor;

IX - resumo em anais;

X - participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.

Art. 7º - As Atividades de Extensão compreendem:

I - autoria e execução de projetos;

II - participação na organização de eventos, congressos, seminários, workshops, etc;

III - participação como conferencista em conferências, palestras, mesas-redondas, etc;

IV - participação como ouvinte em eventos, congressos, seminários, workshops, etc;

- V - apresentação oral de trabalhos em congressos, seminários, workshops, etc;
- VI - participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas, etc;
- VII - apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em congressos, seminários, workshops, etc;
- VIII - participação em oficinas;
- IX - visitas técnicas e dia de campo;
- X - estágios extracurriculares;
- XI - representação discente em órgãos colegiados (Consuni, Consepe, Congregação, etc.);
- XII - representação discente (UNE, UEE, DCE e CAs);
- XIII - organizar e ministrar mini-cursos.

CAPÍTULO III

Da Validação das Atividades Complementares

Art. 8º – Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares deverão ser encaminhados ao Coordenador do Curso até 31 de maio no primeiro semestre; e 31 de outubro no segundo semestre.

Art. 9º - O aproveitamento das horas de Atividades Complementares será divulgado na primeira quinzena do mês de agosto, relativo ao primeiro semestre do ano anterior; e na primeira quinzena de março, relativo ao segundo semestre do ano em curso.

Parágrafo único – No caso de aluno formando, o aproveitamento será divulgado no prazo da publicação das notas do semestre.

Art. 10 – O pedido de registro das Atividades Complementares será feito pelo interessado, perante Protocolo Geral e encaminhado para parecer da Coordenação dos Cursos, seguindo para a Secretaria Acadêmica.

Parágrafo único – Os documentos originais serão devolvidos ao interessado após conferência e certificação na cópia entregue, sob a responsabilidade funcional.

Art. 11 – O aluno que discordar da quantificação atribuída à Atividade Complementar poderá, no prazo de três (03) dias após a publicação, apresentar pedido de revisão da mesma ao Coordenador de Curso.

Parágrafo único – Da decisão do Coordenador de Curso cabe recurso ao Colegiado do Curso em última instância.

Art. 12 – Somente terão validade para cômputo, como Atividades Complementares, as realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação nos cursos, exceto as atividades do

Art. 5º, inciso I desta Resolução.

Art. 13 - Todas as Atividades Complementares executadas devem ser comprovadas através de documento, fornecido pelo organizador do evento ou atividade.

Art. 14 - A carga horária total das Atividades Complementares será definida no projeto político-pedagógico do curso.

TÍTULO II

Das Disposições Transitórias

Art. 15 - Compete ao Colegiado do Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste regulamento, bem como suprir lacunas que venham a surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários e comunicando à Prograd as adequações efetuadas.

Art. 16 - Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palmas, 16 de dezembro de 2005

ANEXO

MODALIDADE	TIPO	CRÉDITOS
ENSINO	I – Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES (por Disciplina);	05
	II – Atividades de monitoria (por semestre);	05
	III – Organizar e ministrar mini-cursos (por mini-curso);	05
	IV – Participação como ouvinte em mini-cursos (por mini-curso);	03
	V – Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso).	02
PESQUISA (exceto o tcc)	I – Livro Publicado;	50
	II – Capítulo de Livro;	20
	III – Projetos de Iniciação Científica;	15
	IV – Projetos de Pesquisa Institucional;	10
	V – Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);	10
	V – Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);	05
	VI – Artigo completo publicado em anais como autor;	05
	VII – Artigo completo publicado em anais como co-autor;	03
	VIII – Resumo em anais;	03
	IX – Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.	03
EXTENSÃO	I – Autoria e execução de projetos;	15
	II – Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.);	10
	III – Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)	10
	IV – Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc.)	05
	V – Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc.)	05
	VI - Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)	03
	VII - Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc.)	03
	VIII - Participação em oficinas;	03
	IX – Visitas técnicas;	03
	X – Estágios extracurriculares (cada 80 horas);	03
	XI – Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, etc., por semestre);	03
	XII – Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs, etc., por semestre)	02

Anexo VIII – Manual de Biossegurança

Este manual segue na íntegra o modelo elaborado pelo Colegiado do curso de Medicina, uma vez que o curso de Educação Física utiliza-se dos laboratórios dos cursos da área da saúde do Campus de Palmas. Foram retirados do texto elementos que mencionam a biossegurança para atendimento clínico, pois este não é o foco de atuação do licenciado em Educação Física.

INTRODUÇÃO

A biossegurança é um tema de grande importância no campo da saúde, despertando cada vez mais o interesse dos profissionais comprometidos com um serviço de qualidade.

A biossegurança vai desde a aquisição de produtos e materiais hospitalares de qualidade até a prevenção de doenças contagiosas através da vacinação. Passa pelo campo da saúde do trabalhador e pelo direito de segurança do paciente diante das intervenções clínicas de seu cuidador (terapêuticas, cirúrgicas etc).

A esterilização dos materiais deve ser feita antes e depois do uso com os pacientes após contato com sangue e saliva.

O processo de esterilização em unidades de ensino e pesquisa deve ser realizado em local apropriado e por profissionais treinados, preferencialmente numa unidade denominada Central de Esterilização.

A Central de Esterilização atende a demanda das aulas práticas e da rotina clínica dos alunos, seguindo as normas preconizadas pelo Ministério da Saúde, com as seguintes características:

- local de fácil acesso, reservado apenas para a finalidade de esterilização, com temperatura controlada até 20° C e umidade relativa do ar entre 30 e 60%, com acesso e circulação restritos;
- dispor de 3 áreas: uma para processamento de material, uma para estocar os materiais estéreis e outra para apoio (administração e estoque);
- dispor de 1 (uma) autoclave de grande porte para processar a esterilização e 1 (uma) de pequeno porte;
- paredes e bancada construídas com facilidades de limpeza, sem ângulos vivos e reentrâncias. Devem ser limpas com hipoclorito de sódio a 1% ou álcool a 70%. O piso deve

ter revestimento apropriado. Deve ser lavado e seco diariamente, assim como o teto e as paredes;

- o ambiente deve ter protetores contra incêndio classe C em local visível e devem ser limpos com álcool a 70% para retirada de poeira;

- ao manipular os instrumentais recém-esterilizados os profissionais devem estar usando luvas térmicas. Outros EPI indicados são: gorro, máscara, luvas grossas e de procedimento e propés;

- a sala de esterilização deve ter placa de sinalização com as advertências de Proibido Fumar, Entrada Restrita, Uso de Paramentação Apropriada;.

1- CENTRAL DE ESTERILIZAÇÃO

É o ponto base do manual de biossegurança. É nesta unidade que vai ser realizada a descontaminação de todo instrumental com material e fluídos orgânicos utilizado com os pacientes nos ambulatorios, que forem reutilizáveis e não descartáveis.

A central deve realizar a esterilização de artigos utilizando-se para este fim, das autoclaves. A esterilização pelas autoclaves usa calor sob pressão, transferindo o calor com maior eficiência em tempo menor, sob temperatura de 121° C e pressão de 15 psi.

Os artigos a serem esterilizados em autoclaves devem passar previamente por degermação, embalagem e identificação com fita adesiva para identificação do processo.

O processo de esterilização deve ser validado para indicar a efetividade da esterilização. Os indicadores do processo de esterilização são fitas adesivas para autoclaves que após passagem pelo calor úmido mudam de cor, indicando que houve exposição a temperatura da autoclave. Este sistema pode ser utilizado semanalmente, assim como os indicadores biológicos, que correspondem a tiras de papel impregnadas com esporos bacterianos, que devem ser colocadas dentro de alguns artigos a serem esterilizados e após o processamento em autoclave são retirados para semeadura em meio de cultura. Tiras controle devem ser utilizadas para comparação. Se houver crescimento em meio de cultura com o indicador biológico, deve-se repetir a esterilização do artigo e fazer nova validação do processo.

2- EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - E.P.I

Fica adotado para os alunos o uso de jaleco branco nas aulas práticas, sendo dispensável para as aulas teóricas. O jaleco deve longo, de mangas curtas ou longas, de microfibra ou tecido similar. Nas aulas práticas em que houver procedimentos clínicos, o jaleco deve ser descartável, branco, azul ou verde, longo e de mangas compridas. Não será permitido usar shorts, bermudas, minissaias, roupas decotadas e sandálias durante o atendimento clínico e nas aulas práticas.

Seguir a paramentação abaixo:

- aulas práticas em laboratório: jaleco de tecido branco com manga longa. O uso de máscaras, gorros, luvas e óculos ficam a critério de cada professor de acordo com as atividades de cada disciplina, ressaltando a importância da devida segurança para professores e alunos;

3- CONDUTA PARA OS CASOS DE ACIDENTE BIOLÓGICO

Todo e qualquer acidente biológico ocorrido nas dependências do curso de medicina da UFT ou em atividades ligadas ao mesmo (unidade hospitalar) devem ser comunicados ao professor responsável e notificados para o Colegiado do curso, preenchendo Formulário de Notificação de Acidente Biológico. O aluno acidentado e, se possível, o paciente devem ser encaminhados para a emergência do Hospital Geral de Palmas para as providências necessárias (coleta de sangue, sorologia para HIV, medicamentos anti-retrovirais profiláticos etc).

4- VACINAS

Todo o corpo docente e discente e funcionários da UFT devem participar das campanhas de vacinação promovidas na instituição. São recomendadas as imunizações contra tétano, difteria, febre amarela e hepatite e cada indivíduo deve manter a carteira de vacinação em dia.

Cada aluno deve apresentar sua carteira de vacinação antes do início das atividades clínicas.

5- DESCARTE DE RESÍDUOS E MEIO AMBIENTE

Todo o material contaminado com secreções de pacientes ou outros resíduos das aulas práticas, que oferecem risco aos docentes, discentes, pacientes e ao meio ambiente devem ser descartados em recipientes apropriados e coletados adequadamente pelo município, segundo resolução do CONAMA 005, de 5 de agosto de 1993.

Os resíduos sólidos do grupo A englobam sangue e hemoderivados, animais usados em experimentação, bem como os materiais que tenham entrado em contato com os mesmos; secreções, excreções e líquidos orgânicos; meios de cultura; tecidos, órgãos, fetos e peças anatômicas; filtros de gases aspirados de áreas contaminadas; resíduos advindos de áreas de isolamento; restos alimentares de unidades de isolamento; resíduos de laboratórios de análises clínicas; resíduos de unidades de atendimento ambulatorial; resíduos de sanitários de unidades de internação e enfermaria e animais mortos a bordo de meio de transporte. Neste grupo ainda incluem os objetos perfurantes ou cortantes, capazes de causar punctura ou corte (lâmina de barbear, bisturi, agulhas, escalpes, vidros quebrados etc, provenientes de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde).

Os resíduos do grupo D incluem todos os demais resíduos que não se enquadram nos grupos descritos anteriormente.

Anexo

Fundação Universidade Federal do Tocantins
Colegiado do Curso de Educação Física
FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO DE ACIDENTE BIOLÓGICO

Nome do aluno: _____

Nível: () Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado

Matrícula (se aluno de graduação): _____

Data do acidente: _____ Horário: _____

Disciplina em que ocorreu o acidente: _____

Atividade: _____ Clínica de: _____

Laboratório de: _____

Professor que estava supervisionando o aluno: _____

Matrícula: _____

Tipo de acidente:

Providências tomadas:

Assinatura do aluno

Assinatura do professor